



**ATA N.º 44/XI-3º/2015-16**

1 – Aos vinte e nove dias do mês de junho de dois mil e dezasseis, pelas 21H00, na Associação Cultural e Desportiva da Quinta do Bau-Bau, sita na rua Francisco Martins, Lotes B/C, na Sobreda, realizou-se a Primeira Reunião da Sessão Ordinária da Assembleia Municipal de Almada, referente ao mês de junho, com a seguinte agenda:

- 1 - Período de Intervenção dos Cidadãos
- 2 - Período de Antes da Ordem do Dia
- 3 - Período da Ordem do Dia
  - 3.1 - Renovação de Mandato de dois Cidadãos Designados para Comissão de Proteção de Crianças e Jovens de Almada (Lei nº 147/99, de 1 de setembro, com as alterações introduzidas pela Lei nº 142/2015, de 8 setembro)
  - 3.2 – Apreciação dos Pareceres do Conselho Municipal de Segurança dos Cidadãos de Almada e votação do Projeto de Deliberação
  - 3.3 – Apreciação e votação da Proposta da Câmara Municipal sobre “Autorização de venda a terceiros através do não exercício do direito de preferência do Instituto de Cardiologia Preventiva de Almada”
  - 3.4 – Apreciação e votação da Proposta da Câmara Municipal sobre “O Mandato do Representante do Município na Assembleia Geral da CostaPolis” (Relatório e Contas 2015 e Governo Societário)
  - 3.5 - Apreciação da Informação do Presidente da Câmara Acerca da Atividade Municipal
  - 3.6 - Apreciação e votação da Proposta da Câmara Municipal sobre a “Designação dos Membros do Júri para Procedimento Concursal para Cargo de Direção Intermédia de 2º Grau, Chefe de Divisão de Projetos de Sistemas de Informação dos SMAS”
  - 3.7 - Apreciação e votação da Proposta da Câmara Municipal sobre “Adesão do Município à Carta Europeia para a Igualdade das Mulheres e dos Homens na Vida Local”
  - 3.8 – Apreciação e votação das Propostas da Câmara Municipal sobre 1º aditamento aos acordos de execução de delegação de competências:
    - 3.8.1 – “Com a União das Freguesias de Almada, Cova da Piedade, Pragal e Cacilhas”
    - 3.8.2 – “Com a União das Freguesias de Caparica e Trafaria”
    - 3.8.3 – “Com a União das Freguesias da Charneca de Caparica e Sobreda”
    - 3.8.4 – “Com a Freguesia da Costa da Caparica”
    - 3.8.5 – “Com a União das Freguesias de Laranjeiro e Feijó”
  - 3.9 – Apreciação e votação das Propostas da Câmara Municipal sobre 1º aditamento aos contratos de delegação de competências:
    - 3.9.1 – “Para a União das Freguesias de Almada, Cova da Piedade, Pragal e Cacilhas”
    - 3.9.2 – “Para a União das Freguesias de Caparica e Trafaria”
    - 3.9.3 – “Para a União das Freguesias de Charneca de Caparica e Sobreda”



**MUNICÍPIO DE ALMADA**  
**Assembleia Municipal**

- 3.9.4 – “Para a Freguesia da Costa da Caparica”
- 3.9.5 – “Para a União das Freguesias de Laranjeiro e Feijó”
- 3.10 – Apreciação e votação da Proposta da Câmara Municipal sobre “Formas de apoio às freguesias para promoção e salvaguarda articulada dos interesses próprios das populações”
- 3.11 – Apreciação e votação da Proposta da Câmara Municipal sobre “Correção da Tabela de Taxas do Município de Almada”
- 3.12 – Apreciação e votação da Proposta da Câmara Municipal sobre “2ª Revisão Orçamental”
- 3.13 – Apreciação e votação da Proposta da Câmara Municipal sobre “Demonstrações Financeiras Consolidadas 2015”
- 3.14 – Apreciação e votação das Propostas da Câmara Municipal sobre Reabilitação Urbana Simples e Dinamização das Áreas Urbanas Consolidadas:
- 3.14.1 – “Alteração da Área de Reabilitação de Cacilhas”
- 3.14.2 – “Operação de Reabilitação Urbana Simples da Sobreda”
- 2** – Instalada a Mesa constituída pelo Presidente Sr. José Manuel Maia Nunes de Almeida e pelas Secretárias Sr<sup>as</sup>. Elisabete Peres Pereira e Sónia Tchissole Pires da Silva.
- 3** - Fez-se a chamada dos Senhores Deputados Municipais e foi verificado o quórum.
- 3.1** - Responderam à chamada os seguintes Senhores Deputados Municipais:
- José Manuel Maia Nunes de Almeida; Bruno Ramos Dias; Maria Luísa Monteiro Ramos; Carlos Manuel Coelho Revés; Elisabete Peres Pereira; João Eduardo Alves de Moura Galdes; Sónia Tchissole Pires da Silva; Nuno Miguel Costa Gonçalves; José Gabriel Guiomar Joaquim; Eva Sofia Borges de Araújo Gomes; José Joaquim Machado Courinha Leitão; Maria d’Assis Beiramar Lopes Almeida; Manuel Domingos Rodrigues Batista; Ana Marques Serra e Moura Salvado; João Ricardo Lourenço Quintino; Pedro Miguel de Amorim Matias; Paulo Filipe Pereira Viegas; Nuno Filipe Miragaia Matias; Luísa Maria Gama Varela; Paulo Alexandre Ribeiro Sabino; António Francisco Salgueiro; Carlos Fernando Gonçalves Guedes; António Pedro Rodrigues do Livramento Maco; Alexandra Branco Ralo Barata Correia; Maria Odete Teixeira Seguro Sanches Alexandre; Teresa Paula de Sousa Coelho e Luís Filipe Almeida Palma.
- 4** - Nos termos e para os efeitos do nº 3, do artigo 38º, do Regimento da Assembleia, registaram-se os seguintes procedimentos:
- 4.1** - O Presidente anunciou o pedido de Suspensão de Mandato, por um período não superior a seis meses, do eleito Sr. João Rafael Faustino de Almeida, nos termos e para os efeitos do artigo 79º da Lei nº 169/99, de 18 de Setembro, com as alterações introduzidas pela Lei nº 5-A/2002, de 11 de Janeiro, **(Conforme Anexo I)**.
- 4.1.1** - O Pedido de Suspensão de Mandato que submetido à votação, foi aprovado por unanimidade.
- 4.2** - Do Presidente procedendo ao anúncio das comunicações dos Senhores Deputados Municipais solicitando a substituição por ausência:



**MUNICÍPIO DE ALMADA**  
**Assembleia Municipal**

- O Sr. Deputado Municipal José Alberto Azevedo Lourenço, com ausência no dia 29 de junho de 2016, (Ent. nº 6330/XI-3º), (**Conforme Anexo II**).
- O Senhor Deputado Municipal Nuno Miguel Macedo Marques Vitorino, com ausência nos dias 29 e 30 de junho de 2016, (Ent. nº 6273/XI-3º), (**Conforme Anexo III**).
- O Sr. Deputado Municipal Daniel Pedro Sobral, com ausência no dia 29 de junho de 2016, (Ent. nº 6332/XI-3º), (**Conforme Anexo IV**).
- A Sr.ª Deputada Municipal Ana Catarina Veiga dos Santos Mendonça Mandes, com ausência no dia 29 de junho de 2016 (Ent. nº 6379/XI-3º), (**Conforme Anexo V**).
- O Senhor Deputado Municipal Pedro Manuel Nunes de Oliveira, com ausência nos dias 29 e 30 de junho de 2016, (Ent. nº 6265/XI-3º), (**Conforme Anexo VI**).

**4.3** - Nos termos legais e regimentais aplicáveis tomaram posse:

- A Candidata Senhora Ana Catarina Ribas Lopes, que ocupa a vaga ocorrida por Suspensão do Mandato do eleito Senhor João Rafael Faustino Almeida, que exerceu o direito previsto no artigo 77º da já referida Lei.

A substituição vigora a partir do dia 29 de junho e por um período não superior a seis meses, (**Conforme Auto de Tomada de Poesse Anexo VII**).

- A Candidata Senhora Vanda Maria Barreiros de Lima e Silva, que ocupa a vaga ocorrida por Suspensão do Mandato do eleito Senhor Sérgio Cantante Faria de Bastos, que exerceu o direito previsto no artigo 77º da já referida Lei.

A substituição vigora a partir do dia 29 de junho, até outubro de 2016, (**Conforme Auto de Tomada de Poesse Anexo VIII**).

- O Candidato Senhor António Abrantes Almeida, que ocupa a vaga ocorrida por ausência no dia 29 de junho de 2016, do eleito Sr. José Alberto Azevedo Lourenço, (**Conforme Auto de Tomada de Poesse Anexo IX**).

- O Candidato Senhor José João Santos da Mata, que ocupa a vaga ocorrida por ausência nos dias 29 e 30 de junho de 2016, do eleito Sr. Nuno Miguel Macedo Marques Vitorino, (**Conforme Auto de Tomada de Poesse Anexo X**).

- O Candidato Senhor Luís António de Matos Vicente, que ocupa a vaga ocorrida por ausência no dia 29 de junho de 2016, do eleito Sr. Daniel Pedro Sobral e por impedimento da cidadã Sr.ª Filipa Raquel da Silva Barroso e do cidadão Sr. José Augusto Tavares Oliveira, (**Conforme Auto de Tomada de Poesse Anexos XI, XII e XIII**).

- O Candidato Senhor Nuno de Avelar Pinheiro, que ocupa a vaga ocorrida por ausência nos dias 29 de junho de 2016, da eleita Sr.ª Ana Catarina Veiga dos Santos Mendonça Mendes, (**Conforme Auto de Tomada de Poesse Anexo XIV**).

- A Candidata Senhora Joana Rodrigues Mortágua, que ocupa a vaga ocorrida por ausência nos dias 29 e 30 de junho de 2016, do eleito Sr. Pedro Manuel Nunes de Oliveira e por impedimento da cidadã Sr.ª Fátima Maria da Silva Nogueira Marras, (**Conforme Auto de Tomada de Poesse Anexos XV e XVI**).



**4.4** - O Presidente da Assembleia Municipal informou das comunicações da Junta da União das Freguesias de Almada, Cova da Piedade, Pragal e Cacilhas; da Junta da União das Freguesias da Charneca de Caparica e Sobreda; da Junta da Freguesia da Costa da Caparica, em que para o efeito da alínea c), do nº 1, do artigo 18º, da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro, e devido a justo impedimento dos Presidentes dos respetivos Órgãos Autárquicos, são substituídos na presente Reunião da Assembleia Municipal pela eleita na Junta da União das Freguesias de Almada, Cova da Piedade, Pragal e Cacilhas, Sr.ª Ilda de Lourdes de Oliveira Dâmaso Garrett; na Junta da União das Freguesias da Charneca de Caparica e Sobreda, Sr.ª Ana Maria de Matos Sousa Vital Fonseca e na Junta de Freguesia da Costa da Caparica, Sr.ª Maura Rute da Silva Guerreiro, respetivamente, **(Conforme Anexos XVII, XVIII e XIX)**.

**4.5** - Feitas as substituições ao abrigo das disposições legais e regimentais, registou-se a falta da Sr.ª Deputada Municipal Ana Luísa Abílio Rodrigues de Carvalho.

**4.6** - O Presidente deu nota da Informação do Expediente Entrado do nº 5886/XI-3º ao 6334/XI-3º do Expediente Enviado do nº 3770/XI-3º ao nº 4102/XI-3º, da Reunião de Representantes dos Grupos Municipais – Súmula Nº 15/XI-3º/2015-16, das Atas Nºs 40/XI-3º/2015-16; 41/XI-3º/2015-16; 42/XI-3º/2015-16 e 43/XI-3º/2015-16 e das Minutas das Atas Nºs 41/XI-3º/2015-16; 42/XI-3º/2015-16 e 43/XI-3º/2015-16 e da Informação Nº 14/15-16 da Atividade dos Membros da Mesa.

**4.7** - Não havendo pedidos de palavra e após verificação do quórum procedeu-se à votação das Atas Nºs 40/XI-3º/2015-16; 41/XI-3º/2015-16; 42/XI-3º/2015-16 e 43/XI-3º/2015-16 e das Minutas das Atas Nºs 41/XI-3º/2015-16; 42/XI-3º/2015-16 e 43/XI-3º/2015-16, que foram respetivamente aprovadas por unanimidade e ratificadas por unanimidade, nos termos do nº 3, do artigo 34º do Código do Procedimento Administrativo.

**5** - Nos termos e para os efeitos do artigo 16º, nº 9, alínea b), do Regimento o Presidente da Assembleia deu informação dos Requerimentos apresentados:

**5.1** – Pelo Sr. Deputado Municipal António Pedro Maco, solicitando informações sobre UCCLA (União das Cidades Capitais de Língua Portuguesa).

**5.1.1** – O requerimento deu entrada nos serviços da Assembleia no dia 7 de abril de 2015, foi registado com a Entrada nº 3393/XI-2º e designado de nº 7/CDS-PP/XI-2º.

**5.1.2** – O requerimento foi remetido à Presidência da Câmara em 15 de abril de 2015, através do ofício nº 2325/XI-2ª e informado o Sr. Deputado Municipal requerente através do ofício nº 2324/XI-2º de que o requerimento foi remetido à Câmara no mesmo dia.

**5.2** – Pelo Sr. Deputado Municipal António Pedro Maco, solicitando informações sobre “Condições de Segurança da Escola Básica e Secundária Anselmo de Andrade” em Almada.

**5.2.1** – O requerimento deu entrada nos serviços da Assembleia no dia 23 de outubro de 2015, foi registado com a Entrada nº 4676/XI-2º e designado de nº 11/CDS-PP/XI-2º.



## MUNICÍPIO DE ALMADA

### Assembleia Municipal

- 5.2.2** – O requerimento foi remetido à Presidência da Câmara em 27 de outubro de 2015, através do ofício nº 3075/XI-2º e informado o Sr. Deputado Municipal requerente através do ofício nº 3074/XI-2º de que o requerimento foi remetido à Câmara no mesmo dia.
- 5.3** – Pelo Sr. Deputado Municipal Carlos Guedes, solicitando informações sobre “o trabalho voluntário nos Festivais Primavera Surf Feste e Sol da Caparica”.
- 5.3.1** – O requerimento deu entrada nos serviços da Assembleia no dia 8 de fevereiro de 2016, foi registado com a Entrada nº 5332/XI-3º e designado de nº 7/BE/XI-3º.
- 5.3.2** – O requerimento foi remetido à Presidência da Câmara em 10 de fevereiro de 2016, através do ofício nº 3451/XI-3º e informado o Sr. Deputado Municipal requerente através do ofício nº 3450/XI-3º de que o requerimento foi remetido à Câmara no mesmo dia.
- 5.3.3** - A Câmara Municipal respondeu através do ofício nº 105/GP, de 27 de abril de 2016, sendo-lhe atribuído o nº 5921/XI-3º.
- 5.3.4** – A resposta foi remetida ao Eleito requerente através de ofício nº 3827/XI-3º, em 2 de maio de 2016.
- 5.4** – Pela Sr.<sup>a</sup> Deputada Maria Odete Alexandre, solicitando informações sobre “As alterações climáticas”.
- 5.4.1** – O requerimento deu entrada nos serviços da Assembleia no dia 29 de janeiro de 2016, foi registado com Entrada nº 5293/XI-3º/2015 e designado de nº 1/XI-3º/Ind..
- 5.4.2** – O requerimento foi remetido à Presidência da Câmara em 29 de janeiro de 2016, através do ofício nº 3415/XI-3º e informada a Sr.<sup>a</sup> Deputada Municipal requerente através do ofício nº 3416/XI-3º de que o requerimento foi remetido à Câmara no mesmo dia.
- 5.5** – Pelo Sr. Deputado Municipal António Pedro Maco, solicitando informações sobre “Pagamento aos membros das Mesas de Voto nas Presidenciais 2016”.
- 5.5.1** – O requerimento deu entrada nos serviços da Assembleia no dia 5 de maio de 2016, foi registado com a Entrada nº 5972/XI-3º e designado de nº 16/CDS-PP/XI-3º.
- 5.5.2** – O requerimento foi remetido à Presidência da Câmara em 16 de maio de 2016, através do ofício nº 3868/XI-3º e informado o Sr. Deputado Municipal requerente através do ofício nº 3867/XI-3
- 5.5.3** - A Câmara Municipal respondeu através do ofício nº 145/GP, de 20 de maio de 2016, sendo-lhe atribuído o nº 6094/XI-3º.
- 5.5.4** – A resposta foi remetida ao Eleito requerente através de ofício nº 3959/XI-3º, em 24 de maio de 2016.
- 5.6** - Pelo Sr. Deputado Municipal António Pedro Maco, solicitando informações sobre “Iluminação Terminal de Cacilhas”.
- 5.6.1** - O requerimento deu entrada nos serviços da Assembleia no dia 24 de maio de 2016, foi registado com a Entrada nº 6120/XI-3º e designado de nº 17/CDS-PP/XI-3º.
- 5.6.2** - O requerimento foi remetido à Presidência da Câmara em 27 de maio de 2016, através do ofício nº 3969/XI-3º e informado o Sr. Deputado Municipal requerente através do ofício nº 3968/XI-3.



**5.7** – Pelo Sr. Deputado Municipal António Pedro Maco, solicitando informações sobre “Loja do Cidadão de Almada”.

**5.7.1** – O requerimento deu entrada nos serviços da Assembleia no dia 2 de junho de 2016, foi registado com a Entrada nº 6165/XI-3º e designado de nº 18/CDS-PP/XI-3º.

**5.7.2** – O requerimento foi remetido à Presidência da Câmara em, através do ofício nº 3997/XI-3º e informado o Sr. Deputado Municipal requerente através do ofício nº 3996/XI-3º.

**5.7.3** - A Câmara Municipal respondeu através do ofício nº 176/GP, de 20 de junho de 2016, sendo-lhe atribuído o nº 6285/XI-3º.

**5.7.4** - A resposta foi remetida ao Eleito requerente através de ofício nº 4081/XI-3º, em 22 de junho de 2016.

**6** - Foi declarado aberto o Período de Intervenção dos Cidadãos.

**6.1** – Usou da palavra a Munícipe Exm.<sup>a</sup> Senhora Paula de Campos Alves, em representação da APRHA – Associação Proprietários e Residentes na Herdade da Aroeira, residente na Charneca de Caparica.

**6.1.1** – A Munícipe Exm.<sup>a</sup> Senhora Paula Campos:

“Sr. Presidente, Srs. Deputados Municipais;

Limpeza das ruas e espaços verdes dentro da zona pública habitacional designada por Herdade da Aroeira

A APRHA, Associação de Proprietários e Residentes da Herdade da Aroeira, legítima representante da população local, volta a dirigir-se a esta Assembleia Municipal, no seguimento da intervenção feita em 27 de Abril de 2016, uma vez que até ao momento não obtivemos qualquer resposta dos Serviços competentes da CMA para os problemas então apresentados.

Entendemos ser nossa missão insistir no alerta para a degradação do espaço público da Herdade da Aroeira, solicitando a intervenção da Câmara Municipal de Almada, e exigindo que manifeste o seu interesse em deixar de discriminar negativamente os proprietários e residentes locais, de quem se servem apenas para cobrar o mais elevado IMI do concelho.

Voltaremos a esta Assembleia as vezes que forem necessárias até que esta situação seja alterada, e faremos eco das nossas queixas até que possamos ser ouvidos e atendidos.

Na intervenção de hoje iremos focar o tema da "limpeza" do espaço público dentro da Herdade da Aroeira.

- Nunca, desde o início da urbanização, a Câmara Municipal de Almada efetuou um serviço de limpeza das ruas.
- Nunca, desde o início da urbanização, a Câmara Municipal de Almada efetuou um serviço de limpeza das zonas verdes no espaço público, apresentando-se alguns locais como um potencial foco de incêndio.
- Nunca a Autarquia cumpriu ou fez cumprir a legislação sobre a limpeza de terrenos.
- Existem zonas verdes utilizadas como depósitos de areias de obras e depósitos de aparas de jardinagem, sem qualquer vigilância, sem controlo e sem punição.



- Temos registo de várias queixas de proprietários sobre o lixo acumulado nas ruas, dirigidas à Câmara Municipal de Almada, sem que resultasse daí qualquer intervenção. Juntamos como exemplo uma reclamação de um proprietário, junto do Vereador Rui Jorge solicitando a limpeza do lixo na sua rua, à qual o Chefe de Divisão de Salubridade respondeu indeferindo o pedido, e mandando o munícipe reclamar junto da SILCOGE (anexo 1).
- Assumindo que se pretendia informar que a CMA delegou e/ou contratou a SILCOGE para efetuar o trabalho que seria da sua responsabilidade, seria também expectável que a CMA tivesse criado por iniciativa própria mecanismos de controlo dessa atividade, com exigência de padrões de execução. A não ser assim, mais estranho se toma que, diante de queixas apresentadas pelos residentes, a CMA não queira indagar, volte as costas aos munícipes e aos seus problemas, deixando-os a falar sozinhos.
- É seguramente do conhecimento da CMA que a SILCOGE não está presentemente a prestar qualquer tipo de serviço de manutenção e limpeza dentro da Herdade da Aroeira. Caso realmente a CMA seja alheia ao facto, o caso não é irrelevante, e demonstra bem o abandono total e o desinteresse completo da CMA sobre a realidade da Herdade da Aroeira, local que o Grupo SIL continua a gerir como se fosse a sua "coutada", parecendo manter refém e sob o seu controlo a própria Câmara Municipal de Almada.
- Acresce ainda denunciar, mais uma vez, que os serviços de manutenção e limpeza do espaço público da Herdade da Aroeira, pelos quais a CMA é responsável, são "comercializados" pelas empresas que ao longo dos anos têm vindo a marcar a sua presença na Herdade da Aroeira, a rogo do Grupo SIL, apropriando-se do direito de impor a sua cobrança a cada proprietário, sem reconhecimento de qualquer reclamação ou prestação de contas.

Em conclusão, os proprietários e residentes da Herdade da Aroeira pretendem uma resposta clara por parte da Câmara Municipal de Almada, sobre a sua disponibilidade para avaliar esta situação e encontrar uma solução que sirva os seus legítimos interesses na qualidade de munícipes desta Autarquia.

O silêncio e a falta de atitude da CMA sobre este assunto, presume-se como falta de transparência e clareza, bem como uma subordinação da legalidade aos demais interesses privados.”

**6.2 – Usou da palavra a Munícipe Exm.<sup>a</sup> Senhora Mónica Carvalho, residente em Almada.**

**6.2.1 – A Munícipe Exm.<sup>a</sup> Senhora Mónica Carvalho:**

“Sr. Presidente, Srs. Deputados Municipais;

O tema foi falado agora, mas que temos vindo a notar que está a ser cada vez mais tema a limpeza dentro de Almada, será um assunto que dentro do muito falado consideramos que é de alta importância e que tem vindo a passar e vai passando, mas é realmente um assunto grave que era conveniente que as nossas ruas são bonitas, Almada é bonita e este assunto está desprezado. A Capitão Leitão, Almada velha aquele edifício da Singer é tema de conversa, falta de cinzeiros, falta de caixotes do lixo. Portanto, lixo em Almada é pena, Almada é bonita demais.

Em relação à Loja do Cidadão, na última sessão de Câmara fiquei um bocadinho triste com a situação que ouvi, mas contudo queria dizer que as obras começaram em 2006, que a Associação de Comerciantes fala e pede uma Loja do Cidadão para compensar a saída de tantos serviços que saíram



repentinamente do centro de Almada. Claro que os serviços são privados, mas deve ter sido um vírus, porque saíram todos antes das obras. Eu não fui avisada, porque senão também tinha saído, mas não fui avisada. Ora saíram todos, talvez combinaram, foi coletivo talvez para dar vida àquele monumento que foi construído virado para uma Quinta, chamado Tribunal de Almada. Queremos muito o reconhecimento da nossa Câmara da destruição que o centro teve a partir das obras, tanto pelo desvio dos serviços, ou que se desviaram sozinhos como pelo Plano de Mobilidade 21. O centro de Almada continua a precisar de ajuda, entre as principais coisas a abertura da Praça MFA à circulação, descida da Luís de Queiroz que me parece já está encaminhado, mas tenho muita pena que venha agora um novo portas abertas em que são chamadas milhares de pessoas e passado um ano continua a Praça MFA sem caixotes do lixo, continua a Praça MFA sem nenhuma alteração no trânsito, continua sem haver uma surpresa agradável para que o esforço que aplicamos, para que as pessoas voltem ao centro as pessoas sintam qualquer mudança que valha a pena voltar amanhã.

Gostaria muito de fazer uma retificação, em alguns discursos camarários quando se diz que o centro de Almada caiu e a justificação é, nesses discursos, que ela caiu com o desaparecimento da Parry & Son, da Lisnave, etc., Sem dúvida que Almada nesse momento deve ter sofrido um grande caos, mas eu ainda era criança. Somos muitos os comerciantes que quando começámos as nossas empresas em Almada, essas entidades já tinham todas saído da Cidade. Começámos, avançamos, demos emprego, etc.. Foi o afastamento dos serviços e foi o Plano de Mobilidade 21 do qual alguns dos Srs. ainda estão muito de acordo e que não querem que os tais quarenta mil carros voltem para Almada, que destruiu Almada e em um ano fez com que Almada, o centro de Almada perdesse duzentas e setenta lojas, foi um impacto igual ou parecido exatamente com o desaparecimento das empresas de baixo, talvez não em trabalho não tanto.

Queria fazer um reconhecimento muito importante que me esqueci da última vez que falei e que considero mesmo muito importante. É o reconhecimento de a nossa ter ficado, ter angariado a Monumental a garagem monumental. Sem dúvida que não me apercebi de algum projeto que esteja feito para aquela garagem, mas reconheço, aprecio e aplaudo o grande sentido de oportunidade para futuros problemas que possam surgir, futuros projetos e sem dúvida que aquilo é um local muito importante para ajudar a Câmara caso os Srs. de todos os Departamentos estejam com vontade de que o centro de Almada volte a ser o centro da Cidade e quando eu mandar vir uma cliente de Lisboa e ela me pergunte onde é que fica o meu estabelecimento e eu lhe diga, diga ao taxista para vir para o centro de Almada e ela fica no centro de Almada, depois não tenha que a ir buscar ao Almada Fórum, porque o taxista a deixou no Almada Fórum. Se houver vontade e estou convencida que a maioria de todos têm vontade, aqueles que não têm que sejam realmente menos e pronto, saúde para todos.”

**6.3** – Usou da palavra o Munícipe Exm.º Senhor Luís Fernando Carvalho Amorim, em representação do Movimento Almada Pela Loja do Cidadão, residente em Almada.

**6.3.1** – O Munícipe Exm.º Senhor Luís Fernando Carvalho Amorim:

“Sr. Presidente, Srs. Deputados Municipais;



## MUNICÍPIO DE ALMADA

### Assembleia Municipal

Há cerca de 1 ano o Movimento Almada pela Loja do cidadão apresentou-se nesta Assembleia, com o objetivo de conduzir os cidadãos Almadenses a lutarem pela sua Loja.

Passado 1 ano pensamos ser altura de darmos conta do trabalho, por nós desenvolvido.

Criámos uma página no FB e um site do Movimento, onde fizemos várias publicações.

Lançámos um Abaixo-Assinado.

Visitámos, porta a porta, mais de 600 estabelecimentos comerciais.

Tivemos assim oportunidade de trocar impressões com muito mais de 1 milhão de Cidadãos – Lojistas, Clientes e Trabalhadores.

Ouvir as suas opiniões, compreender as suas expectativas e preocupações, fez parte do nosso trabalho.

Curiosamente, muitos deles, associavam a LC ao desenvolvimento da Cidade, e não apenas a um serviço público à população.

Todos sabemos que Almada é uma cidade cujo centro se encontra adormecido e desvitalizado.

Para inverter a situação, há extrema necessidade de trazer para a zona nobre da cidade

Espaços âncora que potencializem desenvolvimento económico.

A Loja do cidadão, se adequadamente localizada, funcionará como uma alavanca para a promoção económica da cidade.

Vários cidadãos, conscientes disto, apontaram as seguintes localizações, para instalar a Loja do Cidadão (LC) e o Julgado de Paz (JP):

- O Centro Comercial de Almada, junto à praça Gil vicente
- A antiga Garagem Automonumental
- O Edifício da EDP
- O Centro Comercial M. Bica
- As Ex-instalações do Ginásio Clube do Sul, na R. Garcia de Orta
- As antigas instalações do Tribunal de Almada

Uma ideia sobressaía sempre:

A localização, como forma de dinamizar o Comércio ao longo do eixo de atravessamento da cidade.

Ao longo dos anos vimos fazerem-se em Almada vários graves erros urbanísticos. E a maioria da população tem disso consciência.

Entre eles destacamos:

O abandono das iniciais opções do plano para dar lugar à construção do Fórum Almada, esvaziando o Centro da Cidade.

Podíamos ter hoje no seu lugar, um Parque de Feiras, a um passo de Lisboa, muito mais bem situado que a atual FIL. Aí foi também recusada, a instalação de um Hotel, da cadeia de Hotéis Hilton.

Quando da apresentação do Plano da Cidade da Água, o Arquiteto Richard Rogers, afirmou: não construam os Centros Comerciais fora das Cidades, pois estas ficarão vazias.



Podíamos também ter na Avenida uma unidade do Holmes Place, importante loja âncora no centro da Cidade, não fossem as dificuldades de negociação que esta encontrou, por parte da autarquia. Além das proibitivas taxas de mudança de uso.

Foi também erro o modelo de circulação implantado pela remodelação imposta pelo Metro, que atravessa a principal via de penetração da Cidade, dificultando, entre outras coisas, a entrada de veículos, a sua circulação cá dentro, bem como a sua saída.

Outros erros poderíamos ter apontado, mas estes são suficientes para entender como se chegou ao esvaziamento da zona nobre de Almada.

Claro que o pulsar da cidade cedo demonstrou que tal modelo era inviável e as correções, embora sem um plano de visão global, sucederam-se.

Logo se tiveram que abrir as portas aos autocarros e depois aos automóveis.

O que dá certo é adaptar a cidade aos Cidadãos, e não tentar adaptar a forma de viver destes às ideias utópicas de alguns Cérebros iluminados, desligados da realidade.

O planeamento urbanístico e a construção da Cidade exigem ampla participação dos Cidadãos, e o cuidado de não destruir o que levou anos a consolidar.

A Cidade é sempre uma interação entre o Homem e o Meio urbano.

Vem a propósito destacar a coragem do Senhor presidente da Câmara, ao assumir erros passados e ter começado a corrigi-los. Estamos convencidos que ele está na disposição de ir até ao fim, nesse objetivo.

Pensamos também que essa iniciativa provocou uma onda de esperança, entre os Almadenses.

Também não ignoramos que compete à Edilidade a escolha do local a propor, para LC e JP.

Mas é necessário que não se cometam mais erros e que se vá até ao fim nos propósitos.

É claro para todos que é em cima do que está feito que teremos de trabalhar.

Corrigindo o que é possível corrigir, e minimizando os estragos.

É necessário não só corrigir o modelo seguido, mas também a metodologia de fazer urbanismo.

É um desafio maior do que fazer de novo.

É indispensável que a Loja do cidadão tenha fácil acesso de transportes públicos - Autocarros e Metro.

Que tenha bom escoamento de trânsito Automóvel.

E que tenha também Parque de Estacionamento próximo, preferencialmente subterrâneo.

Ignorar estas 3 condições será dar um tiro no pé.

Assim como é fundamental, complementarmente, desbloquear os entraves que se criaram ao acesso automóvel e compatibilizar os diversos usos da nossa principal avenida.

Os Cidadãos estão vacilando entre o pessimismo e a vontade de corrigir e melhorar.

Pela nossa parte, e juntamente com os segundos, não nos vamos deixar abater pelo pessimismo e queremos dar a nossa contribuição para uma Almada do futuro e com futuro.

E tentaremos também mobilizar os pessimistas. Porque não?



Para finalizar queremos afirmar que

Estamos convictos que a Loja do Cidadão e Julgados de Paz, conjuntamente com outras iniciativas, poderão fazer acordar toda a zona central da nossa Cidade, do sono profundo em que ela caiu.

Muito obrigado a todos.”

**6.4** – Usou da palavra o Munícipe Exm.<sup>o</sup> Senhor Hernâni Vidal de Rezende, residente em Almada.

**6.4.1** - O Munícipe Exm.<sup>o</sup> Senhor Hernâni Vidal de Rezende:

“Sr. Presidente, Srs. Deputados Municipais;

Sou Hernâni Rezende, 69 anos e Almadense desde há 50. Com o Luís Amorim constituímos o Grupo Dinamizador do Movimento Almada pela Loja do Cidadão.

Começo por abordar o que muitos sabem e ultimamente constitui tema tratado em publicações consagradas. O troço final do Rio Tejo constitui um acidente topográfico magnífico. É verdade, porém ao invés do que aconteceu e vem acontecendo em territórios de valor similar entre nós e por esse mundo fora, apenas Cassiano Branco na longínqua década de 50 do século passado procurou entender um Rio e duas Margens complementares. Doando à nossa Capa Rica ou Costa do Mar um quadro, um traço divino que honrasse a beleza impar do lugar onde esta se insere. Curiosamente e por desdita foi precisamente por estas alturas, no final dessa década que começou a destruição dessa linha de costa atlântica, eram necessárias areias para um mega aterro em Algés e em Belém, nada mais fácil do que olhar para o lado de lá e ir buscar essas areias a uma restinga semissubmersa que ligava a Cova do Vapor à Fortaleza do Bugio. Então a chamada Golada do Tejo colapsou e deixou de proteger as praias a Sul, depois disso temos vindo a assistir ao quanto o mar é justiceiro, devolvendo sempre com destruição crescente o mal que os humanos vão infligindo no seu berço. Aquele mar não pactua com tamanhas mostras de desrespeito ao seu poder nem à magnificência da região que o abraça, não tolerando mais falhas de saber, de criatividade, de qualidade de segurança e de senso nas intervenções que o procuram dominar. Quanto a resultados, conhecemo-los bastante bem e disso não nos orgulhamos. Para se impor Almada não tem que copiar o que se passa do lado de lá. Almada deve a sua singularidade a três factos, mas de monta, primeiro Almada dispõe em várias quotas de balcões de vista extraordinários sobre uma das cidades mais bonitas do mundo, com cenários que alcançam a Serra de Sintra, os quais urge ligar e cuidar dos respetivos troços de ligação; segundo Almada dispõe, apesar dos erros do homem, de uma orla atlântica de praias de areais magníficos e de águas límpidas e de pontos de rompimento até ao Rio do planalto onde se insere, proporcionando bolsas de beleza e de bem estar ávidas de adequada e pronta regeneração como são os casos do Porto Brandão e da Trafaria; terceiro, Almada contém uma rede de baluartes do Associativismo que sempre a caracterizou, bem recuperada, contudo a requerer melhor sinalética, animação e tratamento cuidado das ligações entre si. Lamentavelmente Almada não foi entendida como estrutura diferenciada da estrutura topográfica e urbana da capital. Ao invés a chamada grande intervenção de que foi objeto neste princípio de século foi pensado em grande parte aceitando desse logo a ideia do prolongamento das redes de transporte da capital para o Sul. O Arquiteto e Urbanista Nuno Portas dizia aos seus alunos na



transição da década de 60 para 70 e vou citar: “Almada até é uma Cidade interessante pela sua topografia e pela geografia da região onde se insere. Possui linhas de árvores de porte magnífico que proporcionam belas cortinas que encobrem a péssima arquitetura que está por detrás.” A verdade é que as cortinas foram-se, o Metro Sul ao Tejo poderia ter sido um elétrico rápido, ir mais longe, passar pelo Hospital, chegar à sufocada Charneca, ao Monte de Caparica e à Caparica. Em contraste proporcionaram-nos um canal tirânico, onde só passam comboios que não chegam àqueles locais. Com três linhas independentes quando duas seriam bastante. Que concorre nos mesmos percursos com os Transportes Sul do Tejo e que monopolizou a principal via da Cidade. Pior, pois não se trata da principal, mas sim da única via de atravessamento da Cidade.

Almada desenvolveu-se como sabemos dois eixos em V, converte-se centrado na rotunda do Metro ainda em Cacilhas. O eixo a Nascente não é senão a antiga estrada nacional nº 10 rumo ao Sul, o outro é de facto o único eixo de atravessamento da Cidade.

Então eu vou deixar e compreendendo aquilo que acaba de dizer, mas tenho a consciência que não passei o tempo dos antigos oradores. Eu vim aqui com a melhor das atenções. Permita que diga apenas uma coisa que é importante, porque o nosso trabalho, o nosso esforço inseriu-se em dinamizar o centro de Almada que está moribundo como já foi dito. E entendemos desde o princípio que a Loja do Cidadão seria um espaço âncora fabuloso para conseguir alavancar, como já foi dito aqui, esse centro moribundo.

Na última reunião respeitando, como também escrevemos no nosso site, todo o esforço que o Sr. Presidente tem feito até aqui, nós no último, eu particularmente porque não sou lojista nem tenho garagem no centro de Almada, fiquei surpreendido e triste, bastante triste, quando percebi que o Sr. Presidente tinha dito que a Loja do Cidadão iria ser deslocada para a Cova da Piedade. Ora a nossa luta Sr. Presidente da Assembleia Municipal foi olhar basicamente pelo estado moribundo em que encontra o centro de Almada e pensamos e lutamos por isso que efetivamente a Loja do Cidadão aqui seria um excelente espaço para não deixar morrer este centro histórico.”

**6.5 – Usou da palavra a Munícipe Exm.<sup>a</sup> Senhora Maria Joaquina Simões, residente na Sobreda.**

**6.5.1 - A Munícipe Exm.<sup>a</sup> Senhora Maria Joaquina Simões:**

“Sr. Presidente, Srs. Deputados Municipais;

Enquanto Sobredense, o meu prazer de ver reunida a Assembleia Municipal na minha freguesia, na minha terra, porque usando o verso antigo “Sobreda é minha terra onde nasceu minha mãe e os forasteiros que beberem água da bica, quer queiram, quer não queiram é bem certo que cá ficam”. E portanto, espero que cada um dos Deputados Municipais que passem pela Sobreda sintam um bocadinho a água da bica e olhem para a Sobreda e quando esta Assembleia tiver que tomar decisões sobre a Sobreda pensem que a Sobreda é uma terra com tradição e com orgulho na sua tradição. Depois a honra que é para a Quinta do Bau-Bau, para a nossa Associação receber aqui esta Assembleia, é um percurso longo, as coisas difíceis são muito saborosas, não quer dizer que se tenha que sofrer tanto, mas depois sublimamos sempre os episódios mais difíceis, as mais dolorosas e



## MUNICÍPIO DE ALMADA

### Assembleia Municipal

sentimos uma alegria enorme quando temos o prazer de receber entre nós o Poder Popular Democrático, os seus órgãos decisores porque a Assembleia Municipal é exatamente o momento de ter a Assembleia, o Executivo da Câmara, todos os Deputados Municipais, nos quais se incluem todos os Presidentes de Junta de Freguesia. Portanto, obrigada por terem vindo, esperamos que se sintam bem acolhidos é essa a nossa preocupação, não vou por isso mesmo falar das coisas que durante todo o ano vou atormentando o Sr. Presidente da Câmara e os Srs. Vereadores, não vou hoje falar de ervas, não vou hoje falar de lâmpadas que acendem antes da hora, eu só tive pena de não poder mostrar melhor como estava sol ainda na Costa e as lâmpadas já acesas, porque eu troco a poupança nessa hora que está acesa sem necessidade pela reposição das lâmpadas que tínhamos acesas e ainda entregamos muito poupança, sou de ideias fixas por isso é que ando aqui. Também aproveito para pedir aos Srs. Deputados e aos presentes que não esqueçam que a rua é de sentido único, têm que dar a volta e que aquela não tem o sinalzinho que está pedido há tempo, mas que não tem saída, quando descerem junto à EDP não tem saída, voltem à esquerda.

Depois dizer que aos fumadores, se puderem não fumem, se fumarem não deem beatas para o chão, está fora da porta um prato, um recipiente para as vossas beatas. Mas também vos quero dizer para alguns dos Srs. Deputados Municipais que não me conhecem, que eu também acumulo a subida honra da representar a Assembleia, ser dos Conselheiros do Conselho Municipal de Segurança dos Cidadãos por vossa escolha e vossa aprovação, sou membro do Conselho Municipal de Segurança dos Cidadãos onde procuro aí também fazer o melhor que sei e que posso. Portanto, eu hoje não vou reclamar, vou fechar agradecendo muito e agradecendo também porque não sou só eu o nosso Bau-Bau também está aqui bem representado para que saibam que nós somos muito reclamantes, mas que damos a nossa parte e por isso nos sentimos no direito de usar uma única filosofia, a da nossa vida, tem que ser também a vida do Município e a qualidade de vida que todos desejamos.”

**6.6** - Em resposta aos Senhores Múncipes, prestando esclarecimentos e informações, usaram da palavra o Senhor Presidente da Assembleia Municipal, o Sr. Deputado Municipal Nuno Matias e o Sr. Presidente da Câmara Municipal.

**6.6.1** – O Sr. Presidente da Assembleia Municipal:

“Srs. Deputados Municipais;

Muito obrigado, também da minha parte agradecer a disponibilidade e o apoio que deram à realização da Sessão, a si e aos demais membros da Direção, os nossos agradecimentos.”

**6.6.2** – O Sr. Deputado Municipal Nuno Matias (PSD):

“Sr. Presidente, Srs. Deputados Municipais;

Em primeiro lugar deixar uma saudação especial à D. Maria Joaquina, que tive ocasião durante vários anos também receber a sua visita quinzenalmente nas reuniões de Câmara e louvar na sua pessoa todos os cidadãos interessados que hoje aqui intervieram, porque é esse o espírito da cidadania de um Concelho e só assim é que os órgãos autárquicos podem dinamizar melhor a sua capacidade de resposta e de ação. E não podia deixar de o fazer aqui por ser também a D. Maria Joaquina, mas



também por estarmos onde estamos. Eu tive também o gosto de ao longo dos anos acompanhar o esforço, a dedicação, o amor das pessoas deste local que muito deram de si para conseguir ter esta obra que certamente foi apoiada por muita gente, também pela Autarquia, mas que eu fui testemunha várias vezes em várias ocasiões do esforço que foram fazendo de recolha de fundos, das suas organizações, da capacidade até da questão do calendário de procurar dinamizar um esforço que ajuda a projetar capacidade de cidadania, capacidade de os cidadãos se reunirem e fazerem aquilo que é vital num espaço que é a nossa terra, que é encontrarem-se, conversarem e terem momentos onde possam devolver à sociedade aquilo que também foram ganhando dessa mesma sociedade. E portanto, não gostaríamos de deixar passar esta ocasião no local onde estamos, cumprimentando todos os cidadãos que trouxeram aqui mais reflexão sobre temas tão importantes como a limpeza, como a questão dos arruamentos, como a questão do desenvolvimento territorial num território que também tem tudo para ter tudo e que todos nós temos que fazer cada vez mais para ter ainda mais.”

**6.6.3 – O Sr. Presidente da Câmara Municipal:**

“Sr. Presidente, Srs. Deputados Municipais;

É um imenso prazer também que nos encontramos aqui, dentro daquilo que é um método de trabalho de há longos anos é seguido por esta Assembleia Municipal e portanto quero também agradecer na sua pessoa Sr. Presidente da Assembleia esse método que a Assembleia sendo uma casa de todos circula por todos os sítios. E no fim, de reunião em reunião, de Freguesia em Freguesia, de Associação em Associação, Coletividade em Coletividade, de Equipamento em Equipamento, dá oportunidade a que todos possam estar de forma mais próxima connosco e vós connosco. Mas é com imenso prazer que aqui estou hoje nesta Coletividade, onde vim ainda não se tinham realizado as eleições, onde voltei a vir, onde foi possível conhecer melhor o que aqui se faz. Das primeiras vezes que cá vim isto estava muito diferente, isto estava uma obra em início com algumas incertezas e queria dar os parabéns pelas soluções que encontraram, não e que eu seja arquiteto ou engenheiro, mas acho que o que aqui está feito está simples, está limpo, acho que qualquer bom arquiteto gostaria de se identificar com esta solução que aqui encontraram para este salão. Parabéns e também parabéns por aquilo que esta Associação e esta Coletividade faz em prol dos moradores que é um aspeto da maior importância. Às vezes as Associações vivem viradas para si, para a sua atividade, para os seus associados, isso é importante naturalmente, mas aqui e na pessoa da D. Maria Joaquina Simões, ela faz questão de o reafirmar de reunião de Câmara para reunião de Câmara, aqui está sempre presente a preocupação de que os moradores deste Bairro e da Sobreda de uma maneira geral estejam sempre melhor e que se encontrem soluções para os seus problemas e portanto também agradecer à Coletividade, mas também a si D. Maria Joaquina e àqueles que a acompanham nesta labuta com a certeza lhe custa mas também sinto que faz com muito gosto. E nós também temos muito gosto em a ouvir.

A Sobreda tem sido sempre motivo da sua maior atenção e a Sobreda no seu conjunto, na sua tradição enquanto polo de cultura e o Sr. que está sentado ao seu lado também a tem acompanhado, não é o único certamente, mas também como um polo de cultura que gostaríamos que não ficasse só centrado



no Solar dos Zagallos, mas em que reconhecemos no Solar dos Zagallos um papel importante mas em que se são reconhecidos muitos outros locais, muitos outros espaços que são vida desta terra. Mas há uma Sobreda diferente, uma Sobreda nova, uma Sobreda que se desenvolve e gostaria de aproveitar a oportunidade para dizer que esta Câmara se preocupa com todos os Cidadãos, com todas as Freguesias e todos os espaços do seu território e pela afirmação deste território no confronto com os outros. E acho que é importante sublinhar isso aqui e agora. É importante sublinhá-lo aqui e agora transmitindo a ideia de que nós somos sempre mais do que aqueles que vemos, mais do que aqueles que estão ao alcance da nossa vista. Mas para além da nossa vista há o nosso sentimento, a nossa capacidade de nos preocupar com as pessoas de as procurar compreender e de procurarmos que o nosso trabalho a nossa luta pela equidade e igualdade de oportunidades vá para além daqueles que nós amamos de uma forma mais próxima, mas que possa chegar um pouco mais longe e que possa chegar a todos.

Eu sinto isso tudo em vós, não sinto que haja qualquer egoísmo quando procuram defender os vossos interesses. Procuram que os interesses de todos sejam tratados de igual maneira onde que que esteja na nossa Almada ou mesmo fora da nossa Almada.

O segundo aspeto, dizer à Sr.<sup>a</sup> D. Paula Alves que se tiver disponibilidade no dia 7 de julho às 19 horas, dois ou três membros da vossa Associação serão recebidos por mim, pelo Vereador Rui Jorge, pelos Srs. Diretores Municipais do Urbanismo e dos Espaços Verdes, nos Paços do Concelho, no meu Gabinete. Dia 7 às 19 horas lá vos esperamos. Penso que é uma hora boa para todos e poderemos tratar das questões que aqui nos trouxeram hoje.

Em relação às questões do centro de Almada que a todos tanto tem preocupado. Desde o início que se mantém essa preocupação, mas nós temos que ir procurando soluções. O nosso objetivo é a revitalização do centro de Almada. Quando falamos do centro sabemos todos do que é que estamos a falar, também se falarmos da Baixa de Lisboa também sabem onde é a Baixa, aqui não vale a pena estar a definir os limites e quais são as áreas onde temos que intervir. E as coisas têm surgido pelas oportunidades. Nós quando aqui chegámos no início deste Mandato não tínhamos Loja do Cidadão, tínhamos os Espaços do Cidadão. E aquilo que nos era transmitido é que a Loja do Cidadão deveria de ser uma coisa mas com responsabilidade dos Municípios no contexto de encerramento de serviços públicos, coisa que esta maioria na Câmara não aceitaria servirmos de uma falsa solução ao encerramento de serviços públicos. Isto é, uma espécie de produto segunda linha para um propósito de redução da oferta, ou desqualificação da oferta do serviço público aos Cidadãos. Mas não deixamos logo quando a primeira oportunidade surgiu de contatar o Governo no sentido de saber se para além do Espaço do Cidadão havia mais qualquer coisa que pudesse ser concretizado. E houve uma primeira reunião e surgiu a possibilidade de poder haver um novo conceito de Loja do Cidadão na qual os Municípios tivessem responsabilidade na gestão do espaço, mas em que a administração pública assumia as suas responsabilidades no que diz respeito ao fornecimento, funcionamento como condóminos dessa Loja do Cidadão, Condóminos num prédio gerido ou edifício gerido pela Câmara.



Mas procurámos soluções. O meu Chefe de Gabinete deslocou-se a Rio Maior, fizemos vários contatos, nenhuma iniciativa estava ou está ainda no terreno em concreto, havia propósitos, diligências, mas nada no concreto. Entretanto a situação alterou-se politicamente como é sabido e voltou a colocar-se a questão das Lojas do Cidadão. Voltámos a contactar com a Sr.<sup>a</sup> Secretária de Estado e numa perspetiva um pouco mais desenvolvida, podemos dizer do que aquela que anteriormente tínhamos, voltou-se a retomar o conceito da Loja do Cidadão, embora num modelo em que a Agência de Modernização Administrativa deixou de existir e de certa forma os Municípios assumiram as responsabilidades que estavam conferidas ou pelo menos algumas que estavam conferidas à Agência de Modernização Administrativa. Mas até nos perguntaram, vejam lá se conhecem algum espaço público, algum edifício público onde se possa fazer a Loja do Cidadão. Lembramo-nos logo, como é óbvio do velho Tribunal. Tivemos uma reunião com a Sr.<sup>a</sup> Ministra da Justiça e no contexto em que se procuram repor os serviços de justiça que estavam, que tinham sido eliminados no anterior Governo, a questão do Tribunal não pode estar ainda em cima da mesa, embora o edifício seja um edifício Municipal, mas não está colocado neste momento em cima da mesa. O que está em cima da mesa é que voltem a funcionar outros serviços de justiça, ou seja reforçados os serviços de justiça no nosso Concelho. E não íamos criar nenhuma dificuldade a que isso pudesse acontecer. E a questão do Tribunal neste momento está posta de lado. Mas já havia notícias da EDP, tínhamos vindo a saber que a EDP tinha disponibilidade para vender o edifício da antiga sede e contactamos a EDP sabendo em que condições estariam na disposição de vender a sede justamente porque existia a preocupação que todos temos da revitalização do centro de Almada, mas não estamos a falar da Automonumental, também faz parte do mesmo projeto mas estamos a falar agora do edifício da EDP. O edifício da EDP não estava à venda pelos 5 milhões e tal de euros que estaria quando inicialmente se pensou que para ali pudesse ir a Loja do Cidadão, tinha sido vandalizado, era possível ser vendido por pouco mais de 2 milhões de euros, mas era necessário fazer-se a limpeza de todo aquele espaço e depois era necessário que ali se construísse alguma coisa. E estamos a trabalhar num projeto e quando começamos isto, a questão da Loja do Cidadão estava arrumada, é preciso entendermos. Quando se começou os contatos com a EDP para a venda não havia Loja do Cidadão, estávamos ainda no anterior Governo. Ainda foi durante o ano passado que isso foi feito e portanto o que surgiu e o que tem estado em cima da mesa é a possibilidade de se criar uma antena da FCT e procurarmos em parceria com a EDP criarmos um Centro de Investigação e de Desenvolvimento na área das Energias Alternativas naquele edifício. Porque nós precisamos de ir buscar o dinheiro para fazer a obra. Porque a obra que ali está não é possível lá entrar nem a Loja do Cidadão, nem coisa nenhuma, é preciso ali investir uns milhões para que aquilo seja posto a funcionar. É o projeto que está em cima da mesa.

Não basta a gente querer, é preciso arranjar o dinheiro para fazer. É assim que a coisa se coloca em relação à questão da EDP. E foi já este ano que surgiu a oportunidade de podermos vir a adquirir o edifício da antiga Cooperativa Piedense, na Cova da Piedade e é nesse contexto e já depois da conversa com a Sr.<sup>a</sup> Secretária de Estado, aliás cerca de duas semanas depois da conversa com a Sr.<sup>a</sup>



Secretária de Estado que se colocou a possibilidade no piso térreo do edifício da Cooperativa Piedense instalar a Loja do Cidadão, que é do interesse daqueles que estão interessados na revitalização do centro de Almada, mas que é também do interesse de todos os Municípios desta Cidade.

A Loja do Cidadão tem uma função, “revitalização”, mas tem uma outra função que levou à criação das Lojas do Cidadão não só no centro de Almada, como nas Paivas, como junto ao Hospital de São Bernardo em Setúbal, como nas Laranjeiras em Lisboa, ou como em certa altura esteve nos Restauradores em Lisboa, para cumprir as outras funções, não seria de certeza para dinamizar os Restauradores que foi feita uma Loja do Cidadão nos Restauradores naquela altura. Havia outra função e essa função nós continuamos a ter necessidade dela aqui no nosso Concelho, pensamos que tem necessidade. E existindo um edifício que tem um piso térreo praticamente limpo relativamente acessível do ponto de vista do esforço financeiro que é necessário fazer, parece-nos que seria uma boa solução. Parecia-nos e parece-nos ser uma boa solução. Quer com isto dizer que desistimos da revitalização do centro de Almada? Não. Temos que continuar a fazer os esforços e continuaremos a fazer esforços e a procurar para além do investimento em relação à área do Mercado e à rua de Olivença e à Automonumental, para além do que se vai fazer e que se procura fazer com a EDP, outras coisas se continuarão a querer fazer naquela área porque o objetivo mantém-se. E portanto gostava de vos dar esta garantia, nós vamos fazendo caminho, mas vamos fazendo caminho por onde se vão abrindo as possibilidades, porque se fizermos caminho por onde se vão abrindo as possibilidades vamos com certeza avançando. Todos desejaríamos ir mais longe, todos gostaríamos de concretizar os nossos sonhos tal qual como os sonhamos, mas o que é necessário é procurar e avançar não desistindo dos sonhos tal e qual como os sonhamos e tendo-os sempre como referência, mas naturalmente procurando fazer caminho.

Queriam-vos dar esta garantia, não desistimos daquilo que é nosso propósito, contamos convosco, podem continuar a contar connosco e vamos com certeza encontrar as soluções, naturalmente tomando decisões que não são aquelas que gostaríamos tanto de tomar, mas isso só acresce na nossa responsabilidade para convosco e naturalmente não se trata aqui de desistir. Mas também não deixar cair aquilo que podem ser os projetos e as oportunidades que temos pela frente.

E era isto que gostava de vos transmitir hoje e agora, continuando a falar, temos aí um Congresso sobre Participação e Proximidade, todos estão convidados, de certeza que a discussão vai ser viva, sairemos todos mais fortalecidos desse debate e naturalmente apuraremos algumas coisas, se calhar melhor do que aquilo que estou agora aqui a dizer.”

**7 - Foi declarado aberto o Período de Antes da Ordem do Dia.**

**7.1 – Usaram da palavra os Srs. Deputados Municipais Pedro Matias (apresentando Voto de Pesar por António Roseiro) e João Geraldes (apresentando Voto de Pesar pelo falecimento de Mestre Querubim Lapa).**

**7.1.1 – O Sr. Deputado Municipal Pedro Matias (PS):**

“Sr. Presidente, Srs. Deputados Municipais;



Voto de Pesar por António Roseiro

No passado dia 17 de maio faleceu António Roseiro.

António Roseiro nasceu em Almada, concelho em que viveu grande parte da sua vida.

Antes de se licenciar em medicina dentária foi enfermeiro em navios de pesca de bacalhau.

Durante largos anos exerceu como médico dentista muito conceituado, tendo-se afirmado pelo desenvolvimento e utilização de técnicas inovadoras.

Teve uma notável carreira como docente do ensino superior, tendo nomeadamente sido sócio fundador e docente do Instituto de Ciências da Saúde Egas Moniz, Vice-Reitor, investigador e docente no Instituto Superior de Ciências e Tecnologia de Moçambique.

Notabilizou-se também como inventor, tendo sido distinguido internacionalmente com diversos galardões.

Deixa-nos ainda obra nos domínios da pintura e da escultura.

Profundamente solidário, foi fundador e presidente da VITAE – Associação de Solidariedade e Desenvolvimento Internacional – organização que acolhe toxicodependentes e sem-abrigo, com instalações em Marvila, no Beato e em Belas, Concelho de Sintra.

Foi presidente da direção da Cooperativa Almadense de Solidariedade Social que, durante os seus mandatos, construiu uma Unidade de Cuidados Continuados de longa duração, em Vale Fetal.

Desde cedo se afirmou como democrata e homem de esquerda, tendo militado no Partido Comunista Português e, ao longo dos últimos anos, no Partido Socialista.

Foi autarca, tendo integrado o Grupo de Eleitos pelo Partido Socialista na Assembleia Municipal de Almada durante o mandato de 2005-2009.

Foi maçon empenhado, fazendo disso grande honra, desenvolvendo frequentemente atividades de divulgação dos seus ideais.

Neste momento de pesar a Assembleia Municipal de Almada, reunida a 29 de junho de 2016, presta justa homenagem ao distinto munícipe e profissional e apresenta as suas mais sentidas condolências aos amigos e à família enlutada.”

**7.1.2 – O Sr. Deputado Municipal João Galdes (CDU):**

“Sr. Presidente, Srs. Deputados Municipais;

Voto de Pesar pelo falecimento de Mestre Querubim Lapa

No passado dia 2 de Maio, chegava-nos fria a notícia do falecimento de Mestre Querubim Lapa, Homem e Cidadão Ilustre que nos abandonava assim, fisicamente, aos 90 anos de idade.

Mestre Querubim Lapa deixa-nos um imenso legado de saber e conhecimento, construído e cimentado numa longa e frutuosa vida de trabalho criativo, que engrandece e enriquece todos os portugueses e portuguesas.

Autor de uma extensa obra que se espraia por formas de expressão artística tão distintas como pintura, desenho, escultura, azulejo, gravura, a sua atividade criativa distingue-se sobretudo pelo seu trabalho na cerâmica.



## MUNICÍPIO DE ALMADA

### Assembleia Municipal

Um número significativo de obras de sua autoria, sobretudo painéis cerâmicos, ocupam o espaço público, estando assim expostas em permanência para usufruto de cada um dos que com estes se cruzam.

Mestre Querubim Lapa fez parte de uma geração que soube levantar-se e opor-se com determinação e coragem ao fascismo. Tomando consciência dos desequilíbrios sociais, foi através do movimento neorrealista que a sua obra alcançou uma dimensão mais interventiva, caminhando posteriormente em direção a formas mais abstracionistas, que marcam uma parte muito substancial do extraordinário acervo artístico que lega a todos os portugueses e portuguesas.

Mestre Querubim Lapa dedicou a grande maioria do seu tempo e do seu talento à cerâmica e ao azulejo, sendo considerado por Rui Afonso, historiador de arte e de design e curador do Museu do Chiado, em Lisboa, “o maior ceramista português do século XX”, comparando a dimensão da sua obra à obra de Rafael Bordalo Pinheiro, ceramista primeiro do século XIX português.

Mestre Querubim Lapa é o autor de um painel de azulejos que reveste toda a base do edifício que alberga a Biblioteca Municipal José Saramago no Feijó, Almada. Um desafio que o Mestre aceitou e assumiu em 2009, pretendendo transmitir a ideia da Casa do Livro, páginas abertas à espera de serem lidas, que nos guiam até ao interior da Biblioteca, e que se expressa na pintura, integralmente executada à mão, de 14 mil azulejos que ocupam uma superfície de quase 600 m<sup>2</sup> naquele edifício público dos Almadenses.

Portugal e a cultura portuguesa perderam um Nome Maior entre os seus autores e criadores. Mestre Querubim Lapa escapa, pela própria lei da vida, ao nosso convívio físico. Mas permanece, e permanecerá entre nós, o seu saber, a sua criatividade, a sua obra de extraordinária dimensão e significado.

A melhor forma de homenagear na despedida este grande vulto da cultura portuguesa é a divulgação e usufruto do seu trabalho criativo, das suas obras de arte que traduzem o sentir e o pulsar da vida dos seus semelhantes.

O Município de Almada, estamos certos que todos os Almadenses curva-se perante a memória deste Ilustre e Insigne Cidadão, orgulhando-se de albergar no seu território um contributo de grande importância e significado da sua genialidade de criador de arte, saber e conhecimento, colocado ao usufruto de todos quantos frequentam a Biblioteca Municipal José Saramago.

Assim, a Assembleia Municipal de Almada, na sua Sessão Ordinária de 29 e 30 de Junho de 2016, delibera:

1. Expressar junto de todos os familiares, amigos, companheiros de trabalho de Mestre Querubim Lapa, as mais sentidas e sinceras condolências pela perda de um Ser Humano de excepcional qualidade, e de um artista que soube, como poucos, traduzir plasticamente os sentires e os sentimentos humanos mais sublimes.”

**7.2** - Verificado o quórum e não havendo mais pedidos de palavra passou-se à votação dos documentos.



**7.2.1** – O Voto de Pesar por António Roseiro, apresentado pelo Sr. Deputado Municipal Pedro Matias, foi aprovado por unanimidade.

**7.2.2** – O Voto de Pesar pelo falecimento de Mestre Querubim Lapa, apresentado pelo Sr. Deputado Municipal João Galdes, foi aprovado por unanimidade.

**7.2.3** - Seguiu-se um momento de silêncio de homenagem e em memória dos Cidadãos falecidos.

**7.3** - Para tratar de assuntos de interesse do Concelho, apresentarem documentos para votação ou debaterem documentos apresentados, usaram da palavra os seguintes Senhores Deputados Municipais: Luís Palma – Presidente da União das Freguesias do Laranjeiro e Feijó (apresentando uma Moção/Saudação Ao Clube Desportivo da Cova da Piedade pela subida à II Liga e conquista do Campeonato de Portugal; Moção/Saudação sobre Projeto de dinâmicas culturais apresentado pela Artemrede – Associação Cultural Intermunicipal e Moção/Saudação A Escola Pública, Gratuita, Universal, Inclusiva e de Qualidade é um Direito de todos os Cidadãos e uma Obrigação do Estado Português); Carlos Revés (apresentando Moção/Saudação sobre Distinções para Almada no Dia Nacional das Coletividades); Manuel Batista (apresentando Voto de Congratulação ao Clube Desportivo da Cova da Piedade); Paulo Sabino (apresentando Moção/Saudação ao Clube Desportivo da Cova da Piedade); António Salgueiro (apresentando Moção/Deliberação Pela Requalificação da Rede Viária da Charneca de Caparica); Luísa Ramos (apresentando Moção/Deliberação Pelo Encerramento da Central Nuclear de Almaraz – Por Almada, Pelo Tejo e Portugal Sem Nuclear); Nuno Avelar Pinheiro (apresentando Moção/Deliberação Por um melhor serviço da Transportes Sul do Tejo – TST); Paulo Sabino (apresentando Moção/Deliberação Sobre as condições de segurança e higiene junto às (e nas) Praias da Costa da Caparica); Joana Mortágua (apresentando Moção/Deliberação Em defesa da Escola Pública); Carlos Guedes (apresentando Moção/Saudação ao Clube Desportivo da Cova da Piedade); Eva Gomes (apresentando Moção/Saudação e Reconhecimento ao Teatro Extremo e Atividade Cultural no Concelho); Luísa Ramos (apresentando Moção/Deliberação Por um passe social intermodal, com todos os operadores e em toda a Área Metropolitana de Lisboa); João Galdes (apresentando Moção/Deliberação sobre As Praias com Bandeira Azul e Qualidade de Ouro no Concelho de Almada); Teresa Coelho – Presidente da União das Freguesias de Caparica e Trafaria (apresentando Moção/Deliberação Pelo desenvolvimento da Trafaria); João Galdes (apresentando Moção/Saudação De Congratulação pelo 40º Aniversário do Departamento de Ciência dos Materiais da FCT/UNL); Alexandra Correia (apresentando Moção/Deliberação Alimentação de animais de rua – Recomendação de inclusão de artigo em regulamento municipal) e António Pedro Maco (apresentando Moção/Deliberação Contra o despesismo orçamental municipal e Moção/Deliberação de Homenagem a Telma Monteiro – Budapeste 2016).

**7.3.1** – O Sr. Deputado Municipal Luís Palma – Presidente da União das Freguesias do Laranjeiro e Feijó: “Sr. Presidente, Srs. Deputados Municipais;

**7.3.1.1** - Moção/Saudação Ao Clube Desportivo da Cova da Piedade pela subida à II Liga e conquista do Campeonato de Portugal



Na próxima época desportiva o concelho de Almada vai ter pela primeira vez na sua história uma equipa de futebol a disputar uma liga profissional.

Depois de uma época de excelente nível, o Clube Desportivo da Cova da Piedade garantiu a subida a este patamar do futebol nacional ao vencer a Zona Sul do Campeonato de Portugal, revestindo desde logo de orgulho todo o Concelho, seus dirigentes e sua massa associativa que ao longo da época apoiou e acreditou que tal feito seria possível.

A equipa, que há três temporadas estava nos campeonatos distritais, conquistou ainda o Campeonato de Portugal numa final disputada em Abrantes ante o Futebol Clube de Vizela, num jogo épico que só foi decidido nos pontapés da marca de grande penalidade.

Este momento vivido presentemente pelo Clube Desportivo da Cova da Piedade testemunha o empenho num continuado e consolidado trabalho de anos ao nível da formação no futebol.

Assim, a Assembleia Municipal de Almada reunida em plenário no dia 29 de junho de 2016, delibera:

1. Saudar a Direção do Clube Desportivo da Cova da Piedade e todos os órgãos Sociais, atletas, treinadores e todos os colaboradores do Clube, pela subida à II Liga Profissional de Futebol e conquista do Campeonato de Portugal;
2. Manifestar o desejo de que todos os objetivos do Clube Desportivo da Cova da Piedade para a próxima época sejam atingidos com êxito.”

**7.3.1.2 - Moção/Saudação sobre Projeto de dinâmicas culturais apresentado pela Artemrede – Associação Cultural Intermunicipal**

O documento - "tomada de posição final" -, resultante do 1.º Fórum Político realizado em Abrantes, no dia 23 de maio, assenta num processo de planeamento estratégico para um horizonte temporal 2015-2020, tendo a Artemrede definido, como primeira das dez prioridades estratégicas de atuação, a "inscrição da cultura no centro das políticas governativas", assim como foi assumido o compromisso de "reforço das políticas culturais", nas várias regiões do país.

A plataforma supramunicipal “Artemrede”, presidida pela Câmara Municipal de Almada, defende uma visão da cultura enquanto instrumento fundamental e ativo do desenvolvimento dos territórios, colocando-a no centro das políticas governativas, tanto ao nível local como nacional.

Refira-se que fazem parte desta rede os municípios de Abrantes, Alcanena, Alcobaça, Almada, Arruda dos Vinhos, Barreiro, Batalha, Lisboa, Moita, Montijo, Odemira, Odivelas, Oeiras, Palmela, Pombal, Santarém, Sesimbra, Sobral de Monte Agraço, Tomar e Vila Franca de Xira, que irão entre si procurar recolher mais apoio junto de outros municípios para as propostas que constam no documento.

Do documento, salienta-se a necessidade de exigir ao Governo mais recursos financeiros, mais interlocução, mais diálogo e mais importância ao trabalho em rede, que são uma forma de potenciar os recursos existentes e de reproduzir os meios, para levar a cultura a mais municípios e mais cidadãos, vivam eles nas grandes cidades ou no interior do país.

Para concretizar esta "visão", a tomada de posição dos municípios que constituem a plataforma inclui algumas propostas de mecanismos e condições que visam contribuir para um quadro normativo e



orçamental adequado para a ação concreta, consistente e continuada das autarquias no campo cultural, tendo a Artemrede convidado todos os municípios do país a subscrever a tomada de posição.

Assim, a Assembleia Municipal de Almada reunida em plenário no dia 29 de junho, delibera:

1. Saudar a iniciativa da Artemrede pela tomada de posição em defesa do reforço das dinâmicas culturais;
2. Manifestar o seu apoio às estratégias definidas no documento final com vista ao desenvolvimento de políticas culturais que contribuam para o desenvolvimento dos territórios e das suas comunidades.”

**7.3.1.3 - Moção/Saudação A Escola Pública, Gratuita, Universal, Inclusiva e de Qualidade é um Direito de todos os Cidadãos e uma Obrigação do Estado Português**

A Constituição da República Portuguesa proclama que todos os cidadãos têm direito à educação, com garantia do direito à igualdade de oportunidades no acesso e sucesso escolares.

No seu artigo 75º, a CRP determina que compete ao Estado a criação de uma rede de estabelecimentos públicos de ensino que cubra as necessidades de toda a população, o que não dispensa de, ao mesmo tempo, reconhecer e fiscalizar o ensino particular e cooperativo, no respeito pela lei.

A Lei de Bases do Sistema Educativo determina que é da especial responsabilidade do Estado promover a democratização do ensino, garantindo a todos os portugueses a liberdade de aprender e ensinar, com tolerância para as escolhas possíveis, mas abstendo-se de impor diretrizes filosóficas, estéticas, políticas, ideológicas ou religiosas, pelo que o ensino público não pode ser confessional.

A massificação do ensino proporcionada pelo fim da ditadura fascista, e promovida desde a primeira hora, pela Revolução de Abril, criou naturalmente dificuldades aos governos da democracia na concretização do imperativo constitucional de criação de uma rede de escolas públicas que cobrisse todo o país.

Com o fim de ultrapassar essa dificuldade, o Estatuto das Escolas do ensino Particular Cooperativo, aprovado pelo DL 553/80 instituiu os contratos de associação, a serem celebrados com escolas particulares situadas em zonas carecidas de escolas públicas.

Em 2015, procurando concretizar um projeto neoliberal de criação de um mercado educativo alargado e concorrencial, o governo PSD/CDS-PP celebrou contratos de associação com colégios privados que não correspondiam a carências da rede e visavam financiar esses colégios, em prejuízo do investimento necessário e legalmente imperativo que o Estado tem que fazer na Escola Pública.

O Ministério da Educação decidiu agora repor a legalidade e só permitir a celebração de novos contratos a partir de 2016/2017 quando se verificar manifesta incapacidade da Escola Pública dar resposta às necessidades da população escolar.

Assim, a Assembleia Municipal de Almada reunida em plenário no dia 29 de junho de 2016, delibera:

1. Manifestar o apoio às medidas que visem repor a legalidade e moralizar a celebração dos contratos de associação enquanto instrumento supletivo da Escola Pública;



2. Repudiar a campanha de desinformação brutal promovida pela Associação de Escolas do Ensino Particular, com o acompanhamento cúmplice do PSD e do CDS-PP e com a cobertura mediática de alguns órgãos de comunicação social, com o objetivo de descredibilizar a Escola Pública e os seus profissionais.
3. Exigir do governo, o conjunto de medidas que visem concretizar um investimento consentâneo com o desígnio constitucional de garantir uma Escola Pública, Gratuita, Universal, Inclusiva e de Qualidade para todos os Cidadãos e assim garantir o acesso à educação e ao conhecimento a todas as crianças e jovens.
4. Saudar os milhares de participantes na manifestação realizada no dia 18 de junho “Em Defesa da Escola Pública”.

**7.3.2 - O Sr. Deputado Municipal Carlos Revés (CDU):**

“Sr. Presidente, Srs. Deputados Municipais;

Moção/Saudação sobre Distinções para Almada no Dia Nacional das Coletividades

Foi tornado público, que o Grupo Cénico da Incrível Almadense, o Dirigente Associativo Carlos Alberto Rosado e o Boletim Informativo da Junta de Freguesia de Laranjeiro e Feijó, seriam reconhecidos este ano nos prémios atribuídos pela Confederação Portuguesa de Coletividades de Cultura, Recreio e Desporto (CPCCRD), no âmbito do Dia Nacional das Coletividades.

Numa comunicação recebida na Associação de Coletividades do Concelho de Almada (ACCA), entidade que apresentou as candidaturas, enviada pela Direção Nacional da CPCCRD, esta informava que na sua reunião de 2 de maio de 2016 analisou as propostas que lhe foram apresentadas para a atribuição de galardões e distinções, e de acordo com o art.º 15, n.º1 e sem prejuízo do valor das demais candidaturas apresentadas decidiu atribuir diversos Galardões e Distinções: Categoria “Instrução e Arte” ao consagrado Dirigente Associativo Almadense Carlos Alberto Rosado; Categoria “Galardão Valor e Exemplo” ao Grupo Cénico da Incrível Almadense; Categoria “Associativismo na Informação Autárquica” ao Boletim Informativo da Junta de Freguesia de Laranjeiro e Feijó.

Os prémios em causa premeiam e reconhecem o empenhamento e dedicação dos dirigentes, grupos culturais e órgãos autárquicos na promoção dos valores associativos, desenvolvimento de atividades, divulgação e dinamização de projetos do Movimento Associativo Popular.

Em cerimónia ocorrida em Loures, no dia 11 de junho, no âmbito da Sessão Solene do 92.º Aniversário da Confederação Portuguesa de Coletividades de Cultura, Recreio e Desporto e do Dia Nacional das Coletividades, procederam à entrega dos prémios, tendo estado presente uma delegação de Almada que se associou a este momento.

Assim, a Assembleia Municipal de Almada reunida em plenário no dia 29 de junho de 2016 delibera:

1. Saudar o Dirigente Carlos Alberto Rosado, o Grupo Cénico da Incrível Almadense e a Junta de Freguesia de Laranjeiro e Feijó pelo reconhecimento obtido pelos prémios atribuídos;



2. Manifestar a todo o Movimento Associativo Popular Almadense e à Associação de Coletividades do Concelho de Almada a importância do seu papel social, cultural, desportivo, recreativo e formativo junto das populações.”

**7.3.3 - O Sr. Deputado Municipal Manuel Batista (PS):**

“Sr. Presidente, Srs. Deputados Municipais;

Voto de Congratulação ao Clube Desportivo da Cova da Piedade

Ao Clube Desportivo Cova da Piedade por se ter sagrado campeão nacional, no Campeonato de Portugal, tendo já na sua história vencido por duas vezes o Campeonato Nacional da III Divisão de Futebol nas épocas de 1947/48 e 1970/71. Marcou também presença durante 14 anos nos Campeonatos da II Divisão e 9 anos na III Divisão, estando nos últimos anos no Campeonato de Portugal.

Sabemos que o CD Cova da Piedade é uma coletividade com forte implementação no nosso Concelho, tendo para além da prática desportiva, fomentado outras atividades.

Ao longo de muitos anos as atividades culturais e o ensino, até ao acesso a cursos superiores, tiveram um papel de destaque, muito contribuindo para a evolução de muitos Piedenses e outros moradores do Concelho de Almada.

No próximo ano desportivo verificar-se-á, pela 1ª vez na história do Clube Desportivo da Cova da Piedade, a presença no campeonato profissional de Futebol, 2ª Liga, sendo um orgulho para os sócios, para os atletas e para a sua Direção, Órgãos Sociais e todos aqueles que têm colaborado na organização e concretização dos projetos do Clube.

A Assembleia Municipal de Almada, reunida em Reunião Ordinária de 29 de Junho de 2016, delibera:

- Saudar a Direção do Clube Desportivo da Cova da Piedade e todos os sócios, Órgãos Sociais, atletas, treinadores e todos os colaboradores do Clube, por ter vencido o Campeonato de Portugal e pela subida à 2ª Liga fruto da sua dedicação e organização.
- Manifestar o desejo de que todos os objetivos do Cova da Piedade, para a próxima época, sejam atingidos com sucesso.”

**7.3.4 - O Sr. Deputado Municipal Paulo Sabino (PSD):**

“Sr. Presidente, Srs. Deputados Municipais;

Moção/Saudação ao Clube Desportivo da Cova da Piedade

O movimento associativo tem, desde há muito, um papel fundamental na formação cívica, cultural, humana e desportiva das populações do município. A União das Freguesias de Almada, Cova da Piedade, Pragal e Cacilhas é prova disso mesmo, com dezenas de coletividades sedeadas nos seus 6,15km<sup>2</sup>, com uma importância que vai muito além das suas fronteiras.

O Clube Desportivo da Cova da Piedade, fundado em 28 de janeiro de 1947, resultou da fusão entre o União Piedense Futebol Clube, fundado em 1914, e o Sporting Clube Piedense. Há mais de cem anos que o “Desportivo”, como os seus associados tão carinhosamente o apelidam, tem formado gerações



de jovens (e menos jovens) e tem servido de “trampolim” para a carreira de tantos desportistas, mais concretamente no futebol.

Depois de ter conquistado o primeiro lugar na primeira fase do Campeonato de Portugal Prio e apesar de ter um dos orçamentos mais baixos da competição, conquistou também o primeiro lugar na segunda fase da competição, que lhe permitiu disputar, no passado dia 5 de junho, o jogo de apuramento de campeão, tendo conquistado o troféu, para gáudio dos sócios, simpatizantes e amigos do “Desportivo”. Com duas subidas de divisão nas últimas quatro temporadas, o clube prepara-se desde já para a nova época, a primeira em competições profissionais, o que obriga a uma adaptação significativa ao nível da estrutura.

Estas adaptações passam pela constituição de uma Sociedade Anónima Desportiva (SAD), votada por unanimidade pelos seus associados em Assembleia Geral Extraordinária, em 3 de junho; e o desenvolvimento das infraestruturas existentes – o Estádio Municipal José Martins Vieira terá que ser alvo de uma intervenção urgente, nomeadamente pela constituição de setores, construção de um novo bar, nova estrutura de iluminação e melhorias nas bancadas e balneários.

Face ao exposto, a Assembleia Municipal, reunida em 29 de junho de 2016, delibera:

- 1 Saudar o movimento associativo pelo trabalho desenvolvido, apesar das grandes dificuldades por que algumas coletividades têm passado, por vários motivos;
- 2 Saudar o Clube Desportivo da Cova da Piedade, pelo papel prestado nos seus mais de cem anos de história e reconhecer a importância das suas conquistas nas últimas temporadas desportivas;
- 3 Apoiar, no âmbito das competências atribuídas, esta e as demais coletividades sedeadas no concelho.”

**7.3.5 - O Sr. Deputado Municipal António Salgueiro (PSD):**

“Sr. Presidente, Srs. Deputados Municipais;

**Moção/Deliberação Pela Requalificação da Rede Viária da Charneca de Caparica**

As estradas na Charneca de Caparica encontram-se profundamente degradadas. É difícil encontrar uma via com condições razoáveis de circulação. Os cidadãos que circulam na ex-EN 377 – uma via estruturante na mobilidade neste território - enfrentam diariamente um verdadeiro pesadelo. Mas o estado da restante rede viária também é preocupante.

A Câmara Municipal de Almada tem-se limitado a prosseguir uma política de “tapa-buracos” – e apenas em algumas vias – num investimento que consome recursos humanos e financeiros, mas não resolve o problema da rede viária da Charneca de Caparica.

Com efeito, a prática do “tapa-buracos” não é uma solução inteligente nem eficaz. Os buracos voltam a abrir nos dias seguintes. A situação agrava-se ainda mais na época das chuvas.

É impossível contabilizar o número de buracos existentes, mas o levantamento por amostragem (cerca de 30 ruas) recentemente efetuado pelos eleitos do PSD evidencia que não há uma única via sem buracos, em demasiados casos com muitos centímetros de profundidade (verdadeiras crateras), sendo que em muitos locais há mais buracos do que “rua”.



Mas a Charneca de Caparica não é apenas o território mais esburacado do concelho, senão do País. Se considerarmos o estado global do pavimento, aos buracos soma-se a degradação generalizada do piso, que apresenta fissuras, “altos” de dimensão considerável, tampas de saneamento com apreciável desnível relativamente à via, sobreposição de camadas de asfalto, troços que há muito tempo não veem alcatrão.

Já para não falarmos dos passeios em mau estado de conservação e limpeza, frequentemente em terra (intransitáveis em época de chuva) e pejedos de ervas, que impedem a sua utilização pelos moradores. Isto quanto existem, porque em muitas das ruas nem sequer há passeios, o que obriga os moradores a circularem pela via com os evidentes riscos para a sua segurança.

O descontentamento manifesto e generalizado dos cidadãos, que membros dos executivos da Câmara e da Junta de Freguesia apelidam por vezes de “bota-abaixo”, é perfeitamente legítimo e sustentável. Espera-se de uma autarquia – que recebe uma parte dos impostos que pagamos – que atenda às aspirações dos seus munícipes.

E será que os munícipes da Charneca de Caparica querem algo de extraordinário? Querem algo que não esteja na esfera das competências das autarquias? Querem algo exorbitante, supérfluo?

Não! Querem apenas viver num território amigo dos cidadãos, aprazível, paisagisticamente cuidado e com um mínimo de condições para dele usufruírem e nele circularem com segurança. E não é preciso ser-se “iluminado” para perceber que os buracos são um fator negativo no que toca à segurança rodoviária. As verdadeiras gincanas que os condutores são obrigados a fazer para se desviarem dos buracos levam a uma frequente circulação em contramão.

Devemos ter ainda em consideração o impacto económico do estado da rede viária nos orçamentos familiares. Quanto é que gastam os moradores em reparação automóvel? Com resolução de problemas na suspensão, rodas e amortecedores? Na necessidade frequente de alinhamento da direção? Na substituição de pneus e de jantes?

Por todas estas razões, consideramos prioritário o investimento na rede viária da Charneca de Caparica, por forma a garantir padrões de qualidade no que respeita à circulação rodoviária e de pessoas.

Assim, a Assembleia Municipal de Almada, reunida em sessão de 29 de Junho de 2016, delibera o seguinte:

- 1 – Que o executivo da Câmara Municipal defina como prioritário o investimento na melhoria da rede viária da Charneca de Caparica.
- 2 – Que o executivo da Câmara Municipal apresente, até 31 de Julho de 2016, um plano para a melhoria da rede viária da Charneca de Caparica, rua a rua e calendarizado.”

**7.3.6 – A Sr.<sup>a</sup> Deputada Municipal Luísa Ramos (CDU):**

“Sr. Presidente, Srs. Deputados Municipais;

Moção/Deliberação Pelo Encerramento da Central Nuclear de Almaraz – Por Almada, Pelo Tejo e Portugal Sem Nuclear



## MUNICÍPIO DE ALMADA

### Assembleia Municipal

Tal como muitas associações ambientalistas ibéricas, vários partidos políticos reclamam, há vários anos e novamente o reiteram, agora, junto das autoridades espanholas, o encerramento da central nuclear de Almaraz (Cáceres), não apenas pela contestação à continuidade de produção de eletricidade a partir de energia nuclear, mas também por ser do conhecimento público que esta central não apresenta condições de segurança, estando obsoleta (mais de 25 anos de funcionamento, prazo de vida útil, com muitos acidentes e incidentes pelo caminho), o que multiplica o risco de acidentes decorrentes da ainda sua laboração.

A central nuclear de Almaraz (topónimo da aldeia próxima), no Estado Espanhol, é a central nuclear existente mais perto de Portugal, em Cáceres (Extremadura) e as águas do Tejo são usadas no seu sistema de arrefecimento, rio que corre para Portugal, como sabemos.

Sita a pouco mais de 100 (cem) quilómetros da fronteira portuguesa (Idanha-a-Nova, distrito de Castelo Branco), vindo o rio Tejo, a percorrer esse território espanhol e a correr em todo o território nacional, desaguando, precisamente, aqui em Almada, no maior estuário europeu e a maior zona húmida de Portugal.

Um acidente nuclear na central de Almaraz teria efeitos catastróficos em Portugal, em todo o curso e bacia hidrográficas do rio Tejo e até mesmo em Almada, como margem ribeirinha e estuarina.

Há precisamente um ano, a *Greenpeace* divulgava, em comunicado, mínimos de segurança estabelecidos depois do acidente de Fukushima (Japão, 2011).

Segundo esta Organização Ambientalista, a central nuclear de Almaraz não é segura e não se deve permitir a manutenção da sua atividade.

Tendo a licença de atividade, desta central nuclear, expirado já em 2010, ações conjuntas e concertadas entre partidos políticos e ambientalistas espanhóis e portugueses junto à central de Almaraz, têm continuado a reclamar o seu encerramento imediato.

Na Assembleia da República têm sido inúmeras as iniciativas - perguntas e requerimentos-, a apelar a que o Governo Português interceda, junto do Espanhol para tal decisão e ação.

Esta central nuclear é a mais antiga espanhola e também das mais ultrapassadas, em funcionamento, da Europa!

Ultrapassou há muito o seu período de vida útil, estando um dos reatores a funcionar desde 1981 e o outro desde 1984 (já lá vão, portanto, mais de 30 anos). Para além do aspeto da antiguidade, que por si já gera menores condições de segurança, é do conhecimento público que, desde há vários anos, a central de Almaraz tem problemas de segurança recorrentes.

Entretanto, e com recorrência, vieram a público novos problemas com o sistema de refrigeração da central nuclear, que falha regularmente e cuja segurança não está, portanto, garantida, segundo os inspetores do Conselho de Segurança Nuclear espanhol. Num espaço muito curto de tempo, já houve problemas com os motores que fazem funcionar as bombas de água – uma em Setembro passado e outra em Janeiro deste ano.



Prolongar o período de vida desta central que constitui uma ameaça nuclear muito considerável é uma irresponsabilidade que não se pode aceitar.

Intervir para que se assuma a necessidade de encerramento da central nuclear de Almaraz é um imperativo.

A contestação ao recurso e uso de energia nuclear e em especial o ainda funcionamento de centrais antigas e obsoletas, existe por toda a Europa.

Mas, curiosamente, é pouco, muito pouco noticiado e acompanhado pelos *Media* europeus.

Municípios do Luxemburgo, da Holanda e da Alemanha (Cidade do Luxemburgo, Maastricht, Dusseldorf e Colónia, entre outras) acabam de abrir um processo no Tribunal Europeu de Justiça pelo encerramento de dois reatores nucleares com 40 anos situados na Bélgica.

A 17 de Abril passado, realizou-se em Mérida (Estremadura) a primeira reunião do MIA – Movimento Ibérico de Almaraz – pelo encerramento da central nuclear desta aldeia e região. Deste encontro saiu a decisão de realização duma ação de protesto ibérico marcado para Cáceres e realizado a 11 de Junho.

Nesta ação e manifestação internacionais, concentraram-se mais de um milhar de cidadãos, sendo inclusive a maioria de Portugal, de entre simpatizantes, militantes e dirigentes de partidos políticos portugueses, ambientalistas ibéricos, professores universitários, artistas plásticos, músicos e, igualmente, ex-mineiros da Urgeiriça (concelho de Nelas, distrito de Viseu) que aguardam as indemnizações compensatórias face as doenças profissionais adquiridas pela exposição ao urânio, inerentes a essa profissão.

Assim a Assembleia Municipal de Almada, reunida em plenário, a 29 de junho de 2016, delibera:

- 1) Sublinhar a importância da produção de eletricidade sem recurso a fontes nucleares;
- 2) Saudar e manifestar apoio ao protesto ibérico realizado em Cáceres, no passado 11 de Junho, inclusive sobre a situação dos ex-mineiros;
- 3) Repudiar a continuidade de funcionamento duma estrutura industrial obsoleta, prevista para encerrar há mais de cinco anos;
- 4) Expressar o vivo desejo e apelar ao encerramento da central nuclear da aldeia de Almaraz, junto das entidades responsáveis e
- 5) Solicitar, através da Câmara Municipal de Almada, esclarecimentos ao Governo Português, junto do Governo Espanhol, sobre condições atuais de funcionamento desta maior e mais antiga central nuclear ibérica.”

#### **7.3.7 - O Sr. Deputado Municipal Nuno Avelar Pinheiro (PS):**

“Sr. Presidente, Srs. Deputados Municipais;

Moção/Deliberação Por um melhor serviço da Transportes Sul do Tejo – TST

A TST é detida integralmente pela Arriva Transportes da Margem Sul, SA e faz parte de um dos maiores grupos internacionais de transportes de passageiros, a Deutsche Bahn AG.

A TST opera 190 carreiras, com uma frota da empresa de cerca de 510 viaturas (informação constante atualmente na página da empresa), o que representa uma redução de cerca de 100 viaturas em relação



a 10 anos atrás. A idade média dessas viaturas era de 15 anos, não apresentando, muitas delas, os padrões de segurança, fiabilidade e conforto exigíveis.

A TST desenvolve a sua atividade na Península de Setúbal, servindo uma população de cerca de 1 milhão de habitantes. A área de atuação, com 1600 Km<sup>2</sup>, abrange os concelhos de Alcochete, Almada, Barreiro, Moita, Montijo, Palmela, Seixal, Sesimbra e Setúbal. A TST, Transportes Sul do Tejo é a concessionária de grande parte do transporte rodoviário de passageiros no Concelho de Almada e Margem Sul do Tejo, sendo o único operador de transportes coletivos a servir uma grande parte do concelho.

A TST recebe anualmente elevadas quantias do estado português a título de indemnizações compensatórias pelo serviço público de transporte de passageiros (3 750 000 euros em 2014).

A diminuição de serviços com cortes de carreiras, maior espaçamento entre carreiras e com supressão de carreiras por “razões técnicas” tem sido constante, havendo atualmente padrões de qualidade e frequência muito abaixo dos mínimos exigíveis.

O descontentamento em relação ao serviço prestado pela TST é tal que circulam petições exigindo melhores serviço, tal como a que seguidamente reproduzimos:

*“Os utentes dos TST – Transportes Sul do Tejo, SA, indignados e insatisfeitos com a péssima prestação de serviço público de transporte rodoviário por parte desta operadora em consequência:*

*-Do incumprimento de horários e atrasos no serviço prestado;*  
*-Da diminuição de carreiras para e de Cacilhas para as diversas localidades dos concelhos de Almada e Seixal, que dificultam o direito à mobilidade das populações;*  
*-Da péssima qualidade de autocarros que circulam sem condições de conforto mínimo.*  
*Exigem ao Governo que obrigue a TST a cumprir as suas obrigações de um verdadeiro prestador de serviço público de transportes, com reposição de carreiras e horários que não ponham em causa o direito das populações a transportes públicos com qualidade, regularidade e segurança, sendo que para isso recebe indemnizações compensatórias do Estado.”*

Também a Câmara Municipal da Moita assinou um protocolo com os Transportes Coletivos do Barreiro para que a atividade destes seja igualmente prestada no Concelho da Moita.

A Assembleia Municipal de Almada, reunida em 29/06/2016 delibera:

Solidarizar-se com as petições lançadas por cidadãos, procedendo, à sua divulgação nos meios de comunicação municipal;

Exigir da TST o cumprimento integral das carreiras previstas;

Exigir a reposição de carreiras retiradas, de forma a garantir o direito à mobilidade e ao transporte coletivo das populações;

Denunciar a situação junto do Governo no sentido de que este exija à TST o cumprimento das suas obrigações.”

**7.3.8 - O Sr. Deputado Municipal Paulo Sabino (PSD):**

“Sr. Presidente, Srs. Deputados Municipais;



Moção/Deliberação Sobre as condições de segurança e higiene junto às (e nas) Praias da Costa da Caparica

As praias da Costa da Caparica são o principal foco de atração turística do concelho de Almada, atraindo milhares de pessoas que ali se deslocam a fim de gozar os recursos endógenos da Freguesia. A preservação do espaço público é fundamental para a funcionalidade da circulação de pessoas e para a manutenção da saúde pública.

No entanto, é clara a falta de planeamento na construção e de preservação das infraestruturas existentes, sendo notória a fraca conservação e manutenção regular do espaço público. Estes fatores colocam em risco os cidadãos que passeiam na Costa ou usufruem das nossas praias, potenciando acidentes frequentes com prejuízos claros para as pessoas e a sua saúde.

Nesse sentido, a Assembleia Municipal de Almada reunida a 29 de Junho de 2016 delibera:

- i. Que os órgãos autárquicos com poder executivo deverão verificar as condições de segurança e higiene existentes para a circulação de pessoas junto à linha de praias, assinalando e vedando espaços onde não sejam verificadas as condições de segurança ideais, por forma a evitar acidentes;
- ii. Que a Câmara Municipal deverá exigir das entidades competentes a reposição das condições de segurança e higiene para as pessoas que se dirijam às praias da Costa da Caparica (ou repô-las quando for da sua competência), na certeza de que as infraestruturas existentes devem ser requalificadas e melhoradas no sentido de promover a funcionalidade e evitar acidentes;
- iii. Que se devem agilizar junto das entidades competentes (ou diretamente pela Câmara, caso seja sua competência), mecanismos de compensação de despesas médicas relacionadas com acidentes na Costa da Caparica, resultado da má conservação dos espaços para circulação de pessoas, e de outras despesas associadas aos referidos acidentes.”

**7.3.9 – A Sr.<sup>a</sup> Deputada Municipal Joana Mortágua (BE):**

“Sr. Presidente, Srs. Deputados Municipais;

Moção/Deliberação Em defesa da Escola Pública

No 40º aniversário da Constituição, o país celebra a democracia e, entre as suas conquistas, a Escola Pública. Quatro décadas depois, reafirmamos que o investimento numa escola pública de qualidade é a única forma de a manter como instrumento de igualdade.

Sem a Escola Pública da democracia, a segregação social começava cedo na vida daqueles que não tinham possibilidade de frequentar os liceus e colégios reservados para a elite. Desta forma, o regime assegurava-se de que todos saberiam sempre o seu lugar na sociedade: o filho de rico destinado à riqueza e o filho de pobre condenado à miséria.

Durante décadas, a ausência de um sistema de ensino público, gratuito e universal foi sinónimo de atraso e de iniquidade de uma ditadura que tinha “as suas razões” para considerar a Educação do povo um perigo.

Com o fim da ditadura em 1974, uma das prioridades da revolução dos cravos só poderia ser garantir o acesso do povo à Educação, mas a Constituição foi ainda mais longe. Reconhecido o direito de todas e



todos à educação em conduções de igualdade, o artigo 75.º da Constituição obrigou o Estado, a criar uma “rede de estabelecimentos públicos de ensino que cubra as necessidades de toda a população”.

Durante décadas, o país investiu os seus impostos na escola que é todos, e todos sem exceção tiveram direito a ela. A Escola Pública foi capaz de um dos maiores feitos da democracia: em 40 anos, a taxa de escolarização no 3º ciclo do ensino básico disparou de 23,8% para 86,5%, e no secundário de 4,9% para 74,3%. Além de educar a geração filha do 25 de Abril, a Escola Pública transformou-se num poderoso instrumento de igualdade e desenvolvimento.

Onde não foi capaz de chegar rapidamente com a construção de escolas, o Estado contratualizou com dinheiro público a frequência de colégios privados através de contractos de associação. Com o tempo, estes contractos tornaram-se desnecessários, mas sucessivos Governos mantiveram as transferências como rendas públicas a menos de uma centena de negócios privados. Enquanto o Estado desperdiçava dinheiro com colégios, as Escolas Públicas localizadas nessas zonas de implantação foram sofrendo com o esvaziamento e o desinvestimento

Durante os últimos anos de austeridade cortaram-se mais de 1300 milhões de euros na educação pública, fecharam-se escolas, despediram-se professores, reduziram-se recursos, apesar de se manterem as rendas aos privados. Esse caminho tem de ser travado e invertido.

Assim, a Assembleia Municipal de Almada, reunida no dia 29 de Junho de 2016, delibera:

- Saudar a decisão do governo de fazer cumprir a lei ao impedir as redundâncias nos contractos de associação, travando o desperdício com rendas aos colégios privados;
- Saudar a grande manifestação de 18 de junho, em defesa da Escola Pública;
- Exortar o governo a aumentar o investimento na escola pública.”

**7.3.10 - O Sr. Deputado Municipal Carlos Guedes (BE):**

“Sr. Presidente, Srs. Deputados Municipais;

Moção/Saudação ao Clube Desportivo da Cova da Piedade

O Clube Desportivo da Cova da Piedade, fundado a 28 de Janeiro de 1947, disputou na época 2015/2016 a Zona Sul do Campeonato de Portugal tendo vencido a primeira fase e concretizado a subida à 2ª Liga na segunda fase. O êxito desportivo acontece após três anos de participação no Campeonato Nacional de Seniores (2 anos) e no Campeonato de Portugal (1 ano). Um êxito que atingiu o seu auge com a conquista do título de vencedor do Campeonato de Portugal, em Abrantes, contra o F.C. Vizela, no dia 5 de Junho de 2016.

Na época 2012/2013, o Clube Desportivo da Cova da Piedade disputava a 1ª Divisão da Associação de Futebol de Setúbal.

No Concelho de Almada e também no Distrito de Setúbal, o Clube Desportivo da Cova da Piedade assume assim uma especial importância por ter atingido um lugar nos campeonatos profissionais de futebol.

Os êxitos desportivos obtidos pelo CDCP são dignos de registo também pelos resultados positivos dos escalões de formação e futsal.



O bom desempenho dos atletas, treinadores e equipas técnicas, o envolvimento dos sócios e simpatizantes no apoio a todos os escalões assim como todo o trabalho de organização e planeamento desenvolvido pela Direção e Órgãos Sociais do CDCP, merecem ser assinalados com especial destaque.

Persistindo ainda por resolver algumas das justas pretensões da Direção e Órgãos sociais, sócios e simpatizantes do CDCP, auguramos que seja possível a sua concretização no futuro próximo para satisfação de todos os que desejam um Clube ainda mais forte no panorama desportivo nacional.

Assim, a Assembleia Municipal de Almada, reunida em plenário a 29 de junho de 2016, delibera:

- Saudar a Direção e Órgãos Sociais do Clube Desportivo da Cova da Piedade;
- Saudar os Atletas, Treinadores e Equipas Técnicas;
- Saudar os sócios e simpatizantes, os quais contribuíram também para os assinaláveis êxitos atingidos pelos seniores, escalões de formação de futebol e futsal.
- Augurar os maiores êxitos desportivos futuros ao Clube Desportivo da Cova da Piedade.”

**7.3.11 – A Sr.<sup>a</sup> Deputada Municipal Eva Gomes (CDU):**

“Sr. Presidente, Srs. Deputados Municipais;

**Moção/Saudação e Reconhecimento ao Teatro Extremo e Atividade Cultural no Concelho**

No ano em que se comemoram 40 anos da Constituição da República Portuguesa e simultaneamente das primeiras eleições livres para os Órgãos do Poder Local e Democrático, o concelho de Almada continua a assumir-se como um território de cultura e criatividade, nas diferentes áreas artísticas e culturais.

O Teatro Extremo - Companhia de Teatro Itinerante, fundada em 1994 e constituída Associação Cultural em 1996, tem vindo a desenvolver, desde a sua criação, projetos nas áreas da criação, programação e serviço educativo, de que é exemplo a dinamização de forma interrupta do Festival Sementes – Mostra Internacional de Artes para o Pequeno Público.

Este ano, já na sua 21<sup>a</sup> edição, o festival decorreu entre 20 de maio a 5 de junho em vários municípios da região sul do Tejo bem como em diversos equipamentos e espaços públicos do concelho de Almada, com a já habitual programação diversificada e de qualidade destinada a toda a família. Foram 29 companhias e artistas, de Almada, do norte ao sul do país e ainda estrangeiras, de países como Espanha, Brasil, Hungria, Cabo Verde e Macau, num total de cerca de seis dezenas de atividades e espetáculos que trouxeram o teatro, a dança, as marionetas, as artes circenses e as artes plásticas, a música, a magia, a animação de rua, exposições e oficinas.

Ainda ao longo do mês de junho, mês das Festas Populares, celebrou-se Almada e os seus equipamentos culturais que, com a participação do movimento associativo, permitiu recriar costumes e tradições.

Na Casa da Cerca – Centro de Arte Contemporânea, no passado dia 18 de junho, decorreu a Festa da Casa da Cerca 2016 - Um Dia Inspirador, cujo tema “A Inspiração” foi abordado através de um programa com uma enorme diversidade cultural. Nos diferentes recantos da Casa da Cerca



encontrámos exposições e instalações artísticas, ao longo do dia realizaram-se visitas orientadas e oficinas de arte, praticaram-se técnicas de relaxamento, yoga e tai-chi, decorreram performances e ainda momentos musicais de estilos variados, começando com a atuação do Ensemble de Metais da Orquestra de Câmara de Almada e terminando, ao final da noite, com o DJ Lizardo.

No Solar dos Zagallos, aconteceu dia 25 do junho, a Festa no Solar – Sabores, Saberes e Memórias que teve como inspiração, este ano, a história e origens da Sobreda e de Almada resultado de uma fusão de culturas, tradições e gentes do Alentejo, aos “ratinhos” do norte, passando pelos “caramelos” da Barra Cheia ou de Palmela. Daqui nasceu a ideia de tratar o tema Migrações-Almada, Terra de Todos e de Todas!, que ao longo do dia, através de atuações musicais e de dança, oficinas, exposições, jogos tradicionais e ainda apresentações de grupos etnográficos e bandas filarmónicas animou e encheu de cor tanto o solar como o jardim, recriando tempos do passado.

Nestes termos, a Assembleia Municipal de Almada, reunida em plenário no dia 29 de junho de 2016, delibera:

1. Saudar o Teatro Extremo - Companhia de Teatro Itinerante e em particular o sucesso da 21ª edição do Festival Sementes – Mostra Internacional de Artes para o Pequeno Público que mais um ano brindou o público com uma programação diversificada e de elevada qualidade, vindo a fomentar o gosto pelas artes e a atrair novos públicos, contribuindo para a democratização do acesso à cultura.
2. Saudar a Câmara Municipal de Almada bem como os seus trabalhadores e Movimento Associativo que permitiram o sucesso da Festa da Casa da Cerca assim como da Festa no Solar como celebração das artes e cultura, história, tradições e costumes.”

**7.3.12 – A Sr.ª Deputada Municipal Luísa Ramos (CDU):**

“Sr. Presidente, Srs. Deputados Municipais;

Moção/Deliberação Por um passe social intermodal, com todos os operadores e em toda a Área Metropolitana de Lisboa

A criação em 1976 do passe social intermodal foi uma das muitas medidas de profundo alcance social resultante da Revolução de Abril.

Elemento decisivo, juntamente com a criação dos transportes públicos, na promoção da mobilidade das populações e na ulterior contenção dos preços dos transportes na Área Metropolitana de Lisboa (AML).

Todavia, o caminho seguido de desvirtuamento e enfraquecimento da função do passe social intermodal na promoção da intermodalidade e de redução acentuada da oferta de transportes públicos são lesivos das necessidades de mobilidade das populações e dos interesses regionais e concelhios, sendo, portanto, necessário e urgente tomar medidas que rompam com os constrangimentos impostos às populações.

De facto,

- a) O aumento desproporcional do seu custo face ao salário mínimo nacional;



- b) Uma expansão urbana que não foi acompanhada pela adequação às novas realidades e necessidades das populações, designadamente, pela revisão dos limites das coroas geográficas formadoras dos preços do passe social intermodal e pela não inclusão a todos os operadores;
- c) A redução da oferta – horários e percursos – com o objetivo exclusivo de redução de custos;
- d) Uma oferta muito onerosa, deficitária e dominada por operadores privados (na maioria das vezes diminuta e a preços elevadíssimos). Aliás, os custos para os utentes com os transportes públicos são demasiado elevados, sendo, por exemplo, mais caros na AML do que em Berlim, apesar dos salários serem superiores na Alemanha em mais do triplo.

Estas políticas conduziram ao estímulo pela utilização do transporte individual, com todas as consequências daqui decorrentes e são um fator de exclusão social de largas camadas das populações, idosos, trabalhadores precários, desempregados e jovens.

Por outro lado, a multiplicação de títulos de transportes na AML, mais de 2000 títulos, bilhetes e passes, retira eficiência ao sistema.

Tem prejudicado as populações e o seu direito à mobilidade bem como foi conduzindo à falta de atratividade dos transportes públicos e à ineficiência da intermodalidade.

Para além da satisfação das necessidades e direitos das populações à mobilidade, o aumento do número de utentes deve ser a prioridade de qualquer política de transportes.

Para isso é preciso garantir um aumento da oferta, mas igualmente promover preços atrativos para o passe social intermodal, integrando todos os operadores, modos de transportes e a unificação do sistema de bilhética.

Ou seja, os transportes públicos têm que ser atrativos e com preços que estimulem a sua utilização, garantindo que, com um mesmo passe intermodal ou o mesmo bilhete, seja possível circular por toda a AML, adequando-o à realidade urbana atual.

No concelho de Almada que sentido faz a Fertagus e o Metro Sul do Tejo estarem fora do passe social intermodal?

Que sentido faz haver preços diferentes do passe, consoante esteja incluído nas várias coroas existentes, como por exemplo acontece a partir da paragem que serve o Pavilhão dos Desportos Cidade de Almada para o Almada Fórum? Ou ainda dentro da freguesia da Charneca de Caparica? E entre Cacilhas e Trafaria é o L12, mas para a Costa de Caparica já é o L123?

Segundos dados de 2011 dos 174.030 habitantes no Concelho de Almada, 19.353 pessoas, cerca de 11 % estão fora de qualquer coroa; na coroa 2 estão 103.217 e na coroa 3 estão 51.460.

Neste contexto consideramos muito positiva, de grande alcance e de grande oportunidade a iniciativa legislativa do PCP que visa a criação de um Passe Social Intermodal para toda a AML que inclua todos os operadores e todas as carreiras que assegure a plena cobertura do nosso concelho, na promoção do transporte público.



A adequação do passe social intermodal à realidade urbana atual, conduzirá a um crescimento significativo dos utentes, com ganhos para os próprios e para a sociedade, promovendo igualmente um maior equilíbrio financeiro do sistema.

Assim a Assembleia Municipal de Almada reunida em plenário no dia 29 de junho de 2016, delibera:

1. Manifestar o apoio à existência dum passe social intermodal que inclua todos os operadores e abranja todas as carreiras na AML, pelas enormes vantagens para a mobilidade das populações.
2. Reiterar a rejeição pelos cortes nas carreiras por parte dos operadores, para além das sucessivas e inúmeras falhas no cumprimento do serviço prestado pela TST.”

**7.3.13 - O Sr. Deputado Municipal João Geraldês (CDU):**

“Sr. Presidente, Srs. Deputados Municipais;

Moção/Deliberação sobre As Praias com Bandeira Azul e Qualidade de Ouro no Concelho de Almada

O Município de Almada, no concreto a frente de praias atlântica da Costa da Caparica, continua a merecer e justificar, como vem acontecendo em sucessivas épocas balneares, a distinção das exigentes organizações, nacionais e internacionais, que avaliam a qualidade das águas, das areias e das infraestruturas colocadas ao serviço dos cidadãos que frequentam as zonas balneares.

Em termos nacionais, a Associação Ambientalista Quercus avaliou e atribuiu uma vez mais em 2016 a distinção “Praias com Qualidade de Ouro”, a zonas balneares cujas águas apresentam resultados de excelência no que respeita à sua qualidade.

Num quadro de avaliação de ampla exigência, a distinção de praia com “Qualidade de Ouro” impõe que as águas balneares respeitem essencialmente dois critérios apertados de qualidade:

- Que a qualidade da água seja considerada “excelente” nas cinco últimas épocas balneares (no caso de 2016, as épocas balneares de 2011 a 2015);
- Que todas as análises realizadas, sem exceção, na última época balnear (2015) tenham apresentado resultados melhores que os valores definidos para o percentil 95 do anexo I da Diretiva relativa às águas balneares;

A extraordinária frente de praias de Almada cumpre integralmente aqueles critérios, sendo o nosso Concelho um dos que possui maior número de distinções de “praia com qualidade de ouro”. São 16 as zonas balneares distinguidas no nosso Concelho:

- Bela Vista/Nova Vaga; Cabana do Pescador; Castelo; CDS/Santo António; Cova do Vapor; Fonte da Telha; Infante; Mata; Morena; Rainha; Rei; Riviera; S. João da Caparica/Praia do Norte; Saúde; Sereia; e Tarquínio-Paraíso/Dragão Vermelho.

Também o Programa Bandeira Azul da Europa, que assinala em 2016 os seus 30 anos de existência, distingue uma vez mais este ano a qualidade das praias do litoral atlântico de Almada.

Se olharmos o mapa disponível no sítio da Internet do Programa Bandeira Azul da Europa, verificamos sem dificuldade que a Associação que gere o programa atribui, uma vez mais, grande destaque à qualidade de toda a frente de praias da Costa da Caparica, desde o extremo norte na Cova do Vapor,



até à zona mais a sul na Fonte da Telha, tendo obtido aprovação todas as candidaturas apresentadas por Almada a este galardão.

Utilizando critérios mais amplos para atribuição do galardão, em que as praias candidatas são avaliadas em função das condições que oferecem o nível da informação e educação ambiental, da qualidade da água (menos exigente que os critérios utilizados pela Associação Ambientalista Quercus), a gestão ambiental e equipamentos e a segurança e serviços.

As frentes de praias com Bandeira Azul em 2016 são a Praia da Mata, Praia do CDS/Santo António, Praia de S. João, Praia da Sereia e Praia do Tarquínio/Paraíso/Dragão Vermelho.

Um dos critérios mais exigentes impostos pela Associação Bandeira Azul da Europa prende-se com a segurança e os serviços prestados aos utilizadores das praias, designadamente com a oferta de serviços de nadadores-salvadores em permanência nas praias.

Neste quadro, a Câmara Municipal de Almada anunciou já a sua disponibilidade para colaborar no esforço de garantia das condições de segurança em todas as praias do Concelho, designadamente através de apoios financeiros à contratação de nadadores-salvadores, de modo a prevenir de forma eficaz eventuais ocorrências graves com qualquer dos milhões de utentes anuais dos areais da frente atlântica do nosso Concelho.

Assim, a Assembleia Municipal de Almada reunida em plenário no dia 29 de junho de 2016, delibera:

1. Saudar vivamente a distinção da qualidade das águas balneares e do conjunto dos serviços disponibilizados nas praias do Concelho de Almada, uma vez mais registada no início de mais uma época balnear, pelas entidades nacionais e internacionais que avaliam a qualidade dos recursos balneares.
2. Sublinhar a importância que este amplo reconhecimento da qualidade oferecida em Almada assume no quadro do desenvolvimento económico, especialmente no setor do turismo e em particular da Costa da Caparica, mas sem deixar de possuir amplo significado para o Concelho de Almada em geral.
3. Saudar a Câmara Municipal de Almada pela disponibilidade uma vez mais demonstrada na procura de soluções e no apoio concreto para a criação das condições mais adequadas e mais ajustadas à garantia de uma oferta de elevada qualidade a muitas centenas de milhares de utilizadores que anualmente procuram as praias da Costa da Caparica precisamente pela sua qualidade de exceção.”

**7.3.14** – A Sr.<sup>a</sup> Deputada Municipal Teresa Coelho – Presidente da União das Freguesias de Caparica e Trafaria:

“Sr. Presidente, Srs. Deputados Municipais;

Moção/Deliberação Pelo desenvolvimento da Trafaria

A freguesia da Trafaria, com a sua localização e enquadramento- frente a Lisboa e na chegada do Tejo ao Oceano Atlântico- tem um potencial único para se afirmar como uma das portas de entrada do concelho de Almada com maior atratividade. Desde a sua oferta gastronómica às praias, passando



pelos seus monumentos e valores naturais, são muitas as razões para que ela se afirme no contexto metropolitano como um destino de excelência.

Tanto a diversidade de organismos com competência no território e na definição dos seus usos, como a imposição de condicionantes derivados das opções que têm sido feitas a nível da administração central - desde os silos, passando pela intenção anunciada (e prontamente combatida pelas autarquias e população), de instalação de um mega terminal de contentores, até à manutenção no papel de um canal ferroviário com os respetivos ónus construtivos - têm adiado esta vocação e impedido o crescimento desta terra, empurrando as suas populações mais jovens para a procura de emprego e habitação fora da freguesia que, entretanto, vê desaparecer serviços públicos fundamentais, como são o centro de saúde e os correios, enfrenta a degradação de muito do seu edificado, o abandono e ruína do seu património histórico e a falência das suas atividades económicas tradicionais, sem apoios e incentivos aos pescadores e mariscadores que ali sempre operaram.

Mais recentemente, até as acessibilidades têm sido postas em causa, consequência do desinvestimento que durante anos foi feito no transporte fluvial pelas administrações da Transtejo e da falta de interesse dos TST em dar as respostas necessárias à fiabilidade e conforto do transporte coletivo de passageiros.

É perante este quadro de esquecimento e abandono que as autarquias nunca baixaram os braços e deixaram de assumir responsabilidades mesmo as que não são suas. Exigindo a quem de direito mas, mais do que isso, a encabeçarem propostas, investimentos e instrumentos de ordenamento do território, dinamizando o envolvimento dos responsáveis no encontrar de saídas e soluções capazes de dar uma nova vida à Trafaria e um novo fôlego às suas gentes.

O potencial da Trafaria torna-se evidente quando de todas as Áreas de reabilitação Urbana definidas para o concelho, esta é a que apresenta maior sucesso e interesse. Começa a voltar a acreditar-se na Trafaria! Para tal contribuíram a dinamização do presídio, edifício histórico que em boa hora o município decidiu adquirir, mas também a compra recente da antiga garagem da Transportadora Piedense, permitindo à autarquia ambicionar para aquela área de entrada na freguesia, um modelo de espaço publico qualificado e atrativo.

A recente realização do festival “Trafaria com prova” confirmou a justeza das opções que têm vindo a ser assumidas. Durante três dias passaram pelo passeio ribeirinho e visitaram o presídio milhares de pessoas, muitas delas que nunca ali se tinham deslocado, permitindo à restauração local promover a sua gastronomia e acreditar no potencial que têm em mãos.

A Assembleia Municipal de Almada não pode deixar de reconhecer e valorizar estas iniciativas. Elas por si só não são suficientes mas são um caminho e uma porta aberta para que outras entidades com (maiores) responsabilidades no território a aproveitem e, também elas assumam a prioridade que é ultrapassar décadas de estagnação e desinvestimento a que votaram a Trafaria.

Assim, a Assembleia Municipal de Almada saúda as iniciativas e investimentos que têm sido assumidos pela Câmara na freguesia da Trafaria, apelando a que estas tenham continuidade e sejam



aprofundadas, e insta a que as outras entidades, públicas e privadas, com responsabilidades aos vários níveis naquele território possam seguir o seu exemplo, juntando-se num esforço coletivo para fazer da Trafaria o grande polo de atração que esta já foi, colocando-a nos caminhos do desenvolvimento e progresso que a freguesia necessita e merece.”

**7.3.15 - O Sr. Deputado Municipal João Geraldês (CDU):**

“Sr. Presidente, Srs. Deputados Municipais;

Moção/Saudação De Congratulação pelo 40º Aniversário do Departamento de Ciência dos Materiais da FCT/UNL

O Departamento de Ciência dos Materiais da Faculdade de Ciências e Tecnologia Universidade Nova de Lisboa, instalado no Campus Universitário de Monte de Caparica, completou no passado dia 24 de Junho, Feriado Municipal de Almada, 40 anos de existência e de intensa e frutuosa atividade.

A atividade desenvolvida pelo Departamento de Ciência dos Materiais da FCT/UNL integra inúmeros contributos de grande valia, importância e significado para o desenvolvimento e progresso da investigação e do conhecimento científicos, unanimemente reconhecidos no plano nacional e no plano internacional, e que reforçam de forma substancial o Município Educador e do Conhecimento que, cada vez mais, Almada pretende ser.

Concebido e construído por iniciativa do Professor Leopoldo Guimarães, ex-Diretor da Faculdade de Ciências e Tecnologia e ex-Reitor da Universidade Nova de Lisboa, como *“formação multidisciplinar abrangente, onde os materiais deveriam ser o meio de promoção e desenvolvimento de diferentes sectores industriais, como a Energia, a Eletrónica, a Saúde, para além das áreas clássicas da metalomecânica e construção civil”*, este Departamento Universitário tem vindo a distinguir-se precisamente pelo seu contributo no domínio da investigação orientada para o conhecimento de características multidisciplinares, e direcionada para a procura de respostas a necessidades e desafios de diferentes áreas da atividade humana.

Nestas quatro décadas, o trabalho desenvolvido pelos professores, investigadores e profissionais do Departamento de Ciências dos Materiais, obteve resultados verdadeiramente notáveis no quadro do saber e do conhecimento, que se projetam hoje de forma inquestionável em toda a comunidade internacional, transportando mais longe e de forma mais destacada a qualidade do trabalho realizado, o nome e o prestígio de Almada e das suas gentes.

São dessa realidade exemplos eloquentes os êxitos obtidos pela chamada “eletrónica transparente” e “eletrónica do papel” e a sua inequívoca importância no domínio da eletrónica e da computação, e o facto de o Departamento ser o único do País que possui três investigadores que alcançaram bolsas do Conselho Europeu de Investigação (ERC), prémios altamente prestigiantes e prestigiados em todo o mundo.

Entre muitas outras significativas distinções que têm sido conferidas ao Departamento e aos seus Investigadores, sublinham-se algumas das mais recentes:



## MUNICÍPIO DE ALMADA

### Assembleia Municipal

- O Professor Rodrigo Martins, Diretor do Departamento, foi recentemente nomeado Membro da Academia Europeia das Ciências, associação internacional independente que tem como objetivo o reforço da ciência europeia e da cooperação científica e a utilização dos conhecimentos dos seus membros no aconselhamento de outros organismos europeus para a melhoria da investigação europeia, da aplicação tecnológica e do desenvolvimento social.
- A Professora Elvira Fortunato, conhecida e destacada investigadora do Departamento, foi também recentemente distinguida com a “Medalha Blaise Pascal para a Ciência dos Materiais”, atribuída pelo Conselho Geral da Academia Europeia das Ciências. Elvira Fortunato foi também escolhida, em Novembro de 2015, para integrar a Estrutura de Aconselhamento Científico da Comissão Europeia, criada com o objetivo de dar aconselhamento científico independente à elaboração de políticas e legislação europeias no domínio da ciência e da investigação científica.
- Os Professores Elvira Fortunato e Rodrigo Martins foram nomeados finalistas da edição de 2016 do “European Inventor Award” (Prémio Europeu do Inventor), enquanto uma das três equipas finalistas na categoria de “Investigação” deste prémio europeu de inovação atribuído anualmente pelo Instituto Europeu de Patentes.
- Em 2015 a recém-formada aluna do Departamento de Ciências dos Materiais Ana Correia venceu o prémio Sociedade Portuguesa de Materiais.
- Em maio de 2016, Emanuel Carlos, investigador no Departamento de Ciências dos Materiais ganhou primeiro e segundo prémios em dois simpósios da Sociedade Europeia de Pesquisa em Materiais Research Society E-MRS Spring 2016
- A equipa do Prof. Rui Silva, igualmente investigador do Departamento de Ciências dos Materiais, venceu o Prémio de Investigação Colaborativa Santander Totta/NOVA, com um trabalho distinguido pelo avanço que representa ao nível das Ciências dos Materiais e Acústica Musical, enquanto contributo para a preservação dos carrilhões do Convento de Maфра.
- Em 2015 o Centro de Investigação de Materiais (CENIMAT/I3N), centro associado ao Departamento de Ciências dos Materiais, é reconhecido em 2015 como um dos 11 melhores Institutos e/ou Centros de Excelência da rede nacional de unidades de investigação científica e tecnológica avaliados como “excepcionais” pela Fundação para a Ciência e a Tecnologia (FCT-MEC), sendo o único centro de investigação em Portugal na área dos Materiais Avançados e Nanotecnologias a obter esta classificação;
- Em Almada, os Investigadores Elvira Fortunato e Rodrigo Martins venceram a primeira edição do Prémio de Investigação Cidade de Almada, realizada em 2012.

Assim, a Assembleia Municipal de Almada na sua Reunião Plenária realizada em 29 de junho de 2016, delibera:

1. Expressar a todos os Profissionais, Professores, Investigadores e particularmente ao seu Diretor, Professor Doutor Rodrigo Martins, as mais vivas felicitações pela celebração do 40º Aniversário da



fundação do Departamento de Ciência dos Materiais da Faculdade de Ciências e Tecnologia da Universidade Nova de Lisboa, instalado no Campus Universitário do Monte de Caparica, em Almada.

2. Sublinhar e exaltar os múltiplos êxitos científicos alcançados ao longo dos 40 anos de trabalho árduo e dedicados das equipas de investigadores que integram o Departamento, realçando o seu inestimável contributo para a projeção de Almada enquanto Concelho Educador e do Conhecimento que se orgulha de ser.
3. Expressar os mais sinceros votos de continuação do trabalho na senda de novos êxitos, capazes de acrescentar saber ao saber e conhecimento ao conhecimento, e capazes, igualmente, de colocar ao serviço do desenvolvimento e do bem-estar da comunidade almadense em primeiro lugar, mas de toda a Humanidade igualmente, os ensinamentos que são resultado do trabalho realizado.”

**7.3.16 – A Sr.<sup>a</sup> Deputada Municipal Alexandra Correia (PAN):**

“Sr. Presidente, Srs. Deputados Municipais;

Moção/Deliberação Alimentação de animais de rua – Recomendação de inclusão de artigo em regulamento municipal

Neste momento, o município de Almada, sobre a alimentação de animais de rua, rege-se pelo Regulamento Municipal de Resíduos Urbanos, Imagem, Limpeza e Higiene Urbana, que entrou em vigor no dia 28 de fevereiro de 2016, três dias depois de em sessão de Assembleia Municipal, o executivo se ter comprometido a reunir em comissão própria com o intuito de discutir este tema, com todas as forças políticas, a fim de se colaborar com ideias para o regulamento supra citado.

No regulamento em vigor pode ler-se, no artigo 54º:

" a. Tendo em vista a manutenção das condições de higiene e limpeza da via pública é proibido: ( ... )

i. Alimentar animais na via pública

ii. Alimentar animais errantes em espaços privados, nomeadamente logradouros, varandas;"

Foi portanto um ato deliberado e consciente, publicar este artigo que já estava decidido mesmo antes do PAN apresentar a sua proposta e ter aceite levá-la a comissão para discussão.

Decidir proibir alimentar animais de rua, que o são não por escolha, mas pelo resultado das práticas da nossa sociedade, é fugir à responsabilidade dos atos de seres humano que têm obrigação de cuidar da natureza que usam e dos seres que nela habitam.

Pode ler-se no número 2 do artigo 64º sobre "Contraordenações respeitantes à limpeza urbana", "Constituem também contraordenação punível com coima, de €24,94 a €1.870,49, no caso de pessoas singulares, e de €49,76 a €4947,00, no caso de pessoas coletivas ... "

Sendo este um caso urgente de ser resolvido, a Assembleia Municipal de Almada reunida em sessão ordinária nos dias 29 e 30 de Junho de 2016, delibera:

A revisão do atual regulamento, e propomos que entre em vigor o mais brevemente, o seguinte artigo:

"Limpeza Pública



- 1 - São proibidos quaisquer atos que prejudiquem a limpeza dos espaços públicos ou que provoquem impactes negativos no ambiente.
- 2 - Para efeitos do número anterior, não se inclui os atos de alimentação de animais nas vias ou outros espaços públicos desde que sejam asseguradas as condições de limpeza do local e não sejam deixados detritos na via pública."

**7.3.17** - O Sr. Deputado Municipal António Pedro Maco (CDS-PP):

"Sr. Presidente, Srs. Deputados Municipais;

**7.3.17.1** - Moção/Deliberação Contra o despesismo orçamental municipal

A política orçamental de uma autarquia deve ser orientada tendo em conta as necessidades e prioridades do concelho uma vez que, por norma, os recursos disponíveis são escassos e limitados razão pela qual as escolhas devem ter em consideração as respostas a dar aos cidadãos na procura da melhoria da sua qualidade de vida.

Não obstante o equilíbrio orçamental, essas escolhas devem sempre ser direcionadas para colmatar as necessidades em falta optando pelas prioridades que levem ao desenvolvimento do concelho criando condições para mais investimento abrindo caminho a mais oportunidades.

Um autarquia que saiba investir os seus recursos disponíveis é certamente, uma autarquia com futuro e com mais dignidade e igualdade entre os seus concidadãos.

Porém, as contas equilibradas podem não ser manifestamente na prática, as melhores contas; ou pelo menos, podem não ser sinónimo de correto investimento.

E este é o caso de Almada. São inúmeros os casos em que se pode constatar que em Almada a despesa efetuada pela câmara municipal não é aquela que mais vai ao encontro das necessidades das populações, gastando-se em demasia em opções supérfluas que acabam por outro lado, por reduzir obrigatória e consideravelmente o orçamento das prioridades identificadas que ficam por concretizar.

Exemplo disso, tem sido nos últimos anos, a prática constante por parte da câmara municipal em relação a exagerados gastos efetuados no que respeita a ofertas, oferendas, fogo-de-artifício entre outras que não são consideravelmente as maiores prioridades do concelho.

Tanto assim é, que a prática reiterada de ofertas de relógios de pulso pela Câmara Municipal de Almada a alguns dos seus trabalhadores, mesmo que em homenagem aos anos de trabalho em prol da autarquia, é manifestamente exagerada, criando desequilíbrios não só entre os próprios trabalhadores da autarquia, como desequilíbrios na aplicação do orçamento municipal onde maior parte dele é receita adquirida pelos impostos cobrados aos almadenses.

Fica desde já claro, que não está em causa a homenagem aos trabalhadores da autarquia nem a prestação que cada um dá no seu dia-a-dia na contribuição para o desenvolvimento e gestão de Almada. Todos os trabalhadores da autarquia almadense merecem de todos o maior respeito e louvor pelo trabalho reconhecido e prestado.

Contudo, deve-se entender que os valores orçamentados para a ofertas de relógios de pulso nessa mesma homenagem, já custaram ao longo dos três últimos anos aos cofres da autarquia e aos



munícipes, a vasta quantia de duzentos e um mil, duzentos e oitenta e oito euros, ou seja, praticamente 1/4 de um milhão de euros, perfazendo uma média de 800 euros por relógio em 2014 e 2015, sendo que já este ano o valor por relógio é de cerca de 950 euros.

Posto isto, a Assembleia Municipal de Almada reunida nos dias 29 e 30 de Junho de 2016 na localidade da Sobreda, vem desta forma:

- 1 – Manifestar discordância com a prática reiterada da câmara municipal relativamente à despesa que tem vindo a efetuar nos últimos três anos com relógios de pulso tendo em conta as prioridades existentes no concelho de Almada
- 2 - Recomendar à câmara de Almada que possa encontrar outros meios adequados para homenagear os funcionários da autarquia que tenham menos implicações orçamentais comparando com as despesas efetuadas com relógios de pulso
- 3 – Saudar e homenagear ao mesmo tempo os trabalhadores da autarquia, sem exceção, que todos os dias dão o seu empenho e dedicação em prol da comunidade local”

#### **7.3.17.2 - Moção/Deliberação de Homenagem a Telma Monteiro – Budapeste 2016**

O desporto em Almada e os almadenses devem orgulhar-se por mais um êxito desportivo obtido pela judoca almadense Telma Monteiro, que voltou a dignificar o nome de Portugal e de Almada depois de conquistar uma medalha de bronze no Gran Prix de Budapeste - Hungria na modalidade que já se habituou às suas conquistas, o Judo.

Mais uma vez, o desporto em Almada está de parabéns por ter no seu concelho uma digna e honrada campeã que a par de outros tantos atletas almadenses que se vão evidenciando e notabilizando pelo país e pelo estrangeiro nas suas conquistas nas mais diversas modalidades, demonstrando ao mesmo tempo aquilo que é o exemplo de esforço, dedicação e vontade de lutar pelos seus objetivos contribuindo para o exemplo aos mais jovens e a todos aqueles que devem olhar para o desporto como um modo de vida saudável e integrador.

Com a candidatura de Almada a Capital Europeia do Desporto em 2018, a vitória de Telma Monteiro, é sem dúvida uma mais-valia para a decisão final que todos os almadenses anseiam, ou seja, que a realização desse grande encontro de Desporto, se concretize em realidade no concelho de Almada.

Desta feita, a Assembleia Municipal de Almada reunida na localidade da Sobreda, nos dias 29 e 30 de Junho de 2016, vem desta forma manifestar a mais profunda homenagem à judoca almadense Telma Monteiro, pela medalha alcançada no Gran Prix em Budapeste na Hungria, como desejar ao mesmo tempo que a candidatura de Almada à Capital Europeia do Desporto seja uma realidade.”

**7.4 -** No debate dos documentos apresentados usaram da palavra os Srs. Deputados Municipais: Alexandra Correia, Nuno Matias, Joana Mortágua, Carlos Guedes, José Leitão, Luísa Ramos, António Pedro Maco, Odete Alexandre e o Sr. Presidente da Câmara Municipal.

**7.4.1 –** A Sr.<sup>a</sup> Deputada Municipal Alexandra Correia (PAN):

“Sr. Presidente, Srs. Deputados Municipais;



Antes de mais, relativamente à nossa Moção, o documento nº 20, fazer uma pequena alteração na deliberação, passaria a constar o seguinte: “Recomendar à Câmara Municipal de Almada a revisão do atual Regulamento através do aditamento do seguinte artigo”, e daí para a frente mantínhamos o que tem.

E aproveitando que estou com a palavra, posso desde já passar às Moções.

Começando com o documento nº 7 do PSD, sobre Requalificação urgente da rede viária da Charneca de Caparica, apesar de ser um assunto que já foi abordado e debatido diversas vezes, realmente poucas alterações se têm visto naquela zona e por isso iremos votar a favor.

Documento nº 12, também do PSD sobre as condições de segurança e higiene, nós concordamos com o ponto 1 e ponto 2, relativamente ao ponto 3 teremos uma postura de abstenção, portanto sendo os 3 pontos votados em conjunto iremos abster-nos deste documento.

O documento nº 17 da CDU, sobre praias com bandeira azul, qualidade de ouro no Concelho de Almada, é portanto um texto que tem muitas verdades e boas, é um texto muito bonito mas tem muitas omissões e afirmações pouco precisas e incompletas, nomeadamente o ponto 3 “pela disponibilidade uma vez mais demonstrada na procura de soluções e no apoio concreto para a criação das condições mais adequadas e mais ajustadas à garantia de uma oferta de elevada qualidade a muitas centenas de milhares de utilizadores”, nós concordamos com esta frase, exceto aquelas pessoas que têm mobilidade reduzida que de facto não ficarão tão satisfeitas com o acesso, como diz aqui “criação de condições mais adequadas e ajustadas”. Portanto, para além disto e falando na qualidade da água, na qualidade da areia e do que tem à volta, é muito bom realmente e temos boa qualidade aqui na Costa da Caparica e temos também as falhas graves de manutenção que coloca os utentes em risco de um potencial acidente, coisas a serem revistas e como tal iremos abster-nos neste documento.

Por último o documento nº 21 do CDS-PP, iremos abster-nos neste documento, portanto todo o seu conteúdo, fala no despesismo orçamental, fala aqui muito dos relógios e do dinheiro gasto em relógios e do dinheiro gasto em relógios e portanto por estar muito focado neste ponto iremos realmente abster-nos. Os restantes iremos votar a favor.”

#### **7.4.2 - O Sr. Deputado Municipal Nuno Matias (PSD):**

“Sr. Presidente, Srs. Deputados Municipais;

Procurando ser o mais telegráfico possível, em relação às saudações sobre o Clube Desportivo da Cova da Piedade, naturalmente iremos votar favoravelmente, aliás somos um dos proponentes.

Em relação à Moção da CDU sobre Artemrede, iremos também votar favoravelmente, em relação à Moção sobre o Dia Nacional das Coletividades iremos também votar favoravelmente.

Em relação às duas Moções uma da CDU e outra do BE, sobre a Escola Pública, queríamos deixar bem claro que nós também somos favoráveis, apoiamos e louvamos e esperamos que qualquer Governo, independentemente da sua cor, da sua ideologia, da sua visão governativa que defenda a Escola Pública, invista na Escola Pública, procure salvaguardar aquilo que é um mecanismo realmente de ascensão não social mas eu diria de formação, de crescimento e de enriquecimento do ponto de vista



humano, profissional, académico de qualquer cidadão. Agora entendemos nós que estas duas Moções, mais uma vez, ferem um objetivo com um conjunto de supostos factos que era importante que ficasse claro, que quando aqui em parte umas vezes de forma mais objetiva, outras vezes de forma mais simulada, procura-se atacar o anterior Governo supondo-se ou tentando passar a mensagem de que foi o anterior Governo que inventou os supostos contratos de associação. Ora, os contratos de associação existem há muitos anos, goste-se mais, goste-se menos, é uma necessidade que o sistema educativo infelizmente ou felizmente foi gerando e foi uma resposta que foi sendo encontrada por sucessivos Governos de diversas cores e portanto mais do que atacar a escola cooperativa, privada, associativa nós diríamos que é vital que todos os modelos de ensino, desde que devidamente compatíveis, devem ser promovidos na medida do possível e o Estado deve desempenhar o seu papel dentro daquilo que é o cumprimento das suas responsabilidades. Agora assumir que, como aqui é dito, que foi em 2015, através da concretização, repare-se, de um projeto neoliberal que se celebraram contratos de associação, eu diria que não começou em 2015 este tipo de contratos e portanto fazer mais uma vez algum combate político naquilo que podia ser uma reflexão sobre o conceito de educação, de sistema educativo, de financiamento e de salvaguarda daqueles que realmente necessitam de apoio para ter acesso a uma educação de qualidade e que os valorize e faça crescer, aí sim nós estaríamos disponíveis para acompanhar, mas não nestes termos, e por isso deixar bem claro para ficar em Ata, nós somos também pela Escola Pública, pela aposta, pelo financiamento, pelo investimento, mas não nos termos em que aqui é apresentado, e com os considerandos que procuram dissimular a realidade como ela é e é de há muitos anos, não de 2015.

Para além disso gostaríamos de deixar também vincada a nossa posição no caso em relação à Moção sobre a Central de Almaraz. Eu confesso quando li o título no e-mail pensava que era sobre a Quinta do Almaraz. Eu dizia cá para os meus botões, vamos então falar sobre uma requalificação muito relevante e estruturante que é, ainda bem que no caso a CDU se lembrou de trazer para todos nós promovermos. Ainda bem. Bom, mas depois fui ver o conteúdo e tinha a ver com a Central Nuclear de Almaraz, que é um problema que nos preocupa em abono da nossa coerência sobre estas matérias, mais uma vez entendemos nós que não cumpre a esta Assembleia deliberar sobre algo, não cabe à Assembleia Municipal resolver o problema, nem à autarquia resolver o problema. Aliás a Assembleia da República e bem, ao longo de vários anos e por várias iniciativas, eu só vou recordar aqui duas no que diz respeito ao Grupo Parlamentar do PSD, em 11 de abril de 2011 e em 3 de fevereiro de 2016 questionou, apresentou preocupações realmente sobre estas matérias e sobre muitas das questões que estão aqui apresentadas, mas é na Assembleia da República, é através do Governo de Portugal que é o órgão apropriado para se tomar posição sobre estas matérias e portanto iremo-nos abster como é tradição em relação a assuntos que não de Almada, nem têm solução em Almada.

Em relação à Moção sobre os Transportes Sul do Tejo, iremos votar favoravelmente.

Em relação à Moção 12 que é apresentada pelo PSD e depois da proposta feita pela Deputada Municipal do PAN, eu queria só deixar claro que a nossa interpretação do Regimento diz que desde que



haja uma proposta de votação que não de alteração ela deve ser submetida a votação, não é com concordância ou discordância do autor e portanto ela certamente será votada por pontos dentro daquilo que é a proposta do PAN, mas mesmo que não estivesse no Regimento esse espírito ou essa razão, nós iríamos acolher certamente essa proposta.

Em relação à Saudação ao Teatro Extremo iremos votar favoravelmente. Em relação ao Passe Social Intermodal, nós vamos votar favoravelmente a questão do princípio e vamos votar a Moção. Mas não queremos deixar, até por uma questão de coerência de falar sobre este tema para deixar a nota de que isto não é uma questão simples, nem é apenas por concordarmos com o princípio que isto pode ser executado de forma automática. Ou seja, há um conjunto de démarches que têm que ser desencadeadas pelo Governo do ponto de vista de articulação com os diferentes operadores com matriz de distribuição com os diferentes operadores que importa que seja decidida, se calhar já devia ter sido decidida há mais tempo, não é isso que está em causa mas nós associamos ao princípio que deve conduzir à existência deste passe, mas relevamos que há aqui um conjunto de questões até financeiras que levam a que exista um princípio também de equilíbrio para que a solução seja concretizada neste caso esperamos também por este Governo, mas se fosse por qualquer Governo que fosse, não é apenas o princípio que se deve defender, é também a sustentabilidade da sua execução. Mas iremos votar favoravelmente.

Em relação às praias com Bandeira Azul iremos votar também favoravelmente.

Em relação ao documento 18 da CDU, sobre a Trafaria. Nós vamos votar favoravelmente, mas eu gostaria em nome do PSD deixar esta reflexão. Muito daquilo que aqui é dito, tem muita razão, é um território que realmente importa desenvolver, mas a questão é que ao fim de 40 anos de Poder Local Democrático, olhar para aquela terra e ver as oportunidades perdidas, não nos deve fazer refletir sobre a causa e o porquê de tantas oportunidades que passaram ao lado da Trafaria? Será que quando se fala agora aqui num conjunto de instrumentos e eu confesso que apesar de tudo não sou tão taxativo nesta conclusão que considera a ARU da Trafaria o melhor exemplo, com mais sucesso no Concelho. Eu acho que há outros no Concelho com mais taxa de execução e com maior pujança de resultados. Mas ainda assim é uma questão de opinião. Portanto, não vamos fazer disto um cavalo de batalha, digamos assim. Olhar para a Trafaria e ver que há um conjunto de instrumentos de decisão e desenvolvimento que em 40 anos de poder autárquico não foram resolvidos. Eu diria que haveria muito para dizer e muito para apresentar por vários cidadãos da Trafaria e outros autarcas que não apenas os da CDU, porque eu diria que a CDU tem uma quota-parte de responsabilidade na falta de desenvolvimento da Trafaria. Mas ainda assim nós apoiamos o princípio e vamos votar favoravelmente. Em relação ao documento 19 sobre Faculdade Ciências e Tecnologia, vamos votar favoravelmente.

Em relação à Moção do PAN iremos votar favoravelmente.

Em relação à Moção de Saudação do CDS, iremos votar favoravelmente. Em relação ao documento 21 do CDS, em relação às despesas orçamentais municipais, nós concordamos que tem que haver uma reflexão sobre um conjunto de despesas, mas aquilo que nos vai levar a votar contra, porque nós não



podemos em causa o princípio que deve estar subjacente à noção de gestão equilibrada e sustentável do Orçamento Municipal, é que esta Moção não é a primeira vez que é falado, mas mais uma vez vai buscar um mau exemplo. Nós entendemos que os trabalhadores municipais devem ser homenageados e têm sido homenageados ao longo de muitos anos. Pode-se dizer, bom, mas novecentos euros por um relógio é muito. Eu não sei se é muito, se é pouco. Eu diria que pode ser refletido se faz ou não sentido. Eu acho que é um mau exemplo quando, eu acho que há outros mais exemplos que aqui até são falados, como é por exemplo às vezes as festas que são organizadas desproporcionalmente.

Agora, os relógios para os trabalhadores municipais, nós entendemos que não é um mau exemplo, porque essa homenagem é justa, esperemos que seja transversal a todos aqueles que cumprem determinados anos ao serviço da autarquia, nós não temos nenhum exemplo que diga que não é, e desde que assim seja esse bom exemplo de homenagem deve ser prosseguido porque já tem muitos anos e qualquer força política que esteja à frente da autarquia deve manter, porque os trabalhadores da autarquia são uma parte essencial de tudo aquilo que é a sua vida, de tudo aquilo que é capacidade de intervenção e é uma mais valia essencial para o funcionamento do nosso Município e portanto nós concordamos que é preciso repensar algum despesismo, usar o exemplo dos relógios de homenagem aos trabalhadores é um mau exemplo que nós não acompanhamos e por isso iremos votar contra.”

**7.4.3 – A Sr.<sup>a</sup> Deputada Municipal Joana Mortágua (BE):**

“Sr. Presidente, Srs. Deputados Municipais;

Eu ia referir-me a três Moções, mas começar, já que foi referido pelo Sr. Deputado Nuno Matias pela Moção relativa à presença em Almaraz, por Almada, pelo Tejo, Sem Nuclear, pelo seguinte, sabendo nós o que sabemos sobre Almaraz, sobre aquela Central Nuclear que está desatualizada, que teve problemas de segurança vários ao longo do tempo e que é reconhecidamente uma Central Nuclear em fim de vida. Sabendo nós que as Centrais Nucleares além de não ser propriamente uma energia limpa, representam sempre um perigo que quando se verifica, quando se traduz em realidade, não é um perigo circunspeto à localidade onde está, mas pode ter uma destruição devastadora. Sabendo nós que as águas do Tejo são utilizadas no sistema de arrefecimento de Almaraz e que qualquer incidente em Almaraz poderia ter um efeito devastador ao longo de toda a bacia hidrográfica do Tejo, seria uma irresponsabilidade o Município ribeirinho como Almada não fazer tudo aquilo que estiver ao seu alcance para que esta Central seja fechada.

Eu estive e o Bloco esteve presente na manifestação em Cáceres para encerrar, com outros Partidos e outros Movimentos a Central de Almaraz, e portanto com certeza que vamos votar a favor e acompanhamos esta necessidade de apelar ao Governo português para que interceda com maior veemência junto do Governo espanhol para proteção das populações e também para proteção da biodiversidade e para proteção do território de qualquer acidente em Almaraz.

As outras duas Moções que nós também votaremos a favor e já foram objeto de intervenções do Bloco de Esquerda tanto na Assembleia Municipal como na AR têm a ver com os TST, para melhor serviço dos TST e com o Passe Social Intermodal e elas cruzam-se porque os transportes públicos têm a ver



com coisas essenciais para a nossa vida, tempo e dinheiro. Todo o tempo que é passado nos transportes públicos é tempo que não é retirado ao trabalho, pelo contrário, acaba por se juntar ao tempo que é passado fora de casa e prolonga o horário de trabalho e por isso um horário de trabalho de oito horas que muitas vezes já não é cumprido, muito facilmente se transforma num horário de trabalho de dez horas ou onze horas, devido aos tempos que se leva nos transportes e é também uma questão de dinheiro, porque a taxa de esforço relativamente ao rendimento das famílias é cada vez maior e se nós consideramos que a mobilidade é um direito humano, é um direito essencial das populações e não é apenas um instrumento para ir para o trabalho e vir do trabalho, mas um direito essencial da vida das populações, então só podemos exigir um serviço público de transportes de qualidade e a preços acessíveis. A verdade é que por um lado os TST não têm representado esse serviço, eles têm financiamento público devido às suas características, são uma concessão e o serviço tem vindo a deteriorar-se e pondo em causa não só a qualidade do transporte, mas também até a segurança dos passageiros e isso tem havido vários exemplos de autocarros que se avariaram, que se incendiam e depois para além do abuso que é feito de carreiras que são suprimidas, horários alterados e tem que ser feita de facto alguma coisa em relação a isto.

Em relação ao Passe Social Intermodal, absolutamente de acordo, é uma questão essencial para diminuir os custos dos transportes e também temos iniciativa e demonstramos também o nosso acordo com a ideia de um Passe Social Intermodal para toda a Área Metropolitana de Lisboa.”

**7.4.4 - O Sr. Deputado Municipal Carlos Guedes (BE):**

“Sr. Presidente, Srs. Deputados Municipais;

Vou começar por falar da Moção 6, da Saudação ao Clube Desportivo da Cova da Piedade, apresentada pelo PSD. Para o Grupo Municipal do Bloco de Esquerda nós queremos muito votar esta Moção, não nos faz sentido é numa Moção que saúda o êxito desportivo de uma Coletividade do Concelho o ponto 3 e o que lhe segue depois em caso de aprovação, “a Assembleia espera que esta e as restantes Coletividades sejam dotadas das valências necessárias para o desenvolvimento da sua atividade”. Não nos faz sentido numa Saudação aos êxitos desportivos numa época de um Clube, trazer à liça as outras Coletividades. Não deixamos de parte como é evidente o interesse que todas as Coletividades têm e o trabalho que desenvolvem nos locais em que estão inseridas, mas para nós isto não faz sentido e gostaríamos de ver retirada esta parte da Moção.

Em relação ao documento 7, pela requalificação urgente da rede viária da Charneca de Caparica, só nos causa estranheza, estando nós de acordo com o que está na Moção, o prazo dado, porque nos parece desprovido de realidade, estamos a 29 de junho e pedimos à autarquia que num espaço de um mês e dois dias apresente um plano para a melhoria da rede viária na Charneca de Caparica, rua a rua e calendarizado. Passou para outubro? Peço desculpa então não ouvi a correção. Muito bem.

Em relação à Moção sobre o desenvolvimento da Trafaria. Às vezes com a melhor das intenções cometemos alguns excessos de linguagem que deixam à mostra aquilo que foi acontecendo com a Trafaria ao longo dos anos, porque dizer aqui que se começa a voltar a acreditar na Trafaria, eu não



encontro um qualificativo melhor do que tristeza, porque eu acho que ninguém deixou de acreditar na Trafaria, principalmente quem lá vive. Continuou ao longo de muitos anos a sofrer as agruras de lá viver, mas nunca deixou de acreditar, porque continua a lá viver e acho que devíamos ter cuidado com isso e devíamos ter cuidado ainda com outras coisas que é colocar aqui a compra recente da antiga garagem da transportadora Piedense, estando ainda na nossa memória a discussão que foi tida nesta Assembleia e desconhecendo nós ou pelo menos desconheço, o Grupo Municipal do Bloco de Esquerda desconhece, qual é a finalidade que se vai dar a este edifício e apresenta-lo já como um sucesso do que está a acontecer na Trafaria é prematuro.”

**7.4.5 - O Sr. Deputado Municipal José Joaquim Leitão (PS):**

“Sr. Presidente, Srs. Deputados Municipais;

Uso a palavra para comentar os textos que nos foram apresentados e que vão dentro de momentos ser sujeitos a votação. De forma breve na generalidade dos casos e mais, detida em poucos.

Associamo-nos à Moção apresentada pela CDU, de saudação ao Clube Desportivo da Cova da Piedade, tal como nos identificamos com as outras Moções apresentadas com esta temática, embora de facto a observação feita pelo Sr. Deputado do Bloco de Esquerda faz sentido do ponto de vista formal aquela frase não faz grande falta e eventualmente também não faz grande sentido, mas de qualquer modo não deixaremos de votar a favor da Moção.

Relativamente à Artemrede, penso que refere-se a uma realidade que valoriza a Cidade e portanto merece também o nosso voto favorável. Assim como a Moção sobre a distinção para Almada no Dia Nacional das Coletividades.

Depois temos uma Moção sobre Escola Pública, gratuita, universal, inclusiva e de qualidade. A proposta desta Moção e das outras apresentadas em defesa da Escola Pública, gostava de apresentar as seguintes considerações. Em nome do rigor, nós não devemos confundir a liberdade que está consignada na Constituição de as famílias escolherem a escola dos seus filhos com a campanha que também se reclama de liberdade de escolha da escola e que está associada de facto a uma agenda de direita liberal que tem como objetivo final a destruição da Escola Pública. São realidades diferentes e não devem de forma nenhuma ser confundidas. A nossa Constituição e a Lei de Bases reconhece o direito às famílias de escolherem entre as várias ofertas, os vários modelos de educação pública e privada. E até a legislação portuguesa há muito tempo contempla apoios para as famílias que opta pela educação privada, não me estou a referir agora ao contratos de associação, estou-me a referir por exemplo aos contratos simples que permitem que uma determinada família que tem carência económica e que frequenta uma escola privada possa ter um apoio em função dessa carência económica. Há muitas escolas do ensino cooperativo, particular e cooperativo que beneficiam deste apoio através dos contratos simples, escolas com vários perfis e vários projetos, desde escolas privadas confessionais, até à escola Voz do Operário que beneficiam da existência de contratos simples que permitem apoiar a escolha das famílias que optam pela Escola Privada em função da sua carência. Mas de qualquer modo repercute-se sempre no orçamento da família a frequência da escola privada. Os



contratos de associação são uma coisa completamente diferente, os contratos de associação de facto existem há muitos anos em Portugal e decorrem da incapacidade do Estado em determinada ocasião responder às suas obrigações de providenciar um ensino universal e gratuito nos termos da Constituição. E nesses casos e em localidades em que não havia Escola Pública nem havia recursos para a construir, o Estado contratualizou com Colégios que existiam previamente lá, no sentido de acolherem todos os alunos em igualdade de circunstâncias e de forma gratuita, e o Estado pagaria em função disso. E portanto a origem dos contratos de associação não é uma origem conflitual com a Escola Pública, tem um papel supletivo, complementar e deviam-se manter enquanto se justificasse, enquanto se mantivesse essa necessidade. O que acontece é que ao longo dos anos a demografia alterou-se, a rede escolar também se alterou e há neste momento muitas zonas do País essencialmente felizmente para nós na Região Centro e na Região Norte, em que as escolas apoiadas pelo Estado com contratos de associação são redundantes relativamente à capacidade instalada da rede pública. E nós aqui temos um problema que é este, nós podemos dizer não faz mal as famílias escolhem e o Estado paga de um lado e paga do outro, mas não é assim, porque a rede pública responde a todas as crianças e para se poder tornar sustentável tem de ter uma utilização eficiente dos investimentos e dos recursos envolvidos. Quando nós desviamos uma parte dos alunos para uma outra escola, obrigamos a que a Escola Pública passe a ter turmas incompletas, professores sem trabalho, instalações desocupadas e logo aí temos uma objeção de base, mas depois também existe outra objeção que é a seguinte, quando as famílias escolhem, as famílias que podem escolher fazem com que os alunos se distribuam de forma desequilibrada pelos projetos educativos e faz com que determinados projetos educativos tenham uma seleção de alunos que lhes permite vir a ter resultados superiores a outros e as escolas que vão tendo resultados superiores têm maior capacidade de atração e as outras escolas ficam numa situação de grande desfavor. Esta situação que em Portugal não se verificou porque nós não temos em Portugal um sistema de livre escolha na educação, aconteceu por exemplo nos Países Nórdicos, na Suécia, e a Suécia que aqui há oito anos atrás tinha os alunos de quinze anos no topo de ranking do PISA, ao optar pela livre escolha acontece que uma grande parte das escolas passaram a ter resultados inferiores, apesar de haver algumas poucas escolas de excelência. Lá está a livre escolha conduziu à desigualdade e a desigualdade foi de tal ordem que o resultado global dos jovens de quinze anos na Suécia, o resultado global em língua materna e em matemática caiu e neste momento estão muitos lugares abaixo do ranking, porque a desigualdade provocada pela escolha ideológica introduzida no sistema levou a que globalmente o resultado diminuísse, muito embora existam umas quantas escolas de excelência que conseguiram atrair para si os recursos e a população escolar que lhes permite esses resultados. E portanto a Escola Pública em Portugal tem de ser uma escola com as características que nós conhecemos e defendemos e não pode ser sujeita a uma concorrência de uma escola privada que não é privada em termos de risco, porque o Estado paga tudo, mas quer de facto por em causa o projeto de Escola Pública. E portanto achamos que é imprescindível afirmar a defesa da Escola Pública e exigir e eu não tenho problema de usar este termo relativamente ao Governo, exigir



que os recursos que neste momento estão a ser desbaratados com contratos de associação que não servem o serviço para que exista Escola Pública, a Educação Pública, esse dinheiro seja utilizado na recuperação das escolas na rede pública que precisam de investimento. E só para terem uma ideia de uma ordem de grandeza, uma escola por exemplo do tamanho da Emídio Navarro, que temos aqui o nosso Diretor da Emídio Navarro, não é só da Emídio Navarro mas estou-me a referir concretamente à Emídio Navarro, a Emídio Navarro pode ter eventualmente cinquenta turmas, já teve, agora talvez tenha um bocadinho menos, uma escola de cinquenta turmas, que cada turma custa oitenta e cinco mil euros, vai por ano a qualquer coisa como quatro milhões de euros de apoios. Uma escola que esteja neste momento a ser apoiada desnecessariamente desperdiça quatro milhões de euros que é muito mais do que aquilo que é necessário para acabar a Escola Secundária do Monte de Caparica. É disto que estamos a falar e eu perdi um bocadinho de tempo com estas considerações, mas penso que são úteis.

Relativamente à Moção do PSD, pela requalificação urgente da rede viária da Charneca, a estrutura e os termos não são aqueles que nós utilizaríamos se fizéssemos uma Moção sobre este tema, de qualquer modo este assunto é um assunto relevante e merece a nossa atenção e portanto vamos votar a favor da Moção apresentada pelo PSD, embora eu penso que era desnecessário gastar tanto papel e tanto toner com estas fotografias, podiam ser exibidas só a título de exemplo por quem lesse a Moção.

Relativamente à Moção sobre Almaraz, penso que é importante nós manifestarmos o nosso repúdio perante esta situação, não se trata apenas de uma opção errada do ponto de vista energético, é uma opção errada do ponto de vista de segurança e no caso concreto é uma, até já roça a inconsciência ter um equipamento deste, com os perigos que comportam junto a um Rio que abastece a Cidade de Lisboa e temos que tomar medidas à nossa dimensão e neste momento aprovar a Moção é um caminho que é possível.

Sobre os TST, nós devemos continuar a bater-nos sempre pela melhoria das qualidades que são disponibilizadas à nossa população.

Sobre a Moção do PSD relativamente às praias da Costa da Caparica, eu penso que a Assembleia Municipal, todos os cidadãos de Almada, todos os Munícipes devem ser particularmente exigentes e ambiciosos no que diz respeito à qualidade da Costa da Caparica. E deve haver uma exigência grande relativamente à Câmara e ao Governo e a todas as entidades envolvidas. Agora esta Moção de facto do ponto de vista do enfoque não preenche os requisitos indispensáveis para merecer o nosso voto e portanto vamo-nos abster, apesar de sublinhar que a Costa da Caparica merece uma atenção, um desempenho e sublinho também um rigor que neste momento ainda não tem.

Depois mais à frente, eu peço desculpa vou saltar um conjunto de Moções, relativamente ao documento nº 20 do PAN, antes de tomarmos uma decisão de sentido de voto nós gostaríamos que a Câmara se pronunciasse sobre esta recomendação que é feita.

Depois, a Moção que o CDS apresenta, de homenagem a Telma Monteiro, associamo-nos obviamente, pensamos que é um orgulho para Almada.



Quanto à Moção relativa aos relógios oferecidos aos trabalhadores. Nós podemos sempre contestar o que quer que seja, mas faz parte da nossa cultura, da nossa natureza humana homenagear os trabalhadores, os familiares, os amigos em determinadas circunstâncias, até os casais têm as bodas de prata e as bodas de ouro, porque é que nós não havemos de reservar uma parte dos nossos recursos para homenagear aqueles que durante vinte e cinco anos nos serviram? Pode-se dizer, não se devia dar um relógio, dá-se antes uma flor, pronto, mas não me parece que seja desperdício, não me parece que seja desperdício, considerando aquilo que é o padrão utilizado em homenagens deste tipo, se de facto se queria contrariar a orientação orçamental da autarquia havia de facto outras escolhas, como disse o Sr. Deputado Municipal do PSD e esta escolha é particularmente infeliz e vamos votar contra a Moção.”

**7.4.6 – A Sr.<sup>a</sup> Deputada Municipal Luísa Ramos (CDU):**

“Sr. Presidente, Srs. Deputados Municipais;

Brevemente porque gostaríamos de não termos que vir cá na sexta-feira, mas enfim, já que as coisas estão a andar desta maneira, dar também algumas explicações sobre o nosso sentido de voto.

E começávamos aqui pelo documento nº 6 do PSD, não é a questão da Saudação ao Clube, mas parece-nos que esta Moção tem aqui uma armadilha que eu presumo que não seja deliberada e portanto apelo aos Srs. Deputados que reconsiderem a votação desta Moção, porque como se sabe a criação de uma SAD, uma SAD é uma entidade privada e não permite o financiamento público para as estruturas dessa SAD. Ora, nós sabemos que temos na ordem de trabalhos uma revisão orçamental que visa exatamente cumprir algumas coisas que os Srs. Deputados aqui recomendam que é o apoio a este Clube e aos outros. No caso vertente a este, e estamos de acordo com o Sr. Deputado Carlos Guedes quando diz, tratemos cada coisa no seu sítio e no seu lugar e estamos digamos a saudar o Clube Desportivo da Cova da Piedade, não envolvemos outros porque de facto todos temos consciência da generalização digamos assim do apoio ao movimento associativo de todos os Clubes e Coletividades do nosso Concelho. Ora a armadilha está aqui, a não ser que depois se queixem junto do Tribunal de Contas que afinal a Câmara está a financiar a melhoria de um campo que vai ser para utilização de uma SAD. E portanto das duas uma, ou tiram este parágrafo e o ponto 3, já agora, mas fundamentalmente este parágrafo que antecede a parte deliberativa ou nós votamos contra. E apelo aos Srs. Deputados caso tenham decidido o sentido de voto que revejam porque de facto amanhã podemos ser confrontados com uma possível ilegalidade questionada por uma precipitação de uma votação, quando se sabe que os objetivos e quero reafirmar, não quero pensar que o PSD fez isto de propósito.

Depois Srs. Deputados, relativamente à Moção nº 7, bom na última Assembleia Municipal que foi feita na Charneca debateu-se muito isto e foram dadas muitas explicações sobre o processo de requalificação das várias vias, e também na Charneca de Caparica. Aliás com a autorização da Sr.<sup>a</sup> representante da Junta das Freguesias da Charneca de Caparica e Sobreda, eu presumo, porque isto está nas Freguesias que os Srs. todos terão conhecimento do chamado pleno de atuação 16/17 que diz exatamente as ruas, os tempos e as verbas para a requalificação, designadamente da rede viária na



Charneca, e já agora na Sobreda. Eu não gosto de adjetivar intenções, mas parece-me que aqui de facto não há uma intenção séria, ou melhor, talvez haja, o que há é a partir da informação que existe, fazer recomendação de uma coisa que já atribuída e que já está distribuída pelas Juntas das Freguesias. E portanto vamos votar contra.

Também em relação à Moção nº 12, ao documento 12 que é as condições de segurança e higiene junto às praias da Costa. Eu sou franca que eu e a minha bancada tivemos alguma dificuldade em perceber o que é que é isto, sobretudo no ponto 1, “os poderes executivos (que é a Junta e a Câmara), têm que verificar as condições de segurança e higiene existentes...”. Mas os Srs. sabem que para ser feita a atribuição de praias com Bandeira Azul não é só a qualidade da água ou eventualmente a das areias. Os critérios são mais amplos. Atribuição do galardão, e nós falamos disso na nossa Moção sobre esta questão, em que as praias candidatas são avaliadas em função das condições que oferecem um nível da informação e educação ambiental, da qualidade de água, menos exigentes que os critérios utilizados pela Associação Quercus, a gestão ambiental, equipamentos e a segurança de serviços. Para se atribuir uma Bandeira Azul a uma praia é preciso um conjunto, é reunir um conjunto de pressupostos, e eles estão atribuídos, porque os pressupostos estão digamos assim de alguma maneira consolidados e verificados. O PSD acha que não há segurança, portanto obviamente Srs. Deputados que nós pensamos sim que a Câmara e a Junta articuladamente têm que continuar a desenvolver esforços para melhorar, e eu creio que hoje é um bocado indesmentível essa cooperação e esse esforço, no sentido de ir melhorando a qualidade de vida na Costa, que passa naturalmente por muito mais do que fazer Festivais, passa também pelo quotidiano das pessoas que vivem na Costa. Realmente não nos revemos nesta argumentação, mas repito para que não haja dúvidas, é preciso continuar a qualificar, é preciso continuar a acompanhar, é preciso rigor, é preciso insistência, mas não é com esta Moção, não é através desta Moção, porque esta Moção destrói o trabalho que tem sido feito e até a classificação e qualificação que dão a estas praias.

Depois em relação à Moção do PAN. Nós sabemos que é um documento de trabalho com vista ao futuro e sobretudo em âmbito de revisão do regulamento. Nós vamo-nos abster. Nós estamos de acordo, mas obviamente sendo um documento de trabalho e sendo certo que já desceu à Comissão, já houve discussão na Comissão, já houve todo um conjunto de matérias abordadas e a Câmara está consciente dessa recomendação. Parece-me excessivo com toda a franqueza e solidariedade, mas parece-me excessivo continuar a insistir no mesmo. Não temos nada contra mas vamo-nos abster.

Quanto às Moções do CDS, presumimos que talvez por distração e parece-me justo pedir ao CDS que nesta homenagem à Telma Monteiro se inclua também o Célio Dias que também é da mesma equipa e também se destacou, também ganhou uma medalha, e portanto se nos permitem nós o que propúnhamos era no fim do parágrafo acrescentar “e também ao Judoca Almadense Célio Dias que na mesma competição na Categoria menos 90 quilos obteve a medalha de Bronze”. Depois no terceiro parágrafo, na segunda linha a seguir a Telma Monteiro acrescentar “e de Célio Dias”. E na parte



deliberativa por no plural “a mais profunda homenagem aos Judocas Almadenses” e repetir os nomes. Se o Sr. Deputado consentir nestes acrescentos nós votaremos naturalmente a favor.

Sobre os trabalhadores e os prémios aos trabalhadores, às vezes é recorrente da vossa parte, da sua parte Sr. Deputado do CDS-PP, nós não acompanhamos essa sua fixação em desvalorizar o trabalho prestado pelos trabalhadores e em criticar a oferta de um relógio. Não é novo, mas enfim eu gostaria mais de ver aqui o Sr. tomar posição contra os desvarios sim, com complicações na vida dos portugueses como seja a transferência sistemática de dinheiros para o setor financeiro, para os bancos que nos estão aqui a afundar e por aí fora. Seguramente que não vai concordar com a minha argumentação, mas não posso ter outra e portanto vamos votar contra.”

**7.4.7 – O Sr. Deputado Municipal António Pedro Maco (CDS-PP):**

“Sr. Presidente, Srs. Deputados Municipais;

Mais uma vez também para deixar aqui algumas considerações aos documentos apresentados nesta Assembleia. E pegando muito calmamente nesta intervenção da Sr.<sup>a</sup> Deputada da CDU e também relativamente aqui à questão da Moção apresentada pelo CDS-PP relativamente aqui à questão da Moção apresentada pelo CDS-PP relativamente aos valores gastos em relógios de pulso oferecidos aos trabalhadores da autarquia. Sr.<sup>a</sup> Deputada a fixação quer da minha parte quer da parte do CDS-PP, olhe se calhar aprendemos com o Partido Comunista, se calhar os valores aqui oferecidos por parte da Câmara Municipal o que diria se calhar outras instâncias do próprio Partido Comunista se fossem outros Partidos a fazerem este tipo de ofertas. Não está aqui em causa Sr.<sup>a</sup> Deputada, mais uma vez dizemos, não está aqui em causa nem poderia estar a homenagem que é justa a todos os trabalhadores da autarquia que prestam diariamente e anualmente e aqueles que chegando ao fim das suas funções na autarquia não está em causa essa homenagem, nem poderia estar. Agora o que está aqui em causa são os valores. E como tem dito o Sr. Presidente da Câmara, o dinheiro não é elástico, mas estica e tem que ir buscar noutra sítio. E portanto nós lamentamos, se é uma Moção infeliz, se não é por esta via que se poderia contestar, então podem dar contributos e pode acrescentar a esta mesma Moção aquilo que entendem que são os despesismos gastos por parte da Câmara Municipal de Almada e até são muitos. Não só neste Mandato, mas ao longo destes quarenta anos e portanto havia aqui muito para dizer relativamente a esta matéria. Mas eu gostaria, o CDS-PP com certeza ainda não ouvimos nesta parte, não sei se o Bloco de Esquerda se vai pronunciar também relativamente a esta mesma Moção, mas penso que o Bloco de Esquerda vai ficar sozinho nesta contestação relativamente aos gastos mais uma vez por parte da Câmara Municipal de Almada com relógios de pulso no valor de oitocentos, novecentos euros atribuídos. Os valores são aqueles, são públicos e portanto eu gostaria que quando andassem lá fora os Srs. dissessem relativamente às estradas que faltam concertar, faltam requalificar, o dinheiro que falta investir na educação, na política social, na concertação neste caso no concreto relativamente às estradas que é apresentado também aqui uma Moção, portanto nós entendemos por parte do CDS que não questionando a situação da homenagem em si, mas que são valores incomportáveis para uma autarquia onde poderia aplicar esse mesmo dinheiro noutras questões bem



mais úteis e bem mais prioritárias para o Concelho. Mas o CDS-PP com certeza irá ficar sozinho nesta matéria e devo dizer que nos orgulhamos relativamente à nossa opção.

Depois relativamente às Moções apresentadas pela Trafaria e da Costa da Caparica, nós só temos a dizer, bem vindos à realidade. E como aqui já foi dito, a CDU descobriu agora que existe a Trafaria. Portanto quarenta anos passaram relativamente àquilo que é a falta de oportunidades, àquilo que deveria ter sido o desenvolvimento da Trafaria e também da Costa da Caparica, já que aparece também aqui uma Moção que, estas duas Moções o CDS vai votar favoravelmente, de qualquer forma apresentará uma declaração de voto por escrito para juntar à Ata.

De qualquer maneira há aqui um ponto, o ponto 3, saudar a Câmara Municipal de Almada pela disponibilidade mais uma vez demonstrada na procura de soluções e no apoio concreto para criação de condições mais adequadas e mais justa a garantia de uma oferta de qualidade a centenas de milhares de utilizadores que anualmente procuram as praias da Costa da Caparica. Nós não podemos concordar com isto, como é evidente, mas alguém quer os moradores da Costa da Caparica, quer os almadenses, alguém pode fazer o seu juízo perfeito e entender que a Costa da Caparica está valorizada para os recursos que tem? Só realmente a CDU. Mas pronto, isto faz parte da política, respeitamos democraticamente, iremos votar a favor estas duas Moções, mas deixaremos uma declaração de voto.

Depois relativamente às Moções apresentadas pelo PSD, o CDS-PP irá também neste caso votar favoravelmente. E relativamente às considerações que a Sr.<sup>a</sup> Deputada da CDU fez, relativamente à segurança, o CDS-PP apresentou uma Moção a qual propôs que a época balnear fosse antecipada, que tem a ver também com questões de segurança a qual não foi aceite por parte da Câmara Municipal. Portanto, Sr.<sup>a</sup> Deputada relativamente às questões de segurança, penso que deixa aqui um pouco a desejar com toda a boa vontade que possa ter, mas entendemos que há soluções que por parte quer da Câmara, quer de alguns partidos. Relativamente à Moção da Escola Pública o CDS irá votar contra.

Os TST, o CDS irá votar favoravelmente, tendo em conta também, não esquecendo as responsabilidades que a Câmara Municipal e as Juntas de Freguesia têm também nestas questões e votará favoravelmente relativamente à Moção do PAN se a Moção continuar apresentada.”

#### **7.4.8 – O Sr. Presidente da Câmara Municipal:**

“Sr. Presidente, Srs. Deputados Municipais;

Como fomos solicitados para comentar uma Moção, já agora só alguns comentários em relação ao conjunto das questões que aqui estão.

Escola Pública só um esclarecimento, o assunto foi levantado na última reunião sobre o destino a dar à contribuição que a Câmara fazia em relação aos livros aos alunos do 1º ano, do 1º Ciclo do Ensino Básico, aquilo que neste momento se assentou é dar aos alunos do 1º ano, do 1º Ciclo do Ensino Básico a mochila e o material didático já que o Governo dá os livros e daremos os livros aos alunos do 2º ano do 1º Ciclo do Ensino Básico. É nesse sentido que estão dadas indicações aos serviços da Escola Pública, é o que está em curso.



Em relação à questão das bandeiras das praias e uma outra questão sobre as questões de segurança e higiene das praias da Costa da Caparica. Há aqui às vezes uma certa confusão. Já agora chamar atenção de quem é a tutela de algumas destas coisas. Isto é suscetível de criar depois uma baralhada de responsabilidades. Nós vamos tão longe quanto possível, já agora informar que para os Nadadores Salvadores foram atribuídos pela Câmara vinte e tal mil euros, e depois ainda apoia os Bombeiros para fazer este trabalho que é da responsabilidade dos concessionários e são questões da responsabilidade da Polícia Marítima, da APA, são as entidades que têm responsabilidades. Às vezes há certas coisas que até pela indefinição e não se sabe bem quem é o sujeito desta Moção sobre as condições de segurança e higiene das praias da Costa da Caparica. A gente não sabe se às tantas é a própria areia. Areia que é uma questão central da Costa da Caparica e ela por acaso é pena que não tenha sido tratada hoje aqui. Porque há uma conclusão de um grupo de estudos de investigadores portugueses que concluíram que é necessário fazer a reposição sistemática das areias até à saturação do sistema. É o termo técnico que é utilizado, e são uns milhões de euros de facto, mas é o que está apontado pelo Grupo Técnico que fez o estudo ou então vamos correr o risco de haver aí um ano impar, pode ser o 17 ou o 19 ou um outro qualquer e acontece o que aconteceu em 2013 e aquilo fica tudo empandeirado. É preciso se, se criam grupos de estudo, se investiga, está-se um ano inteiro a falar do assunto, faz-se o Festival e tal para que as coisas não vão todas por água abaixo e depois tiram-se as conclusões e a coisa fica toda à espera que haja um milagre e discutir se a Golada para aqui, se a Golada para ali, há um grupo que foi constituído, chegou a conclusões, põe-se à prova se as conclusões são corretas ou não, faça-se aquilo que se consensualizou fazer. Essa é que é a questão central da Costa da Caparica amigos. Essa é a questão central, o resto é tudo papel para aqui, papeleiras para ali, tudo isso é importante, não estou a dizer que não seja importante, mas a questão central da Costa da Caparica é se há ou não há Costa da Caparica.

Trafaria, já agora a propósito. A questão da Trafaria porque a nossa memória de facto é uma coisa fantástica, mas nós temos que nos esquecer de algumas coisas para conseguir manter a nossa capacidade e portanto até nos esquecemos que houve aí um problema com um porto de águas profundas e um terminal de contentores. Lembrem-se disso, há dois anos justamente para o porto de águas profundas e para o terminal. E o terminal e o porto significava que aquela Trafaria que ali está deixou de ter Centro de Saúde, nem sequer tem, segundo uma coisa que li agora, mas que já sabíamos, a tal Caixa Multibando e que as pessoas abandonavam, mas estavam dispostas a reinvestir na recuperação das suas casas, não sabiam o que era aquilo, onde é que aquilo ia parar. Ora bem, quando se diz há aqui uma esperança, é uma esperança que temos que acompanhar porque acreditamos que seja possível desenvolver a Trafaria como porta de entrada deste Concelho e aproveitando as potencialidades e naturalmente dando condições para que outro tipo de atividades económicas ali se possam desenvolver, designadamente o famoso Porto de Pesca que há muito os pescadores desejavam que ali fosse criado.



A questão da Trafaria é uma questão de grande importância que naturalmente não é uma Moção com estas características que trata com a devida profundidade, mas também acho que é merecedor da nossa atenção.

Finalmente a questão dos animais errantes. A alimentação dos animais errantes em espaços públicos. É o que resultou do Regulamento que é um pouco aquilo que está nos Regulamentos por todo o País sobre estas matérias e que resulta do facto de os animais errantes, quando dizemos animais errantes vê cães e gatos, mas a grande questão dos animais errantes que tivemos no nosso País há pouco tempo era das aves, era a famosa gripe das aves, não foi de cães nem de gatos, era das aves, também são animais, também são errantes. Eram as avezinhas, criou-se aí uma grande coisa e tal sobre as aves e depois felizmente aquilo não deu em nada, mas podia ter dado. A questão dos animais enquanto vetor ou portadores de vetores das doenças que são transmitidas têm que ser objeto de algum controle, porque eles depois não se explicam da mesma maneira que nós nos explicamos aqui uns com os outros e então são errantes, não têm dono e estes problemas existem. Algumas regras têm que ser estabelecidas e este é um princípio que de certa forma foi sendo estabelecido, agora nós de facto não podemos ficar de olhos fechados à realidade, ao facto de hoje termos uma sociedade consolidada, relacionada em que estas coisas têm controle e pode ser absurdo e eu compreendo que possa ser absurdo para um dono do animal que seja quase mais sancionado por dar comer ao cão do que por o cãozinho defecar na rua. Quer dizer, para defecar ele tem que limpar, mas em relação à alimentação ele não pode dar de maneira nenhuma, não sei se me estou a fazer entender. Quer dizer, temos uma norma mais rígida por dar o alimento do que por o animal a defecar na rua, aqui não pode dar de comer ao animal, é um pouco absurdo, acho que aqui o voto de abstenção que a bancada da CDU está a tomar é para permitir uma discussão, aprofundamento e que permita que o Regulamento se adapte à realidade e que se encontre uma forma mais conforme com aquilo que é hoje a nossa vida e o nosso relacionamento com os animais.”

**7.4.9 – O Sr. Deputado Municipal Nuno Matias (PSD):**

“Sr. Presidente, Srs. Deputados Municipais;

Eu teria muito para dizer sobre a questão da Trafaria, até porque o PSD assumiu uma posição pública que se calhar muito poucos fariam na mesma situação sobre o porto de águas profundas, mas de certeza que o porto de águas profundas não foi decidido há quarenta anos.

Agora em relação à questão do documento apresentado pelo PSD sobre o Clube Desportivo da Cova da Piedade, nós limitamo-nos de forma inocente se calhar, a colocar as factuais da vida do Clube, nós não fazemos juízo de valor em relação à decisão da Assembleia Geral. Mas para evitar qualquer tipo de mal entendido nós retiramos essa parte e sugeríamos então que ficasse só “estas adaptações passam pelo desenvolvimento das infraestruturas existentes” e portanto corta-se essa parte da deliberação. Percebendo o alcance da reflexão que aqui foi feita, mas nós limitámo-nos a reproduzir a factualidade da vida do Clube, nada mais do que isso.



Em relação às sugestões que nos parecem visadas pelo Bloco de Esquerda e pelo Partido Socialista em relação a uma parte do texto que nem é deliberativa, era mais no sentido de reprodução e informação, mas tinha aqui um considerando realmente no meio, nós concordamos em retirar essa parte onde diz “a Assembleia Municipal espera que estas e as restantes sejam dotadas das valências necessárias” e solicitamos que fosse retirado tudo até “desenvolvimento da sua atividade”. Portanto, ficava só a parte da distribuição da informação, caso seja aprovada, obviamente.

No que diz respeito à outra proposta feita em relação a outra nossa Moção, sobre as condições de segurança e higiene, permitam-nos só deixar claro porque parece que houve aqui alguma confusão, nós não atribuímos à Autarquia a responsabilidade de tudo, nem achamos que a falta de segurança e higiene das praias é consequência da inação da Autarquia, aquilo que nós estamos aqui a procurar é fazer uma recomendação pela positiva, no sentido de haver um acompanhamento, porque nós sabemos que há questões que não são responsabilidade direta da Autarquia. Agora, necessariamente é importante que esse levantamento seja feito, essa monitorização seja permanente para garantir que a atuação que existe e aquilo que nós até ao longo da Moção, é deixar a ressalva que onde houver competência haja-se, onde não houver competência reivindique-se de quem tem realmente essa competência. Portanto, deixar claro que nós não atiramos para a Autarquia a responsabilidade direta sobre estas matérias, há questões que não têm objetivamente, mas há do ponto de vista do acompanhamento da realidade, até porque estamos a falar de uma área nobre que numa época como já aqui foi falado da época balnear, há um crescente acesso a esses locais. Necessariamente esse acompanhamento é vital para garantir as condições de higiene e segurança de um espaço que obviamente é a cara do Município, sobretudo nos meses de Verão.”

**7.4.10 – A Sr.<sup>a</sup> Deputada Municipal Maria Odete Alexandre (Ind.):**

“Sr. Presidente, Srs. Deputados Municipais;

Apenas um pedido de esclarecimento. Em relação ao documento nº 9, a Sr.<sup>a</sup> Deputada quando leu a parte deliberativa não leu os pontos 2 e 3. Eu pergunto se eles estão à votação ou não.”

**7.4.11 – A Sr.<sup>a</sup> Deputada Municipal Luísa Ramos (CDU):**

“Sr. Presidente, Srs. Deputados Municipais;

Naquela prática que nós temos de ler tudo também não lemos a Moção toda e portanto está tudo à votação.”

**7.4.12 - O Sr. Deputado Municipal Carlos Guedes (BE):**

“Sr. Presidente, Srs. Deputados Municipais;

Apenas para descansar o Sr. Deputado Municipal do CDS relativamente à posição do Bloco de Esquerda, não se alterou, e a posição do CDS também não se alterou.

Em relação à Moção contra o despesismo orçamental, toda a Moção é uma contradição em si, porque o CDS fala dos últimos anos, quando nós sabemos que esta é uma prática que já tem pelo menos duas décadas. Eu não quero ir mais longe, mas lembro-me e depois dizer num dos últimos parágrafos que fica desde já claro que não está em causa a homenagem aos trabalhadores da Autarquia, está! Está de



facto em causa porque é disso que o CDS fala e foi disso que o CDS já falou durante este Mandato, e portanto a posição do Bloco não se altera. Nós entendemos que há coisas a criticar de facto na gestão da Autarquia, esta não é uma delas.”

**7.5** - Não havendo mais pedidos de palavra e após verificação do quórum, procedeu-se à votação dos documentos apresentados.

**7.5.1** – A Moção/Saudação Ao Clube Desportivo da Cova da Piedade pela subida à II Liga e conquista do Campeonato de Portugal, apresentada pelo Sr. Deputado Municipal Luís Palma – Presidente da União das Freguesias do Laranjeiro e Feijó, foi aprovada por unanimidade.

**7.5.2** – A Moção/Saudação sobre Projeto de dinâmicas culturais apresentado pela Artemrede – Associação Cultural Intermunicipal, apresentada pelo Sr. Deputado Municipal Luís Palma – Presidente da União das Freguesias do Laranjeiro e Feijó, foi aprovada por unanimidade.

**7.5.3** – A Moção/Saudação A Escola Pública, Gratuita, Universal, Inclusiva e de Qualidade é um Direito de todos os Cidadãos e uma Obrigação do Estado Português, apresentada pelo Sr. Deputado Municipal Luís Palma – Presidente da União das Freguesias do Laranjeiro e Feijó, foi aprovada por maioria com trinta e dois votos a favor (de eleitos da CDU, inclusive os Presidentes das Juntas das Freguesias, ou seus representantes, de Almada, Cova da Piedade, Pragal e Cacilhas; Caparica e Trafaria; Charneca de Caparica e Sobreda; Laranjeiro e Feijó, do PS, inclusive da representante do Presidente da Junta da Freguesia da Costa da Caparica, do BE, do PAN e Ind.) e seis votos contra (de eleitos do PSD e CDS-PP).

**7.5.4** - A Moção/Saudação sobre Distinções para Almada no Dia Nacional das Coletividades, apresentada pelo Sr. Deputado Municipal Carlos Revés, foi aprovada por unanimidade.

**7.5.5** - O Voto de Congratulação ao Clube Desportivo da Cova da Piedade, apresentado pelo Sr. Deputado Municipal Manuel Batista, foi aprovada por unanimidade.

**7.5.6** - A Moção/Saudação ao Clube Desportivo da Cova da Piedade, apresentada pelo Sr. Deputado Municipal Paulo Sabino, com alterações, foi aprovada por unanimidade:

**7.5.6.1** – Sendo o seguinte o texto aprovado:

Moção/Saudação Ao Clube Desportivo da Cova da Piedade

O movimento associativo tem, desde há muito, um papel fundamental na formação cívica, cultural, humana e desportiva das populações do município. A União das Freguesias de Almada, Cova da Piedade, Pragal e Cacilhas é prova disso mesmo, com dezenas de coletividades sedeadas nos seus 6,15km<sup>2</sup>, com uma importância que vai muito além das suas fronteiras.

O Clube Desportivo da Cova da Piedade, fundado em 28 de janeiro de 1947, resultou da fusão entre o União Piedense Futebol Clube, fundado em 1914, e o Sporting Clube Piedense. Há mais de cem anos que o “Desportivo”, como os seus associados tão carinhosamente o apelidam, tem formado gerações de jovens (e menos jovens) e tem servido de “trampolim” para a carreira de tantos desportistas, mais concretamente no futebol.



Depois de ter conquistado o primeiro lugar na primeira fase do Campeonato de Portugal Prio e apesar de ter um dos orçamentos mais baixos da competição, conquistou também o primeiro lugar na segunda fase da competição, que lhe permitiu disputar, no passado dia 5 de junho, o jogo de apuramento de campeão, tendo conquistado o troféu, para gáudio dos sócios, simpatizantes e amigos do “Desportivo”. Com duas subidas de divisão nas últimas quatro temporadas, o clube prepara-se desde já para a nova época, a primeira em competições profissionais, o que obriga a uma adaptação significativa ao nível da estrutura.

Estas adaptações passam pelo desenvolvimento das infraestruturas existentes – o Estádio Municipal José Martins Vieira terá que ser alvo de uma intervenção urgente, nomeadamente pela constituição de setores, construção de um novo bar, nova estrutura de iluminação e melhorias nas bancadas e balneários.

Face ao exposto, a Assembleia Municipal, reunida em 29 de junho de 2016, delibera:

- 1 Saudar o movimento associativo pelo trabalho desenvolvido, apesar das grandes dificuldades por que algumas coletividades têm passado, por vários motivos;
- 2 Saudar o Clube Desportivo da Cova da Piedade, pelo papel prestado nos seus mais de cem anos de história e reconhecer a importância das suas conquistas nas últimas temporadas desportivas;
- 3 Apoiar, no âmbito das competências atribuídas, esta e as demais coletividades sedeadas no concelho.”

**7.5.7 - A Moção/Deliberação Pela Requalificação da Rede Viária da Charneca de Caparica**, apresentada pelo Sr. Deputado Municipal António Salgueiro, com alterações, foi aprovada por maioria com vinte votos a favor (de eleitos do PS, inclusive da representante do Presidente da Junta da Freguesia da Costa da Caparica, do PSD, BE, CDS-PP e Ind.) e dezoito votos contra (de eleitos da CDU, inclusive os Presidentes das Juntas das Freguesias, ou seus representantes, de Almada, Cova da Piedade, Pragal e Cacilhas; Caparica e Trafaria; Charneca de Caparica e Sobreda; Laranjeiro e Feijó).

**7.5.7.1 – Sendo o seguinte o texto aprovado:**

**Moção/Deliberação Pela Requalificação da rede Viária da Charneca de Caparica**

As estradas na Charneca de Caparica encontram-se profundamente degradadas. É difícil encontrar uma via com condições razoáveis de circulação. Os cidadãos que circulam na ex-EN 377 – uma via estruturante na mobilidade neste território - enfrentam diariamente um verdadeiro pesadelo. Mas o estado da restante rede viária também é preocupante.

A Câmara Municipal de Almada tem-se limitado a prosseguir uma política de “tapa-buracos” – e apenas em algumas vias – num investimento que consome recursos humanos e financeiros, mas não resolve o problema da rede viária da Charneca de Caparica.

Com efeito, a prática do “tapa-buracos” não é uma solução inteligente nem eficaz. Os buracos voltam a abrir nos dias seguintes. A situação agrava-se ainda mais na época das chuvas.

É impossível contabilizar o número de buracos existentes, mas o levantamento por amostragem (cerca de 30 ruas) recentemente efetuado pelos eleitos do PSD evidencia que não há uma única via sem



buracos, em demasiados casos com muitos centímetros de profundidade (verdadeiras crateras), sendo que em muitos locais há mais buracos do que “rua”.

Mas a Charneca de Caparica não é apenas o território mais esburacado do concelho, senão do País. Se considerarmos o estado global do pavimento, aos buracos soma-se a degradação generalizada do piso, que apresenta fissuras, “altos” de dimensão considerável, tampas de saneamento com apreciável desnível relativamente à via, sobreposição de camadas de asfalto, troços que há muito tempo não veem alcatrão.

Já para não falarmos dos passeios em mau estado de conservação e limpeza, frequentemente em terra (intransitáveis em época de chuva) e pejedos de ervas, que impedem a sua utilização pelos moradores. Isto quanto existem, porque em muitas das ruas nem sequer há passeios, o que obriga os moradores a circularem pela via com os evidentes riscos para a sua segurança.

O descontentamento manifesto e generalizado dos cidadãos, que membros dos executivos da Câmara e da Junta de Freguesia apelidam por vezes de “bota-abaixo”, é perfeitamente legítimo e sustentável. Espera-se de uma autarquia – que recebe uma parte dos impostos que pagamos – que atenda às aspirações dos seus munícipes.

E será que os munícipes da Charneca de Caparica querem algo de extraordinário? Querem algo que não esteja na esfera das competências das autarquias? Querem algo exorbitante, supérfluo?

Não! Querem apenas viver num território amigo dos cidadãos, aprazível, paisagisticamente cuidado e com um mínimo de condições para dele usufruírem e nele circularem com segurança. E não é preciso ser-se “iluminado” para perceber que os buracos são um fator negativo no que toca à segurança rodoviária. As verdadeiras gincanas que os condutores são obrigados a fazer para se desviarem dos buracos levam a uma frequente circulação em contramão.

Devemos ter ainda em consideração o impacto económico do estado da rede viária nos orçamentos familiares. Quanto é que gastam os moradores em reparação automóvel? Com resolução de problemas na suspensão, rodas e amortecedores? Na necessidade frequente de alinhamento da direção? Na substituição de pneus e de jantes?

Por todas estas razões, consideramos prioritário o investimento na rede viária da Charneca de Caparica, por forma a garantir padrões de qualidade no que respeita à circulação rodoviária e de pessoas.

Assim, a Assembleia Municipal de Almada, reunida em plenário no dia 29 de junho de 2016, delibera o seguinte:

- 1 – Que o executivo da Câmara Municipal defina como prioritário o investimento na melhoria da rede viária da Charneca de Caparica.
- 2 – Que o executivo da Câmara Municipal apresente, até 31 de outubro de 2016, um plano para a melhoria da rede viária da Charneca de Caparica, rua a rua e calendarizado.”

**7.5.8 - A Moção/Deliberação Pelo Encerramento da Central Nuclear de Almaraz – Por Almada, Pelo Tejo e Portugal Sem Nuclear, apresentada pela Sr.<sup>a</sup> Deputada Municipal Luísa Ramos, foi aprovada por**



maioria com trinta e três votos a favor (de eleitos da CDU, inclusive os Presidentes das Juntas das Freguesias, ou seus representantes, de Almada, Cova da Piedade, Pragal e Cacilhas; Caparica e Trafaria; Charneca de Caparica e Sobreda; Laranjeiro e Feijó, do PS, inclusive da representante do Presidente da Junta da Freguesia da Costa da Caparica, do BE, do CDS-PP, do PAN e Ind.) e cinco abstenções (de eleitos do PSD).

**7.5.9** - A Moção/Deliberação Por um melhor serviço da Transportes Sul do Tejo – TST, apresentada pelo Sr. Deputado Municipal Nuno Avelar Pinheiro, foi aprovada por unanimidade.

**7.5.10** - A Moção/Deliberação Sobre as condições de segurança e higiene junto às (e nas) Praias da Costa da Caparica, apresentada pelo Sr. Deputado Municipal Paulo Sabino, foi rejeitada por maioria e votada por pontos:

**7.5.10.1** – Ponto 1 – dezoito votos contra (de eleitos da CDU, inclusive os Presidentes das Juntas das Freguesias, ou seus representantes, de Almada, Cova da Piedade, Pragal e Cacilhas; Caparica e Trafaria; Charneca de Caparica e Sobreda; Laranjeiro e Feijó), nove votos a favor (de eleitos do PSD, do BE, do CDS-PP e do PAN) e onze abstenções (de eleitos do PS, inclusive da representante do Presidente da Junta da Freguesia da Costa da Caparica, e Ind.).

**7.5.10.2** – Ponto 2 – dezoito votos contra (de eleitos da CDU, inclusive os Presidentes das Juntas das Freguesias, ou seus representantes, de Almada, Cova da Piedade, Pragal e Cacilhas; Caparica e Trafaria; Charneca de Caparica e Sobreda; Laranjeiro e Feijó), dez votos a favor (de eleitos do PSD, do BE, do CDS-PP, do PAN e Ind.) e dez abstenções (de eleitos do PS, inclusive da representante do Presidente da Junta da Freguesia da Costa da Caparica).

**7.5.10.3** – Ponto 3 – dezoito votos contra (de eleitos da CDU, inclusive os Presidentes das Juntas das Freguesias, ou seus representantes, de Almada, Cova da Piedade, Pragal e Cacilhas; Caparica e Trafaria; Charneca de Caparica e Sobreda; Laranjeiro e Feijó), oito votos a favor (de eleitos do PSD, do BE e do CDS-PP) e doze abstenções (de eleitos do PS, inclusive da representante do Presidente da Junta da Freguesia da Costa da Caparica, do PAN e Ind.).

**7.5.11** - A Moção/Deliberação Em defesa da Escola Pública, apresentada pela Sr.<sup>a</sup> Deputada Municipal Joana Mortágua, foi aprovada por maioria com trinta e dois votos a favor (de eleitos da CDU, inclusive os Presidentes das Juntas das Freguesias, ou seus representantes, de Almada, Cova da Piedade, Pragal e Cacilhas; Caparica e Trafaria; Charneca de Caparica e Sobreda; Laranjeiro e Feijó, do PS, inclusive da representante do Presidente da Junta da Freguesia da Costa da Caparica, do BE, do PAN e Ind.) e seis votos contra (de eleitos do PSD e do CDS-PP).

**7.5.12** - A Moção/Saudação ao Clube Desportivo da Cova da Piedade, apresentada pelo Sr. Deputado Municipal Carlos Guedes, foi aprovada por unanimidade.

**7.5.13** - A Moção/Saudação e Reconhecimento ao Teatro Extremo e Atividade Cultural no Concelho, apresentada pela Sr.<sup>a</sup> Deputada Municipal Eva Gomes, foi aprovada por unanimidade.



**7.5.14** - A Moção/Deliberação Por um passe social intermodal, com todos os operadores e em toda a Área Metropolitana de Lisboa, apresentada pela Sr.<sup>a</sup> Deputada Municipal Luísa Ramos, foi aprovada por unanimidade.

**7.5.15** - A Moção/Deliberação sobre As Praias com Bandeira Azul e Qualidade de Ouro no Concelho de Almada, apresentada pelo Sr. Deputado Municipal João Geraldês, foi aprovada por maioria com trinta e sete votos a favor (de eleitos da CDU, inclusive os Presidentes das Juntas das Freguesias, ou seus representantes, de Almada, Cova da Piedade, Pragal e Cacilhas; Caparica e Trafaria; Charneca de Caparica e Sobreda; Laranjeiro e Feijó, do PS, inclusive da representante do Presidente da Junta da Freguesia da Costa da Caparica, do PSD, do BE, do CDS-PP e Ind.) e uma abstenção (de eleita do PAN).

**7.5.16** - A Moção/Deliberação Pelo desenvolvimento da Trafaria, apresentada pelo Sr. Deputado Municipal Teresa Coelho – Presidente da União das Freguesias de Caparica e Trafaria, foi aprovada por unanimidade.

**7.5.17** - A Moção/Saudação De Congratulação pelo 40º Aniversário do Departamento de Ciência dos Materiais da FCT/UNL, apresentada pelo Sr. Deputado Municipal João Geraldês, foi aprovada por unanimidade.

**7.5.18** - A Moção/Deliberação Alimentação de animais de rua – Recomendação de inclusão de artigo em regulamento municipal, apresentada pela Sr.<sup>a</sup> Deputada Municipal Alexandra Correia, com alterações, foi aprovada por maioria com dez votos a favor (de eleitos do PSD, do BE, do CDS-PP, do PAN e Ind.) e vinte e oito abstenções (de eleitos da CDU, inclusive os Presidentes das Juntas das Freguesias, ou seus representantes, de Almada, Cova da Piedade, Pragal e Cacilhas; Caparica e Trafaria; Charneca de Caparica e Sobreda; Laranjeiro e Feijó, e do PS, inclusive da representante do Presidente da Junta da Freguesia da Costa da Caparica). (com alterações)

**7.5.18.1** – Sendo o seguinte o texto aprovado:

Moção/Deliberação Alimentação de animais de rua – Recomendação de inclusão de artigo em regulamento municipal

Neste momento, o município de Almada, sobre a alimentação de animais de rua, rege-se pelo Regulamento Municipal de Resíduos Urbanos, Imagem, Limpeza e Higiene Urbana, que entrou em vigor no dia 28 de fevereiro de 2016, três dias depois de em sessão de Assembleia Municipal, o executivo se ter comprometido a reunir em comissão própria com o intuito de discutir este tema, com todas as forças políticas, a fim de se colaborar com ideias para o regulamento supra citado.

No regulamento em vigor pode ler-se, no artigo 54º:

" a. Tendo em vista a manutenção das condições de higiene e limpeza da via pública é proibido: ( ... )

i. Alimentar animais na via pública

ii. Alimentar animais errantes em espaços privados, nomeadamente logradouros, varandas;"

Foi portanto um ato deliberado e consciente, publicar este artigo que já estava decidido mesmo antes do PAN apresentar a sua proposta e ter aceite levá-la a comissão para discussão.



Decidir proibir alimentar animais de rua, que o são não por escolha, mas pelo resultado das práticas da nossa sociedade, é fugir à responsabilidade dos atos de seres humano que têm obrigação de cuidar da natureza que usam e dos seres que nela habitam.

Pode ler-se no número 2 do artigo 64º sobre "Contraordenações respeitantes à limpeza urbana", "Constituem também contraordenação punível com coima, de €24,94 a €1.870,49, no caso de pessoas singulares, e de €49,76 a €4947,00, no caso de pessoas coletivas ... "

Sendo este um caso urgente de ser resolvido, a Assembleia Municipal de Almada reunida em sessão ordinária nos dias 29 e 30 de Junho de 2016, delibera:

Recomendar à Câmara Municipal de Almada a revisão do regulamento através do aditamento do seguinte artigo:

"Limpeza Pública

1 - São proibidos quaisquer atos que prejudiquem a limpeza dos espaços públicos ou que provoquem impactes negativos no ambiente.

2 - Para efeitos do número anterior, não se inclui os atos de alimentação de animais nas vias ou outros espaços públicos desde que sejam asseguradas as condições de limpeza do local e não sejam deixados detritos na via pública."

**7.5.19** - A Moção/Deliberação Contra o despesismo orçamental municipal, apresentada pelo Sr. Deputado Municipal António Pedro Maco, foi rejeitada por maioria com trinta e cinco votos contra (de eleitos da CDU, inclusive os Presidentes das Juntas das Freguesias, ou seus representantes, de Almada, Cova da Piedade, Pragal e Cacilhas; Caparica e Trafaria; Charneca de Caparica e Sobreda; Laranjeiro e Feijó, do PS, inclusive da representante do Presidente da Junta da Freguesia da Costa da Caparica, do PSD, do BE e Ind.), dois votos a favor (de eleito do CDS-PP e do Sr. Deputado Municipal Paulo Sabino - PSD) e uma abstenção (de eleita do PAN).

**7.5.20** - A Moção/Deliberação de Homenagem a Telma Monteiro – Budapeste 2016, apresentada pelo Sr. Deputado Municipal António Pedro Maco, com alterações, foi aprovada por unanimidade, com alterações:

**7.5.20.1** – Sendo o seguinte o texto aprovado:

Moção/Deliberação Homenagem a Telma Monteiro e a Célio Dias Budapeste 2016

O desporto em Almada e os almadenses devem orgulhar-se por mais um êxito desportivo obtido pela judoca almadense Telma Monteiro, que voltou a dignificar o nome de Portugal e de Almada depois de conquistar uma medalha de bronze no Gran Prix de Budapeste - Hungria na modalidade que já se habituou às suas conquistas, o Judo, e também ao judoca almadense Célio Dias, que na mesma competição na categoria de -90 Kg obteve a medalha de Bronze.

Mais uma vez, o desporto em Almada está de parabéns por ter no seu concelho uma digna e honrada campeã que a par de outros tantos atletas almadenses que se vão evidenciando e notabilizando pelo país e pelo estrangeiro nas suas conquistas nas mais diversas modalidades, demonstrando ao mesmo tempo aquilo que é o exemplo de esforço, dedicação e vontade de lutar pelos seus objetivos



contribuindo para o exemplo aos mais jovens e a todos aqueles que devem olhar para o desporto como um modo de vida saudável e integrador.

Com a candidatura de Almada a Capital Europeia do Desporto em 2018, a vitória de Telma Monteiro e Célio Dias, é sem dúvida uma mais-valia para a decisão final que todos os almadenses anseiam, ou seja, que a realização desse grande encontro de Desporto, se concretize em realidade no concelho de Almada.

Assim a Assembleia Municipal de Almada reunida em plenário no dia 29 de junho de 2016, manifesta a mais profunda homenagem aos judocas almadenses Telma Monteiro e Célio Dias, pelas medalhas alcançadas no Gran Prix em Budapeste na Hungria, desejando ainda e ao mesmo tempo que a candidatura de Almada à Capital Europeia do Desporto seja uma realidade.”

**8** – Entrou-se no Período da Ordem Dia e foi decidido proceder à alteração da ordem de apreciação das matérias passando os pontos 3.3 e 3.4 a 3.1 e 3.2 respetivamente, mantendo-se as restantes matérias com a mesma ordem, ficando assim a agenda da sessão:

3 - Período da Ordem do Dia

3.1 – Apreciação e votação da Proposta da Câmara Municipal sobre “Autorização de venda a terceiros através do não exercício do direito de preferência do Instituto de Cardiologia Preventiva de Almada”

3.2 – Apreciação e votação da Proposta da Câmara Municipal sobre “O Mandato do Representante do Município na Assembleia Geral da CostaPolis” (Relatório e Contas 2015 e Governo Societário)

3.3 - Renovação de Mandato de dois Cidadãos Designados para Comissão de Proteção de Crianças e Jovens de Almada (Lei nº 147/99, de 1 de setembro, com as alterações introduzidas pela Lei nº 142/2015, de 8 setembro)

3.4 – Apreciação dos Pareceres do Conselho Municipal de Segurança dos Cidadãos de Almada e votação do Projeto de Deliberação

...

**9** - Entrou-se no ponto 3.1 da agenda com a apreciação e votação da Proposta Nº 178/XI-3º de iniciativa da Câmara Municipal, aprovada em reunião camarária de 15/06/2016, sobre “Autorização de venda a terceiros através do não exercício do direito de preferência do Instituto de Cardiologia Preventiva de Almada”, (**Conforme Anexo XX**).

**9.3.1** – Para apresentação da referida Proposta usou da palavra o Sr. Presidente da Câmara Municipal.

**9.3.1.1** – O Sr. Presidente da Câmara Municipal:

“Sr. Presidente, Srs. Deputados Municipais;

Nós temos um prazo legal para responder a esta matéria que vai ser colocada e não poderíamos deixar de a trazer à Assembleia, porque a não pronuncia da Assembleia significa a aceitação tácita de acordo com a Lei da Condição, sobre a qual nos temos que pronunciar. E portanto é preferível que nos pronunciemos do que deixando no vazio que as coisas decorram por si só em termos de oportunidade de exprimir opinião sobre esta matéria.



O que se passa é que o Instituto de Cardiologia Preventiva de Almada, que é uma Instituição Particular de Solidariedade Social, com dois polos um no Pragal e outro no Monte de Caparica em virtude da insustentabilidade do seu projeto resultante de compromissos que têm a ver com o funcionamento das instalações no Monte de Caparica foi obrigada, pelo menos é assim que nos transmite, foi obrigada a procurar uma solução que se traduziu numa oferta de compra daquela instalação por nove milhões de euros pelo Grupo Mello Saúde. De acordo com os compromissos que esta Instituição de Solidariedade Social, Instituto de Cardiologia Preventiva tem com a Câmara Municipal, e que se prende com os vários aspetos e condições que levaram à construção daquele equipamento do Monte de Caparica, a cláusula contratual obriga a que numa situação de proposta de compra o Instituto de Cardiologia pergunte à Câmara Municipal se quer exercer direito de preferência, simplesmente é isto que se trata.

A opinião expressa da Câmara e proposta que aqui se traz, nós Câmara Municipal em primeiro lugar não tem no âmbito das suas atribuições as áreas de prestação de cuidados de saúde, para que aquele equipamento está vocacionado e para o qual foi construído, não considera oportuno nem tem condição para se disponibilizar a investir nove milhões de euros na compra com o direito de preferência. Para exercer o direito de preferência tinha que comprar por nove milhões de euros aquele edifício e naturalmente muito mais para o adaptar a qualquer outra finalidade ainda teria que gastar com certeza mais uns milhões de euros nessa finalidade. E portanto a proposta que aqui é trazida é de que nós Município não exerçamos o direito de preferência. Essa votação tem que vir à Assembleia porque acima de 500 e tal mil euros o Órgão que decide sobre essa matéria é a Assembleia, a Câmara não tem poder para tal, só tem até aos 500 e tal mil euros.

Segundo aspeto, também pela relação contratual entre o Instituto de Cardiologia Preventiva e o Município de Almada, mas a Câmara neste caso concreto, o Instituto só poderá vender, só está autorizado a vender a IPSS, Instituição Pública ou Instituição Equiparada a IPSS ou de Interesse Público Equiparado. Mas isso é outra matéria que tem a ver com a autorização para venda. O que estamos aqui a decidir não é autorização para venda e nesse sentido pedia-vos que, por lapso ficou, porque na primeira proposta que foi a Câmara estava também a autorização para venda mas no debate concluiu-se que era necessário juntar outros dados que no último parágrafo antes da deliberação, o parágrafo termina em “direito de preferência”, por lapso, nem se vislumbra qualquer impedimento à autorização para a alienação tem que cair na proposta. Não incluir na proposta essa última parte desse parágrafo que deve terminar “pelo que não é do interesse do Município de Almada o exercício de direito de preferência”. Em relação às condições para a autorização, nós solicitámos elementos ao Instituto que ainda não nos foram fornecidos e portanto só quando esses elementos estiverem reunidos é que nos pronunciaremos ou teremos condições para nos pronunciar sobre a autorização.

O que está à consideração é se se deseja utilizar o direito de preferência ou não se deseja utilizar o direito de preferência. Temos 30 dias desde que isto nos foi comunicado e foi-nos comunicado no dia 1 e os 30 dias terminam amanhã e amanhã tínhamos que nos pronunciar sobre esta matéria.”



**9.3.2** – No debate usaram da palavra os Srs. Deputados Municipais José Joaquim Leitão, Nuno Matias e o Sr. Presidente da Câmara Municipal.

**9.3.2.1** – O Sr. Deputado Municipal José Joaquim Leitão (PS):

“Sr. Presidente, Srs. Deputados Municipais;

Esta matéria é uma matéria que tem contornos que devem ser esclarecidos de forma absolutamente cabal.

Vamos lá ver, há uma escritura de doação de terreno ao Instituto de Cardiologia que é uma entidade sem fins lucrativos, para uma determinada finalidade. Uma doação quando é feita para uma finalidade obriga quem a aceita a cumprir essa finalidade. Ora, obviamente que a finalidade aqui era, através de uma Associação com o Instituto chegar ao serviço da população, porque essa é a finalidade última da Autarquia, e portanto, estava fora de causa no momento da doação que a doação viesse a ser utilizada para dar origem a mais valias e também criar condições para que o edifício, o terreno e o edifício que sobre ele foi construído viesse a ser utilizado para finalidade lucrativas por uma entidade que já não é IPSS, nem nada de semelhante. Portanto há aqui este aspeto que também me parece relevante, se na escritura de doação foi acautelada a finalidade dessa doação, não é legítimo que a venda se faça a uma entidade privada com fins lucrativos, e portanto não é adequado que se nós não estamos de acordo com esse desenvolvimento, não é adequado o Município através da Câmara Municipal e da Assembleia Municipal, no fundo deixar cair um dos entraves que tem para obstaculizar a que o negócio se faça contra a intenção inicial da Câmara que esteve subjacente à escritura de doação. Esta matéria não nos deixa tranquilos. A explicação que o Sr. Presidente deu não nos parece suficiente. Nós entendemos que deveria haver uma atitude de voluntarista da Câmara e da Assembleia no sentido de assegurar que a finalidade inicial fosse cumprida, isto é, que o terreno servisse para desenvolvimento de serviços à população, em associação com entidade com fins não lucrativos. E ao aprovarmos a proposta que nos é aqui trazida de renunciar ao direito de compra, estamos a abrir caminho a que essa venda se faça a uma entidade qualquer. E podem-nos dizer que não, agora o que nós lemos na proposta não nos afasta esse receio e portanto nós não podemos de forma nenhuma associarmo-nos à viabilização deste negócio, não podemos.”

**9.3.2.2** – O Sr. Deputado Municipal Nuno Matias (PSD):

“Sr. Presidente, Srs. Deputados Municipais;

Eu confesso que não esperávamos intervir, mas em relação a esta matéria nós iremos votar em abstenção, sobretudo não por não concordarmos com a questão do direito de preferência, mas porque realmente é importante que fique ciente e também não está realmente de forma cabal na proposta, mas acho que este esclarecimento desde que seja formalizado naquilo que será a deliberação, é importante que fique claro que nós não estamos aqui a decidir outra coisa que não seja o não acionar o direito de preferência. Há depois passos subsequentes que esses sim terão que ser dados num outro momento. Nós entendemos que a única deliberação que vamos ter é sobre o direito de preferência, porque há passos subsequentes e ainda assim e como a informação realmente não é das mais seguras nós vamo-



nos abster sem criar de qualquer forma qualquer tipo de obstáculo em relação à proposta do direito de preferência.”

**9.3.2.3** – O Sr. Presidente da Câmara Municipal:

“Sr. Presidente, Srs. Deputados Municipais;

Eu penso que ainda é possível tirar um parágrafo, o segundo parágrafo da segunda página, para que isto fique mais claro do que é que estamos a votar, que ainda opina em relação à questão da autorização de venda. E tem na segunda linha o autorizar a venda, sugeria que esse parágrafo que no fundo repete o conteúdo anterior também saísse da proposta. Para deixar claro que o que está aqui em questão é o direito de preferência, neste momento é isso que está em causa.”

**9.3.3** - Não havendo mais pedidos de uso da palavra, sendo aceite pela Assembleia a não consideração por eliminação do terceiro parágrafo da proposta, assim como da parte final do sétimo parágrafo da mesma proposta que passa a terminar em “direito de preferência”, conforme solicitado pelo Senhor Presidente da Câmara, e após verificação do quórum procedeu-se à votação da Proposta Nº 178/XI-3º, que foi aprovada por maioria com dezoito votos a favor (de eleitos da CDU, inclusive os Presidentes das Juntas das Freguesias, ou seus representantes, de Almada, Cova da Piedade, Pragal e Cacilhas; Caparica e Trafaria; Charneca de Caparica e Sobreda; Laranjeiro e Feijó), onze votos contra (de eleitos do PS, inclusive da representante do Presidente da Junta da Freguesia da Costa da Caparica, e Ind.) e nove abstenções (de eleitos do PSD, do BE, do CDS-PP e do PAN), através da seguinte deliberação:

#### **Deliberação**

**A Câmara Municipal por deliberação de reunião realizada no dia 15 de junho, apresenta à Assembleia Municipal para apreciação a proposta que o órgão deliberativo manifeste a vontade de não aquisição do prédio urbano onde funciona uma clínica de prestação de cuidados de saúde, no Monte de Caparica, do Instituto de Cardiologia Preventiva de Almada (ICPA).**

**Informa a Câmara Municipal que o Instituto de Cardiologia em carta de 31 de maio p.p. facultou ao Município o direito de preferência na aquisição do referido prédio, pelo preço de 9.000.000,00€.**

**Na instrução da proposta da Câmara Municipal ao órgão deliberativo afirma-se que:**

- a) O direito de preferência é convencional e resulta do previsto na deliberação da Câmara Municipal de Almada de 18 de março de 2009 e do facto do ICPA, ser novamente, por opção de compra antecipada, ao abrigo do contrato de locação financeira imobiliária nº 450008754, proprietário do prédio que integra o terreno doado por escritura de doação de 6 novembro de 2008.**
- b) Os fundamentos invocados pelo Instituto de Cardiologia Preventiva de Almada para a necessidade da venda do bem são do domínio público.**
- c) O Município de Almada não tem, legalmente, atribuição ou competências diretas na área da saúde, em matéria de exploração de unidades de saúde, nem tem conveniência nem interesse,**



face ao preço que está em causa, na instalação de quaisquer dos seus serviços no espaço onde se encontra instalada a citada unidade de saúde.

Assim, nos termos e ao abrigo do artigo 25º, nº 1, alínea i) e nº 2, alínea k), da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro, aprova a Proposta da Câmara Municipal de que não é do interesse do Município de Almada o exercício do direito de preferência, deliberando pela não aquisição do prédio urbano com a área de 4.615,25 m2 composto por um edifício de cinco pisos, e logradouro, onde funciona uma clínica de prestação de cuidados de saúde, registado na Conservatória do Registo Predial de Almada sob o nº 5239, inscrito na matriz da Freguesia União das Freguesias da Caparica e Trafaria, sob o artigo urbano nº 6392, com a licença de utilização nº 49/11, datada de 15 de fevereiro de 2011, conforme projeto de compra e venda comunicado pelo Instituto de Cardiologia Preventiva de Almada, extinguindo-se o direito de preferência do Município de Almada.

**10** – Entrou-se no ponto 3.2 da agenda com a apreciação e votação da Proposta Nº 179/XI-3º de iniciativa da Câmara Municipal, aprovada em reunião camarária de 18/05/2016, sobre “O Mandato do Representante do Município na Assembleia Geral da CostaPolis”, (**Conforme Anexo XXI**).

**10.1** – Para apresentação da referida Proposta usou da palavra o Sr. Presidente da Câmara Municipal.

**10.1.1** – O Sr. Presidente da Câmara Municipal:

“Sr. Presidente, Srs. Deputados Municipais;

Trata-se de uma deliberação no sentido de capacitar a Câmara, o Município, para amanhã na reunião de acionistas da Comissão Liquidatária da CostaPolis proceder à deliberação sobre o Relatório de Contas de 2015. A apreciação feita pelos nossos serviços diz-nos da regularidade das contas apresentadas.

Em relação às considerações políticas sobre esta matéria, dado o adiantado da hora não iria estar a acrescentar. É conhecida a nossa posição sobre este assunto e sobre este processo de liquidação e continuamos a manter que se deverá subsistir o projeto que permita a concretização do Plano de Desenvolvimento da Costa da Caparica tal como desde o início nos temos debatido.

Mas o que está em consideração agora é a aprovação do Relatório e Contas de 2015.”

**10.2** – Não havendo pedidos de uso da palavra e após verificação do quórum procedeu-se à votação da Proposta Nº 179/XI-3º, que foi aprovada por maioria com vinte e seis votos a favor (de eleitos da CDU, inclusive os Presidentes das Juntas das Freguesias, ou seus representantes, de Almada, Cova da Piedade, Pragal e Cacilhas; Caparica e Trafaria; Charneca de Caparica e Sobreda; Laranjeiro e Feijó, do PSD, do BE e do PAN) e doze abstenções (de eleitos do PS, inclusive da representante do Presidente da Junta da Freguesia da Costa da Caparica, do CDS-PP e Ind.), através da seguinte deliberação:

#### **Deliberação**

**A Câmara Municipal submete à apreciação da Assembleia Municipal a proposta de autorização para que o representante do Acionista Município em reunião da Assembleia Geral da**



**CostaPolis – Sociedade para o Desenvolvimento do Programa Polis na Costa da Caparica, S.A. – Em Liquidação, aprove o Relatório e Contas da Gerência e o Relatório do Governo Societário referentes ao ano de 2015.**

**Considerando que em anexo à proposta do executivo municipal os serviços municipais competentes, através da informação nº 7/2016/DPCE propõe o voto favorável à aprovação dos referidos documentos.**

**Considerando ainda que a Sociedade de Revisores Oficiais de Contas apresentou o parecer sobre a informação financeira de 2015, datado de 22 de março de 2016, procedeu à certificação legal das contas e emitiu Certificação Legal das Contas da Sociedade CostaPolis, S.A..**

**Considerando também que no Relatório e Parecer do Fiscal Único vem expresso que acompanharam com regularidade a atividade da empresa, procederam às verificações dos registos contabilísticos, consideraram o Relatório do Governo Societário, declarando que o Relatório de Gestão descreve com clareza a evolução dos negócios sociais, propondo à Assembleia Geral a aprovação das demonstrações financeiras referentes ao exercício de 2015, assim como o Relatório de Gestão.**

**Nestes termos a Assembleia Municipal de Almada reunida em plenário ao abrigo e nos termos do artigo 25º, nº 1, alínea n), e nº 2, alínea k), da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro, aprova a Proposta da Câmara Municipal, deliberando atribuir Mandato ao Representante Município na Assembleia Geral da CostaPolis, Sociedade para o Desenvolvimento do Programa Polis na Costa da Caparica, S.A. – Em Liquidação, para votar favoravelmente a aprovação do Relatório e Contas e do Relatório do Governo Societário referentes ao exercício de 2015.**

- 11 – Considerando o adiantado da hora decidiu-se interromper os trabalhos para continuar na segunda reunião, dia 30 de junho de 2016.**
- 12 - Tendo em consideração a informação sobre os membros da Câmara Municipal em funções, foi verificada a presença na Reunião, do Presidente da Câmara Municipal, Excelentíssimo Senhor Joaquim Estevão Miguel Judas e dos Vereadores Excelentíssimos/as Senhores/as José Manuel Raposo Gonçalves; Maria Amélia de Jesus Pardal; António José de Sousa Matos; Rui Jorge Palma de Sousa Martins; Maria do Carmo Borges; Ivan da Costa Gonçalves e António José Pinho Gaspar Neves.**
- 13 - Foi verificada a presença na Reunião dos Jornalistas, Senhora Sandra Guerreiro do Boletim Municipal DIRP – CMA e TV Almada, e de vinte e quatro Srs. Munícipes.**
- 14 - Foi entretanto requerido a aprovação da Minuta da Ata, que foi aprovada por unanimidade.**
- 15 - Nada mais havendo a tratar, foi encerrada a reunião eram 01H11 do dia 30 de junho de 2016.**
- 16 - Por ser verdade se elaborou a presente Ata, que vai ser assinada pela Mesa.**



**MUNICÍPIO DE ALMADA**  
**Assembleia Municipal**

O PRESIDENTE \_\_\_\_\_

A 1ª SECRETÁRIA \_\_\_\_\_

A 2ª SECRETÁRIA \_\_\_\_\_